

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARIANA SCHLICKMANN

**OS ARGONAUTAS DO ATLÂNTICO SUL: RAYMUNDO DE SOUZA DANTAS E O
NASCIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NAS DÉCADAS DE 1950 E
1960**

**FLORIANÓPOLIS
2020**

MARIANA SCHLICKMANN

**OS ARGONAUTAS DO ATLÂNTICO SUL: RAYMUNDO DE SOUZA DANTAS E O
NASCIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NAS DÉCADAS DE 1950 E
1960**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, no Centro de Ciências Humanas e da Educação da
Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito
parcial para obtenção do grau de Doutora em História.
Orientador: Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso
Coorientação: Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em História

**Florianópolis
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Schlickmann, Mariana

OS ARGONAUTAS DO ATLÂNTICO SUL: : Raymundo de Souza Dantas e o nascimento da Política Externa Independente nas décadas de 1950 e 1960 / Mariana Schlickmann. -- 2020.
176 p.

Orientador: Paulino de Jesus Francisco Cardoso

Coorientador: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

1. História da Política Externa Brasileira. 2. Relações Internacionais entre África/Brasil. 3. Raymundo de Souza Dantas. I. Cardoso, Paulino de Jesus Francisco. II. Programa de Pós-Graduação em História, Coordenação do . III. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

MARIANA SCHLICKMANN

**OS ARGONAUTAS DO ATLÂNTICO SUL: RAYMUNDO DE SOUZA DANTAS E O
NASCIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NAS DÉCADAS DE 1950 E
1960**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História.

Banca examinadora:

Coorientador:

(Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História representada pela Dr.^a Mariana Rangel Joffily)

Membros:

(Dr.^a. Karine de Souza Silva)
UFSC

(Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn)
UDESC

(Dr. Jorge Hector Morella Junior)
UNIVALI

(Dr.^a Cristiani Bereta da Silva)
UDESC

Suplentes:

(Dr.^a Karla Leandro Rascke)
UNIFESSPA

(Dr.^a Caroline Jaques Cubas)
UDESC

Florianópolis, 11 de dezembro de 2020

Àqueles que dão sentido a minha vida e sem os quais eu nada sou: Ana, Bruno, Gilmar e Gustavo. Também conhecidos como Aninha, Bubu, Gilzinho e Tatavo.

AGRADECIMENTOS

Por muitas vezes, pensei em escrever meus agradecimentos como um manifesto, mas por muitos outros, somente com o sentimento de gratidão em meu peito. Foram muitos os desafios nestes anos. Entre uma terrível realidade nacional de golpe de Estado, desmonte da Educação e fim de bolsas de doutorado; enfrentei duas cirurgias, perdas familiares e a destruição de um projeto profissional e de vidas aos quais me dediquei desde que entrei na universidade. Tive que me reinventar e me reerguer. E, sem dúvida, só cheguei até aqui porque tive ajuda de muita, mas muita gente, e na realidade queria que este texto fosse mais sobre elas do que sobre meus pesares, pois minha gratidão é maior do que qualquer coisa neste momento.

Começo agradecendo ao meu orientador, Paulino de Jesus Paulino Cardoso, que esteve ao meu lado em absolutamente todas estas situações. Sua mente é sempre brilhante e seu coração sempre generoso, mesmo nos dias difíceis. Obrigada por tantos bons momentos, tantos ensinamentos, por me fazer sonhar alto, e partilhar de tantos destes sonhos. Sua família faz parte da minha família, e ainda vamos nos encontrar nos cafés do mundo a fora. Cris, minha amada madrinha e amiga, quero ver quem vai nos aguentar no dia em que formos vizinhas!

Agradeço também a um pequeno grupo de amigas que sobreviveu a todas as provas. Juntas tivemos muitos bons momentos e dividimos os maus. Juntas crescemos profissionalmente e aprendemos sobre o tipo de intelectuais que almejamos ser. Nossos grupos de estudos online foram luz e aprendizado nos últimos dois anos, bem como nossas *lives* em tempos de pandemia. Ana Júlia, Cris, Karla e Grazi, obrigada por estarem em minha vida e me ajudarem a chegar até aqui.

Tenho uma família imensa, com a sorte de ter ainda meus avós, muitos tios e tias, primos e primas, afilhado e afilhadas. Sou grata por compreenderem as minhas ausências, por vibrarem e estarem presente em minhas conquistas, e por lembrarem às crianças que elas ainda têm uma dinda! Prometo que estarei mais presente a partir de agora e que irei decorar a árvore de Natal de todo mundo! Este ano de pandemia me fez valorizar ainda mais as inúmeras comemorações de aniversários todos os meses, com muita comilança e barulho. Quero poder aglomerar com vocês em breve.

Neste momento, pensando no que falar sobre minha família nuclear, meus pais e irmão, meus olhos já se enchem de lágrimas, pois vocês são a razão da minha existência. Meu amado irmão e meu cunhado incríveis, muito obrigada por tanto apoio, inclusive neste exato momento em

que escrevo os agradecimentos. Obrigada por relevar meu mau humor algumas vezes, pelas comidas veganas deliciosas e, principalmente, por cuidar dos nossos filhos caninos, Thor e Atena, nos dias intensos da tese, ou quando a gente só precisava de um descanso. Vocês são incríveis e eu os amo muito!

Meu pai e minha mãe, devo tanto, tanto, tanto a vocês. Obrigada pelos inúmeros sacrifícios, por abdicarem de tantas coisas em prol de dar a melhor educação possível para mim e para o Guh. Vocês são os melhores pais do mundo! Sempre ao meu lado, sempre me apoiando nos momentos difíceis, sempre me entendendo, sempre se importando, sempre me passando a confiança que precisava para seguir. Obrigada pelo colo disponível 24h, por desculpar e compreender as vezes em não fui a filha mais bem-humorada ou educada, e pelas mil ajudas. Me ajudaram de tantas formas a fazer esta tese e chegar até aqui, que não consigo expressar minha gratidão com palavras. Aprendi o que é lealdade, ética, respeito ao próximo, ser de esquerda e a lutar por um mundo mais justo com vocês. Tenho muita sorte e muito, muito, muito orgulho de ser filha da Ana e do Gilmar. Amo-os com todo meu coração.

E por último, mas não menos importante, ao amor da minha vida, parceiro em uma jornada de 12 anos. Meu amor, você foi meu porto seguro nos momentos difíceis, foi quem no dia a dia me aguentou, enxugou minhas (inúmeras) lágrimas, fez tudo o que estava a seu alcance para me ajudar, me fez não desistir, me deu confiança e incentivou a continuar. Reconheço o privilégio que é ter um amor deste e poder dividir a minha vida com a pessoa incrível que tu és. Tua luz, generosidade, inteligência e teu modo de se relacionar com o mundo e com as pessoas me inspiram a ser melhor, e talvez um pouco menos carrancuda, mas só um pouco! Eu te amo, amo a vida que construímos e amo nossos sonhos e projetos juntos.

A alegria de chegar até aqui é indescritível, e a lista de pessoas a agradecer, bem verdade, é maior. Tantas pessoas me ajudaram nesta jornada, que seria necessário um livro da vida para lembrar de todos e todas. Porém, me retenho em duas páginas. As lágrimas correm em meu rosto neste momento, últimos em que escrevo a tese. Só posso realmente descrever o que sinto em uma palavra: gratidão!

Mas a senhora lê e eu vivia; no livro da vida não se volta, quando se quer, a página já lida, para melhor entendê-la; nem pode-se fazer a pausa necessária a reflexão. Os acontecimentos nos tomam e nos arrebatam, às vezes, tão rapidamente que nem deixam volver um olhar ao caminho percorrido.

Lucíola, de José de Alencar (1862, p. 25)

RESUMO

O presente trabalho analisa um importante momento da diplomacia brasileira e da inserção internacional do país no mundo contemporâneo, em especial em África, através da trajetória do primeiro embaixador negro do país, e primeiro embaixador brasileiro enviado a uma missão à África sul-saariana, Raymundo de Souza Dantas. Por meio da análise de uma extensa bibliografia, que inclui diversos textos biográficos e autobiográficos, documentos do Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Central da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Arquivo da Biblioteca Nacional e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, esta tese busca reconstituir uma perspectiva diplomática, apoiada em uma mudança da percepção do lugar do Brasil no mundo e da importância do estreitamento das relações com o continente africano, como chave para o desenvolvimento econômico e social do país entre os anos 1950 e 1960. Busca-se, desse modo apresentar o nascimento da Política Externa Independente articulada ao projeto de desenvolvimento nacional brasileiro através da experiência pessoal de Raymundo de Souza Dantas. Como referências teórico-metodológicas, busquei embasamento em três campos distintos: Relações Internacionais, Relações Raciais e Estudos Africanos. Neste sentido, busquei desenvolver um diálogo necessário entre as três áreas, unindo os saberes para poder desvendar e produzir um olhar sensível a este momento singular da diplomacia brasileira.

Palavras-chaves: História da Política Externa Brasileira, Relações Internacionais entre África/Brasil, Raymundo de Souza Dantas.

ABSTRACT

This work analyzes an important moment of Brazilian diplomacy and the country's international insertion in the contemporary world, especially in Africa, through the trajectory of the first black ambassador of the country, and the first Brazilian ambassador sent to a mission to South Saharan Africa, Raymundo de Souza Dantas. Through the analysis of an extensive bibliography, which includes several biographical and autobiographical texts, documents from the Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Central da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Arquivo da Biblioteca Nacional and Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil of the Fundação Getúlio Vargas, starting from the appointment of Dantas by President Jânio Quadros, we seek to reconstruct a diplomatic perspective, supported by a change in the perception of Brazil's place in the world and the importance of closer relations with the African continent, as a key to the country's economic and social development among the 1950s and 1960s. In this way, we seek to present the birth of the Independent Foreign Policy articulated to the Brazilian national development project through the personal experience of Raymundo de Souza Dantas. As theoretical-methodological references, I sought grounding in three distinct fields: International Relations, Race Relations, and African Studies. In this sense, my objective was to create a necessary dialogue between the three areas, uniting the knowledge to unveil and produce a sensitive look at this unique moment in Brazilian diplomacy.

Keywords: History of Brazilian Foreign Policy, International Relations of Africa/Brazil, Raymundo de Souza Dantas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Afonso Arinos de Melo e Franco em 1945	38
Figura 2 - Presidente Jânio Quadros condecorando Ernesto Che Guevara	44
Figura 3 - San Tiago Dantas e Afonso Arinos	46
Figura 4 - Mário Gibson Barbosa	55
Figura 5 - Mario Gibson Barboza sendo condecorado pelo presidente do Senegal Leopold Senghor, em 1972	59
Figura 6 - Raymundo de Souza Dantas em Brasília	69
Figura 7 - Reportagem de capa do Jornal do Brasil em 05 de abril de 1961	72
Figura 8 - O Mundo Ilustrado, edição 25 de setembro de 1959	75
Figura 9 - Capa do livro África Difícil: Missão Condenada, de Raymundo de Souza Dantas	78
Figura 10 - Roberto de Souza Dantas, esposa e os três filhos sendo recepcionados pelo embaixador de Cuba, Rene Gotois, nas comemorações de aniversário da revolução cubana. Gana, janeiro de 1962	84
Figura 11 - Capa e contracapa do livro Brasil 1966	87
Figura 12 - O presidente Nkrumah e o embaixador com altos funcionários do governo em clara descontração durante a apresentação das credenciais de Dantas	95
Figura 13 - Recorte de jornal do Tha Ghanaian Times com reportagem sobre a apresentação de credenciais de Raymundo de Souza Dantas em 04 de outubro de 1961	96
Figura 14 - Mapa do mundo com foco no oceano Atlântico, Brasil e África	101
Figura 15 - José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco	104
Figura 16 - Palácio do Itamaraty nos dias de hoje. Foi construído entre 1851 e 1855 e sede do MRE entre 1899 a 1970	106
Figura 17 - Registro fotográfico da Conferência de Bandung	108
Figura 18 - Os cinco líderes do Movimento dos Não-Alinhados na Conferência de Belgrado em 1961. Da esq. para a dir.: Nehru da Índia, Nkrumah de Gana, Nassser do Egito, Sukarno da Indonésia e Tito da Ioguslândia	111
Figura 19 - Gilberto Freyre, 1956	115
Figura 20 - Juscelino Kubitschek inaugurando a sede do ISEB	121
Figura 21 - Hélio Jaguaribe no Jornal Correio da Manhã	121
Figura 22 - Capa do livro O Brasil e o Mundo Ásio-Africano	127
Figura 23 - Oswaldo Aranha na ONU em 1947	135
Figura 24 - Oswaldo Aranha capa da Time Magazine em 19 de janeiro de 1942	137
Figura 25 - José Honório Rodrigues na Academia Brasileira de Letras	142
Figura 26 - Francisco Clementino San Tiago Dantas, 1957	145

Figura 27 - Direita para esquerda: primeiro-ministro, Tancredo Neves; ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas e ministro do Planejamento, Ulisses Guimarães. Entre setembro de 1961 e junho de 1962 147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CEAA	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
IBEAA	Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBRI	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
IRBr	Instituto Rio Branco
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MN	Movimento Negro
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
SEATO	The Southeast Asia Treaty Organization/Organização do Tratado do Sudeste Asiático
SINBA	Sociedade de Intercâmbio Brasil África
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/Organização das Nações Unidas para Saúde, Educação e Cultura
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UFBA	Universidade Federal da Bahia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O ESTADO DA QUESTÃO: OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL	17
O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: UMA VITRINE DO BRASIL	19
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM CAMPO DE CONHECIMENTO A SERVIÇO DA HEGEMONIA ANGLO-AMERICANA	23
AS FONTES E A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	28
 CAPÍTULO 1 - A SOCIEDADE BRASILEIRA E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS, POLÍTICAS E COMERCIAIS COM ÁFRICA	32
1.1 O INÍCIO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM ÁFRICA – RELAÇÕES COM A ÁFRICA DO SUL	32
1.2 A DÉCADA DE 1950 E O ESTREITAMENTO DOS LAÇOS COM PORTUGAL	34
1.3 DÉCADA DE 1960: O DESPERTAR BRASILEIRO PARA A ÁFRICA	36
1.3.1 A política externa independente – Jânio Quadros e João Goulart	39
1.3.2 A interdependência e a diplomacia da prosperidade – Castelo Branco e Costa e Silva	47
1.4 DÉCADA DE 1970: O APOGEU DAS RELAÇÕES COM O CONTINENTE AFRICANO	53
1.4.1 Do projeto do “Brasil-potência” ao pragmatismo responsável	55
1.4.2 O pragmatismo responsável	62
1.5 DÉCADA DE 1980: DECLÍNIO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA	66
 CAPÍTULO 2 – ÁFRICA DIFÍCIL: A PRIMEIRA MISSÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA AO SUL DO CONTINENTE AFRICANO ATRAVÉS DO DIÁRIO DE RAYMUNDO DE SOUZA DANTAS	68
2.1 A TRAJETÓRIA DE RAYMUNDO DE SOUZA DANTAS	68
2.2 UMA ANÁLISE DO DIÁRIO DE DANTAS	76
2.3 “ <i>DE COMO O OLHO AZUL DO ITAMARATY NÃO VÊ, NÃO ENXERGA O NEGRO</i> ”	85
 CAPÍTULO 3 – UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO: NAVEGANDO DE VOLTA AO CONTINENTE-MÃE	100
3.1 UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO	100
3.2 O ITAMATARY E AS DISPUTAS INTERNAS NA FORMULAÇÃO DA PEB	103
3.3 A CONFERÊNCIA DE BANDUNG E O TERCEIRO MUNDO	107
3.4 A CONTINUIDADE DE UMA POLÍTICA DE ESTADO, NÃO DE GOVERNO: A DÉCADA DE 1950	112

3.5 O PAPEL DO IBRI E DO ISEB	116
3.5.1 O instituto superior de estudos brasileiros (ISEB)	119
3.6 O PAPEL DESSA <i>INTELLIGENTSIA</i> NACIONAL NA PEI	124
 CAPÍTULO 4 – O LEGADO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DE RAYMUNDO DE SOUZA DANTAS À DIPLOMACIA ATIVA E ALTIMA	126
4.1 ADOLPHO JUSTO BEZERRA DE MENEZES: UM OLHAR PIONEIRO A PARTIR DE BANDUNG	126
4.2 OSWALDO EUCLIDES DA CUNHA ARANHA	134
4.3 JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES	142
4.4 FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO DANTAS	145
4.5 O <i>DREAM TEAM</i> DA NOVA POLÍTICA BRASILEIRA PARA ÁFRICA	150
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
 REFERÊNCIAS	159
 ANEXO	173

INTRODUÇÃO

Em 2013, durante meu mestrado em História na Universidade Federal de Minas Gerais, em mais uma tarde de pesquisas na biblioteca central, deparei-me com um pequeno livro, muito gasto, chamado *África Difícil: missão condenada – diário*. Eu já conhecia o escritor, mas sabia que encontrar essa obra, devido à sua raridade, era extremamente difícil. Li avidamente e apesar de não ter um papel central em minha dissertação, na qual refleti sobre a introdução dos Estudos Africanos no Brasil, o autor e sua escrita ficaram em minha mente¹.

Ao formular meu projeto de tese para seleção do doutorado, no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina, foquei meu olhar nas relações internacionais entre Brasil e África do Sul, deixando de lado este diário, mas pensando que talvez, em algum momento, teria alguma utilidade. Porém, na medida que fui cursando as disciplinas e conhecendo melhor o contexto da minha pesquisa e as fontes, vi que o diário e o autor teriam um papel muito importante. Na realidade, ao longo da escrita da tese eles se tornaram centrais.

África Difícil: missão condenada – diário (Editora Leitura, 1965, 123p.) foi escrito por Raymundo de Souza Dantas, o primeiro negro embaixador do Brasil. Esta obra relata sua experiência diplomática, de 1961 a 1963, em Gana, a primeira embaixada brasileira na África sul-saariana. A criação deste posto era parte de um novo projeto geopolítico do governo brasileiro, no qual o continente africano alcançou um status mais elevado nas relações diplomáticas no país.

Este trabalho não tem a intenção de ser uma biografia de Souza Dantas, mas, na perspectiva histórica de Jacques Revel², aprender aspectos globais a partir da dimensão das pessoas. Ou seja, fazer da experiência uma janela para compreender diversos aspectos de um novo programa diplomático brasileiro, articulado à industrialização e ao desenvolvimento econômico.

Aquele foi um momento de expansão das classes médias urbanas, e com elas, o fortalecimento da sociedade civil, em especial o Movimento Negro e suas demandas por reconhecimento. Por isso, o país e o Itamaraty foram obrigados, ao mesmo tempo, a repensar a

¹ SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959 - 1987*. 2015. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2016.

² REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV: 1998.

imagem do “Brasil nação” como paraíso racial, e a dura realidade de uma diplomacia eurocentrada, colonial e balizada por uma cultura de branquitude³.

Raymundo de Souza Dantas nos apresenta uma nova percepção da inserção do Brasil no mundo e da necessidade de reorientar a política diplomática, no sentido de reposicionar o país como ator político de dimensão regional, na geopolítica mundial. Como ferramentas metodológicas, busquei embasamento em três campos disciplinares distintos: Relações Internacionais, Relações Raciais e Estudos Africanos. Mobilizando-as separadamente, nenhuma foi capaz de traduzir aquela experiência diplomática, muito menos o projeto de Brasil que estava sendo arquitetado e posto em prática no período.

Assim, percebi que para o bom andamento da tese, não se tratava de abordar este ou aquele campo disciplinar, mas da necessidade de interconectá-los, de modo a produzir um olhar sensível a esta singular experiência da democracia brasileira. Neste sentido, meu objetivo nesta tese foi criar um diálogo necessário entre as três áreas, unindo os saberes para poder desvendar este momento da diplomacia brasileira. Por isso, para dar conta de tal empreitada, é primordial conhecer o estado da arte dos campos de conhecimento que dão sustentação à pesquisa.

O resultado foi se desenhando na própria escrita do texto e o esforço para compreender os significados da experiência de Raymundo de Sousa Dantas na missão diplomática em Gana me levou a apreender uma perspectiva diplomática e a localizar atores e instituições que atentos a mudanças no mundo, compreenderam o novo lugar do Brasil e nele a importância geopolítica das relações de cooperação entre os dois lados do Atlântico, nossos exploradores, argonautas do novo Brasil. Assim, neste trabalho, busco apresentar o nascimento da Política Externa Independente articulada ao projeto de desenvolvimento nacional brasileiro através da experiência pessoal de Raymundo de Souza Dantas, no recorte temporal dos anos 1950 e 1960.

O título desta tese remete ao livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, escrito pelo antropólogo anglo-polonês Bronisław Malinowski (1884-1942) e publicado em 1922. A obra é o relato do trabalho de campo do autor, entre 1914 e 1918 nas Ilhas Trobriand, um arquipélago

³ De acordo com Cíntia Cardoso, a branquitude permeia o imaginário social seguindo a lógica hegemônica acaba por conceder ao sujeito branco vantagens e bens materiais e simbólicos com relação aos não brancos. Para uma análise mais aprofundada do conceito ver: CARDOSO, Cíntia. *Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis*. 2010. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2018.

próximo à Nova Guiné. Malinoswki chamou a população que habitava aquelas ilhas de argonautas, devido sua extrema habilidade de navegação.

Originalmente, os argonautas foram os marinheiros que, na mitologia grega, acompanharam o herói Jasão na nau chamada *Argo*, em sua jornada até a Cólquida (atual Geórgia) em busca do Tosão de Ouro. Esta lenda foi relatada por Apolônio de Rodes, em seu poema épico *A Argonáutica* (ou Os Argonautas - c. 250 a.C.).

O ESTADO DA QUESTÃO: OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL

Ao longo da década de 1950 e 1960, depois de anos dedicados aos estudos afro-brasileiros, em especial sobre escravidão, a academia brasileira colocou o continente africano em evidência. Para o historiador e diplomata Alberto da Costa e Silva⁴, três livros emergiram como fundamentais: *O Brasil e o mundo ázio-africano*, de Adolpho Justo Bezerra de Menezes (1956); *África: colonos e cúmplices*, de Eduardo Portella (1961); e *Brasil e África: outro horizonte – volumes 01 e 02*, de José Honório Rodrigues (1961).

Adolpho Justo Bezerra de Menezes era formado em Ciências Jurídicas e Sociais e tornou-se diplomata de carreira. O seu livro era voltado para o campo diplomático e examinou questões atuais da década de 1950, momento da independência de diversos países africanos (Líbia, Marrocos, Tunísia, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Sudão) e ponderou que estes ocupariam papéis relevantes no futuro e, por isso, mereciam atenção do Brasil. O estudioso também teceu críticas ao governo brasileiro, que, em sua opinião, deveria se estabelecer como liderança dos novos Estados e criar uma política externa inovadora, contrária ao colonialismo⁵. Além disso, poucos anos depois, em 1961, ele publicou outro livro sobre a temática, intitulado *Ásia, África e a política independente do Brasil*, que também buscava traçar novos caminhos para a diplomacia brasileira.

Eduardo Portella escreveu o seu livro *África: colonos e cúmplices*, em tom de crítica mais dura do que Menezes, fazendo sérias acusações ao descaso do Ministério das Relações Exteriores em projetar uma política para os países africanos, atitude do MRE que denominou de racista e conservadora⁶. O baiano Portella era um crítico literário ligado ao candomblé e atuou como

⁴ COSTA e SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 239.

⁵ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o Mundo Ázio-africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2ª edição, 1960, p. 229.

⁶ PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961, p. 137.

coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEEA, fundado em 1961, por ato do presidente da República, Jânio Quadros.

Dos três livros, o de Rodrigues obteve maior notoriedade. Único historiador de ofício dentre os três, tinha concepções claramente anticolonialistas. O autor abordou 400 anos de relação entre o Brasil e o continente africano, desde a escravidão até a posição brasileira ante a ONU nas questões do colonialismo português, a qual criticou veementemente, e utilizou como fontes uma ampla documentação, desde documentos oficiais do Brasil Colônia e do Ministério das Relações Exteriores do século XX, até entrevistas e publicações estrangeiras. Rodrigues apresentou sua obra publicada em três edições (1961, 1964 e 1982), ampliadas e revisadas constantemente, atualizando assim os desdobramentos das independências das colônias africanas.

Os livros de Rodrigues, Portella e Menezes marcaram o início da grande euforia que envolveu e propiciou o processo de institucionalização dos estudos africanos no Brasil neste período, pois o ano de 1960, foi nomeado pela UNESCO como “Ano da África”⁷, marcado pela independência de 17 países africanos. Essas transformações em África foram amplamente divulgadas na imprensa brasileira, conduzindo diversos intelectuais a voltarem seus olhares para o continente. Como afirma Jerry D’Ávila, só com o processo de “descolonização africano é que os intelectuais brasileiros se apressaram para atravessar o Atlântico. A descolonização passou a ser o centro das atenções de uma geração de nacionalistas culturais e econômicos”⁸.

Ao longo da década de 1960 e 1970, diversos autores publicaram livros sobre o continente africano com um viés diplomático. O Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEEA), tornou-se um espaço relevante de produção de conhecimento e elaboração de projetos de aproximação com o continente africano. Naqueles anos foram produzidas cerca de dez obras sobre a temática⁹.

Contudo, a primeira tese de doutorado a se dedicar inteiramente ao estudo das relações internacionais entre África e Brasil foi o trabalho de Henrique Altemani de Oliveira, intitulado *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África* e defendido na Universidade de São

⁷ PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991, p. 84.

⁸ D’ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 14.

⁹ O IBEEA foi fechado durante a ditadura e reaberto em 1973, dentro da Universidade Cândido Mendes, com o nome de Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA).

Paulo em 1987. Oliveira conduziu seu trabalho no campo da sociologia, pois Fernando Augusto de Albuquerque Mourão, locado neste departamento, era o único professor envolvido com a temática para orientá-lo. A partir disso, pesquisadores de várias áreas, como José Flávio Sombra Saraiva e Paulo Gilberto Fagundes Visentini, aplicaram-se ao estudo das relações políticas e econômicas entre o Brasil e continente africano.

Entretanto, apesar da tradição já consolidada de trabalhos acerca das relações entre o Brasil e o continente africano, um dos principais marcos desta relação, que é a missão diplomática chefiada por Raymundo de Souza Dantas, foi até o momento pouco explorada, tanto nos Estudos Africanos, quanto na História e nas Relações Internacionais. Dantas emergiu nesta tese como uma pista que nos permitiu historicizar a formulação da política externa e de um novo projeto de país. Logo, neste trabalho, busco contribuir para a compreensão deste momento e o seu impacto a longo prazo para o desenvolvimento do Brasil.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: UMA VITRINE DO BRASIL

Um dos possíveis motivos para a nomeação de Dantas está associado a uma percepção, desenvolvida por Gilberto Freyre, da importância da diversidade cultural para uma boa imagem do Brasil no exterior. Para compreender do que se trata, antes é necessário entender como e por que esse imaginário foi elaborado e o impacto deste conceito na sociedade brasileira da década de 1960, pois adveio de uma necessidade mais antiga, de uma sociedade em processo de Abolição da escravidão e findando a monarquia.

No contexto do final do século XIX e início do século XX, como pondera Lilian Schwarcz,

para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p.24).

Naquele período, o Brasil estava abandonando um passado escravista e monárquico para se tornar uma república oligárquica, cuja constituição, garantia a igualdade e transformava toda a população em cidadãos em termos formais.

Neste primeiro momento, o debate racial girou em torno de quem teria acesso, e em que níveis, à cidadania. Assim, as escolas de medicina e direito debateram as teorias raciais em uma perspectiva de naturalizar as diferenças, biologizando as hierarquias sociais.

Esse projeto de cidadania elitista não contou com a participação da sociedade e das lutas populares, ao contrário, foi imposto de cima para baixo, sem estender um Estado de direito a essa nova nacionalidade brasileira republicana e democrática. Como afirma Antônio Sérgio Guimarães:

[...] o imaginário elitista da nacionalidade aspirou — nas suas versões mais liberais — a uma raça mestiça que incorporasse negros e índios. Por isso, Peter Wade (1993, p. 3) tem razão quando diz que os pretos e os índios são incorporados mais "como candidatos potenciais à miscigenação" que como cidadãos plenos. De fato, eles foram excluídos desde sempre da cidadania, pelo processo mesmo de sua emancipação que os transformou numa subclasse (GUIMARÃES, 1995, p. 41).

Neste período de racismo científico e teorias raciais, as populações eram divididas em raças, o homem branco era tido o ápice na escala da “evolução” e o negro caracterizado unicamente em termos negativos, ainda em processo “evolutivo”. Por isso, como a mestiçagem era uma séria ameaça à “pureza” das populações/nações, devia a todo custo ser evitada¹⁰.

Entretanto, a mestiçagem era percebida como a principal marca do país e considerada um problema a ser enfrentado. Os intelectuais da época encontraram uma saída adaptando as principais teorias de modo a não considerar a miscigenação como um empecilho. Do darwinismo social adotou-se a ideia da naturalização da hierarquia entre as diferentes raças, e do evolucionismo social a perspectiva de constante evolução e aperfeiçoamento. Assim surgiu uma espécie de teoria híbrida que contornava o problema da mestiçagem, pois ela levaria ao branqueamento e aperfeiçoamento.

Na década de 1930, o problema racial ganhou destaque novamente, no governo Getúlio Vargas, que buscou repensar a questão da identidade nacional, em um período de imigração europeia em massa para o país e da Segunda Guerra Mundial¹¹. O debate foi guiado por um dos mais proeminentes pesquisadores na década de 1930, Gilberto Freyre (1900-1987), autor de duas obras clássicas do período: *Casa Grande & Senzala* de 1933 e *Sobrados e Mocambos*, publicada em 1936. Ele sofisticou as discussões e a adaptação das teorias raciais acerca da mestiçagem e do branqueamento, positivando definitivamente essa característica da identidade nacional brasileira.

Freyre reforçou a importância de Portugal na constituição do Brasil, mas abriu espaço para a contribuição das populações indígenas e africanas, mesmo que em menor proporção, pois para

¹⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 82.

¹¹ PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991, p. 73.

ele o protagonismo era português e os africanos coadjuvantes neste contexto histórico. O autor deu um novo significado para a mestiçagem, tornada o elemento fundante da civilização brasileira.

Para ele, a miscigenação proporcionou a convivência harmoniosa das três raças que construíram o país (indígena, africana e europeia). É pontual recordar que em 1939, Getúlio Vargas criou o “Dia da Raça”, a ser celebrado em 10 de junho, reservado a celebração da miscigenação brasileira. Em 1963 também foi criado o “Dia do Samba”, ainda no esforço de corroborar a cultura miscigenada do país¹².

Além da falta de cidadania, a democracia racial e a positivação da miscigenação estavam ancoradas em um ideal de “embranquecimento” que seria resultado da mistura entre as raças, uma vez que este prisma do racismo via o sangue branco como purificador, que absorveria os demais.

Logo, o racismo no Brasil não foi enfrentado de maneira direta, pois o discurso na academia e na sociedade era de que ele era inexistente, já que o país era uma “democracia racial”. A partir deste conceito, construiu-se uma interpretação do Brasil, na qual Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Caio Prado Júnior tiveram um papel fundamental. E em um mundo de tensões raciais, o Brasil se lançou em uma vitrine com esse novo modelo de governo, com base nessa convivência.

O Estado Novo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda e adesão entusiástica das elites brasileiras, esforçou-se em divulgar e vender essa imagem, construindo uma visão positiva do país que buscou silenciar vozes afros nos emergentes centros urbanos acerca das desigualdades presentes entre os descendentes de africanos.

Nos anos 1950, dois movimentos agiram de modo a deslegitimar o mito da democracia racial. De um lado, os estudos de Roger Bastide, Florestan Fernandes e Luiz de Aguiar Costa Pinto, entre outros que, patrocinados pela UNESCO¹³, produziram uma virada na percepção das relações raciais brasileiras. Essas inovações metodológicas ficaram conhecidas como Escola Sociológica de São Paulo, e nas palavras de Paulino Cardoso, enfatizaram a

[...] percepção de que a compreensão das relações raciais passava pela identificação dos discursos que configuravam a ideologia racial do branco, e igualmente, era preciso apreender as formas organizadas e conscientes, através das quais os descendentes de

¹²LEITE, Fernando Sousa. O Brasil olha para a África: lusotropicalismo na abertura da política externa brasileira para o continente africano. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v.3, n.5, jan/jun. 2018, p. 33-47, p. 37.

¹³ Mais informações sobre o projeto da UNESCO em: MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 14 No 41, outubro 1999.

africanos, entendiam e buscavam superar as condições de exclusão e marginalização (CARDOSO, 2000, p. 17).

Em segundo lugar, em um processo que tem início no final do século XIX e primeira metade do século XX, há o papel importante do Movimento Negro, que a partir das organizações associativistas e literárias, passaram a denunciar as condições de vida dos descendentes de africanos e advogar a necessidade de uma segunda Abolição.

Uma destas principais organizações foi o Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias do Nascimento, um homem que ao longo dos seus 95 anos existência, encarnou a luta antirracista no Brasil, e cuja trajetória será abordada de forma mais aprofundada no segundo capítulo desta tese.

O TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país e defendia os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos. Como afirma Domingues “o grupo foi um dos pioneiros a trazer para o país as propostas do movimento da negritude francesa, que, naquele instante, mobilizava a atenção do movimento negro internacional e que, posteriormente, serviu de base ideológica para a luta de libertação nacional dos países africanos” (2007, p. 108). Além disso, o Movimento Negro também deu à imprensa negra um novo impulso, com a publicação de diversos jornais de protesto pelo país.

Se por um lado, a academia e as organizações da sociedade civil já deslegitimavam o mito da democracia racial, por outro, o Estado brasileiro ainda fazia deste um instrumento de divulgação do país e continuou mobilizando esta ferramenta por muitos anos. Por exemplo, como estratégia de aproximação dos países da África Austral, antagonizando o regime de *Apartheid* da África do Sul, e procurando apontar um Brasil onde a população negra não se diferenciava da branca, já que possuía “até” embaixadores negros.

Assim, as relações raciais permeiam todo o contexto em que Raymundo de Souza Dantas estava inserido, como mostram os trabalhos de dissertação de Marina Luiza Horta¹⁴ (2015) e no trabalho de conclusão de curso de Thales Crescencio Wisinski Machado¹⁵ (2017), que também pesquisaram a trajetória de Dantas em suas monografias.

¹⁴ HORTA, Marina Luiza. *A imagem improvável de Raymundo de Souza Dantas – apontamentos sobre vida*. 2015. 145f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

¹⁵ MACHADO, Thales Crescencio Wisinski. *As relações Brasil-África da Política Externa Independente nas visões de Abdias do Nascimento e Raymundo Dantas*. 2017. 63f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Graduação em Relações Internacionais) Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM CAMPO DE CONHECIMENTO A SERVIÇO DA HEGEMONIA ANGLO-AMERICANA

As Relações Internacionais (RI), enquanto campo disciplinar, são um exemplo emblemático de como o conhecimento pode estar a serviço do Estado, e se moldar a partir de suas necessidades. O campo de estudos foi criado após a Primeira Guerra Mundial de forma multidisciplinar, abarcando diplomacia, política internacional, economia internacional, direito internacional e história.

A primeira cátedra foi criada em 1919 na Universidade de Gales na Inglaterra em seguida também foi implementada nos EUA¹⁶. Estes dois países foram pioneiros e os que mais investiram em pesquisas e contribuíram para a consolidação da temática. Não por acaso, são os precursores das principais teorias e do léxico da área. Todos os conceitos que são caros ao campo, o que se entende por limites da área, foram majoritariamente estabelecidos por pesquisadores destes dois países. Por conseguinte, foram eles que impuseram os termos do debate.

Obviamente, havia interesses em fazer estes investimentos vultuosos, que se resumiam em um principal objetivo: manutenção do poder vigente. As ferramentas teórico-metodológicas disponíveis não davam conta de compreender as mudanças causadas pela Primeira Guerra Mundial, o que colocava em risco a posição de poder que a Inglaterra (principalmente), mas também os EUA, ocupavam. Para compreender aquele novo mundo, manter e expandir sua hegemonia e atender aos interesses nacionais de seus países, o campo das Relações Internacionais foi criado. Como afirma Gonçalves:

[...] justamente por terem criado o léxico das Relações Internacionais e por reunirem o maior número de centros de pesquisa, os acadêmicos anglo-saxões definem o nível de excelência da análise e impõem os termos do debate. Isso significa, enfim, que não dispõem unicamente do poder político para satisfazer seus respectivos interesses nacionais, como também, do poder sobre o próprio discurso das Relações Internacionais (GONÇALVES, 2002, p. 03).

Logo, a construção das RI é um exemplo, entre tantos outros campos, de crítica a suposta neutralidade científica, uma vez que mostra a ciência não só como poder, mas também como ferramenta para perpetuar sua hegemonia¹⁷. Ao longo do século XX, o campo foi moldado e os

¹⁶ GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 2.

¹⁷ GRAMSCI, Antonio; SADER, Emir (Orgs). *Gramsci: Poder, Política e Partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

rumos das pesquisas foram definidos para atender aos interesses do mundo anglo-saxão de modo geral. Os autores voltados para o debate sobre teoria das relações internacionais foram influenciados pelos conceitos de paradigma e ciência normal, desenvolvidos por Thomas Kuhn¹⁸, e as críticas correntes à sua concepção de desenvolvimento da ciência e seus usos para catequizar os olhares e os discursos dos povos colonizados por meio de um processo histórico de conquistas, de imperialismos, de cruzadas, explorações, guerras e violências¹⁹ foram ignoradas por muito tempo²⁰.

As Relações Internacionais têm as suas origens enraizadas em um período e lugar onde o imperialismo estava no auge, mesmo estando a serviço dos mais diferentes povos e estados, e de sua característica internacional. Na realidade, muitos mitos teóricos fundamentais do campo são justificados sob a máscara do universalismo. A narrativa das RI é sempre a das grandes nações, e reflete os temas pertinentes ao Ocidente e à sua hegemonia, ao mesmo tempo em que ignora e silencia outras vozes, experiências e historicidades²¹.

O campo tem como embasamento grandes correntes teóricas ou fases como o Realismo, o Liberalismo, o Marxismo e o Construtivismo; que foram criadas de acordo com o contexto do momento, pautadas em uma justificativa histórica e em um arcabouço teórico propício e oportuno. Herz corrobora:

A percepção de que a história da disciplina é constituída por “grandes debates” ou “fases” confere identidade à mesma, tornando-se parte do processo de socialização dos especialistas. O primeiro debate entre “realistas” e “idealistas”, nos entreguerras, foi sucedido por aquele entre “tradicionalistas” e “behavioristas”, pelo debate interparadigmático entre pluralistas, estruturalistas e realistas, e, finalmente, pelo debate pós-positivista nos anos 80 e 90 (HERZ, 2002, p. 12).

Estas teorias foram e são adotadas por universidades e governos por todo o mundo, o que leva estadistas a orientar-se por políticas dos líderes estadunidenses e limita o desenvolvimento de

¹⁸ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

¹⁹ PEREIRA, Mariana Moreira. O Continente africano sob a perspectiva da Teoria Crítica das Relações Internacionais: uma alternativa às limitações das teorias clássicas. *Novas Fronteiras*: Revista acadêmica de Relações Internacional da ESPM-Sul - v.3, n.2, (Jun.-Dez 2016).

²⁰ HERZ, Marina. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, janeiro/junho 2002, pp. 7-40, p. 12.

²¹ GOLDBERG, Beatriz Sabia. *O limite das relações internacionais como campo de conhecimento: a busca de perspectivas críticas em Michel Foucault*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2018, p. 170.

projetos próprios e específicos para os seus países. Fasakin critica o uso destas teorias apropriadas acriticamente por lideranças, embaixadores e pesquisadores africanos e reforça que

[...] embora as RI sejam uma disciplina que se desenvolveu e se beneficiou das evoluções nas ciências sociais, seu crescente apelo aos impulsos governamentais e acadêmicos para atender às expectativas do governo e dos patrocinadores nos EUA, mais do que em qualquer outro lugar, permanece um ponto de referência ao pensar sobre a evolução das RI (FASAKIN, 2018, p. 15).

Assim, a relação entre o colonialismo/imperialismo e a construção das RI enquanto disciplina é pouco explorada. Do mesmo modo, a estrutura teórica-metodológica para tentar superar este modelo ainda é muito pouco pesquisada. As teorias pós-coloniais buscam se instrumentalizar em um movimento de resistência e luta pelo reconhecimento de novos atores nas Relações Internacionais. Entretanto, as demais correntes ainda se sobrepõem²².

É pontual evidenciar que o “pós” de pós-colonial não remete a uma ruptura com o período anterior e muito menos a superação do colonialismo, ainda tão intrínseco no padrão de sociedade ocidental. O colonialismo, seja cultural, territorial, ideológico, político, entre tantos outros, é um modelo de sociabilidade ainda muito presente²³. Deste modo, o que este ponto de vista propõe é justamente o olhar crítico a essa realidade.

O pós-colonialismo pode trazer alternativas para as perspectivas eurocêntricas e marcadas pelo estadocentrismo positivista, que restringe a capacidade crítica dos modelos teóricos disponíveis. Traz uma reconceitualização de poder, saber, subjetividade e representação, propiciando a capacidade de participação e de difusão de vozes em processos políticos, econômicos, culturais e institucionais de pouca permissão aos grupos menos favorecidos²⁴. Além disso, pode auxiliar os países periféricos a produzir suas próprias teorias e projetos de RI, uma vez que em sua grande maioria, os profissionais e pesquisadores de RI procuram encaixar ou interpretar a sua sociedade a partir do arcabouço teórico já existente. Fasakin, citando Ojo, traz essa realidade no continente africano:

Tanto os tons teóricos quanto os práticos relativos às RI na África são estabelecidos fora do continente. Pesquisadores africanos de RI meramente adaptam-nas para encaixar-se à

²²PEREIRA, Mariana Moreira. O Continente africano sob a perspectiva da Teoria Crítica das Relações Internacionais: uma alternativa às limitações das teorias clássicas. *Novas Fronteiras*: Revista acadêmica de Relações Internacional da ESPM-Sul - v.3, n.2, (Jun./Dez. 2016).

²³ HALL, Stuart. *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 95.

²⁴ CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 394.

realidade africana. Africanos, de forma geral, não construíram teorias ou criaram muitos teóricos de RI. Apenas poucos podem realmente identificar-se como teóricos ou teóricos de RI. Nossas contribuições não são sobre teorias, mas sobre a resposta e adaptação de teorias existentes às realidades africanas. Fazemos isso a partir de uma perspectiva africana (OJO apud FASAKIN, 2018, p. 21).

Atualmente, no Brasil, há uma grande produção intelectual que defende a ideia de repensar conceitos, sistemas racionalizantes, pois esses, são parciais e permeadas pelo eurocentrismo. Além de, como afirma Amado Luiz Cervo (2008, p. 13), ser “impossível qualquer teoria de alcance universal”. Ou seja, cada país, cada Estado, para não ficar à mercê dos outros no terreno do desenvolvimento estratégico e político, deve desenvolver sua própria cadeia de produção de conhecimento de Relações Internacionais²⁵. Essa preocupação sempre foi constante no Brasil, que buscou através de diversas instituições, criar seu próprio modelo de diplomacia.

Inicialmente, o debate acerca da política externa foi dominado por instituições governamentais, como as Forças Armadas e o Itamaraty, até meados dos anos 1970, quando o ambiente universitário também entrou em cena²⁶. O Ministério das Relações Exteriores tradicionalmente foi um grande fomentador do debate e formulador da política externa, principalmente por meio do Instituto Rio Branco, que foi fundado em 1945 e no ano seguinte passou a ser responsável pela seleção e aperfeiçoamento dos futuros diplomatas²⁷.

Entende-se que a política externa existe para representar interesses, diretrizes e metas do Estado no cenário internacional, tendo, portanto, os próprios atores estatais como os responsáveis por sua definição e implementação²⁸ (OLIVEIRA, 2005). Portanto, a diplomacia tradicional é apenas um dos instrumentos a serviço da política externa.

Ao longo deste trabalho, será mostrado como o Brasil instrumentalizou a diplomacia cultural para estabelecer sua política externa em África. A diplomacia cultural é o instrumento por excelência do âmbito cultural da projeção internacional de um determinado país, também chamado de política cultural externa²⁹. O desenvolvimento de uma política cultural externa depende da

²⁵ CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (2): 8-25 [2008].

²⁶ FONSECA JR, Gerson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre nações*. São Paulo: Paz e Terra, 2a ed., 2004, p. 263.

²⁷ INSTITUTO RIO BRANCO. Breve História do Instituto Rio Branco. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/historia>. Acesso em 16 de maio de 2019.

²⁸ OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

²⁹ BARÃO, Giulia Ribeiro. *A diplomacia cultural na política externa do governo Lula: um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010)*. 2012. 108f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Relações Internacionais) – da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2012, p. 19.

vontade política e da capacidade do Estado em transformar o capital cultural nacional (que abarca um conjunto de elementos, bens, traços e patrimônios) num instrumento de projeção externa do país.

É pontual destacar que antes da criação do campo na academia, diversos intelectuais e pesquisadores intérpretes do país se dedicaram e contribuíram imensamente para a História da Diplomacia do país, alguns deles inclusive tiveram grande renome no Instituto Rio Branco e também marcaram a transição da produção de conhecimento para o meio acadêmico. Nomes como Duarte da Ponte Ribeiro, Francisco Adolfo de Varnhagen, José Maria da Silva Paranhos Júnior -o barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Pandiá Calógeras, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho, Celso Lafer, José Honório Rodrigues, Hélio Jaguaribe, Maria Regina Soares de Lima, Celso Furtado, Alexandre Barros, Otavio Ianni, Estêvão de Rezende Martins, Moniz Bandeira, Roberto Gambini, Gerson Moura Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, foram fundamentais para o desenvolvimento do campo³⁰.

Como marco universitário, a criação do primeiro curso de graduação ocorreu em 1974 na UnB, seguido pelo Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em 1978, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, em 1979, e, posteriormente, do seu programa de mestrado³¹. O primeiro programa de doutorado surgiu somente no começo dos anos 2000³².

Atualmente as RI são um campo bem estabelecido e fundamentado no Brasil, com correntes do pensamento político e do pensamento diplomático próprios, embasados no legado histórico da identidade multicultural do país³³. Na tradição nacional, o acervo de conceitos elaborados pelas Relações Internacionais brasileiras dá o norte da política externa e se aplicam ao comando da política regional, à visão do outro, à rivalidade, à cooperação, ao conflito, às relações cíclicas e de eixo; além de dar inteligibilidade ao real³⁴.

³⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O Que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, v.3: Ciência Política. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES 1999, p. 191-255).

³¹ SANTOS, Norma Breda de. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, n.1, P.11-39, 2005, p. 23.

³² HERZ, Marina. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, janeiro/junho 2002, pp. 7-40, p. 19.

³³ CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (2): 8-25 [2008], p. 16.

³⁴ Estes conceitos são longamente expostos em: CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

Em países como os EUA e Alemanha, a área surgiu a partir da Ciência Política³⁵. Já no Brasil, ele adveio da História, que aos poucos abandonou a História da Diplomacia tradicional e deu espaço para a progressiva profissionalização das Relações Internacionais. Conforme Almeida:

Apenas a partir dos anos 80, a disciplina adquiriu no Brasil um estatuto próprio - ainda embrionário - diferenciando-se paulatinamente, mas não totalmente, da ciência política e da história. Com efeito, ela continua a colaborar - e de fato a trabalhar intimamente - com a história na delimitação de um campo de conhecimento mais voltado para o estudo da política externa e das relações exteriores do Brasil (ALMEIDA, 1999, p. 192).

Neste sentido, já se tornou uma tradição a cooperação interdisciplinar das R.I. com a História, que tanto ajudou na consolidação do campo. Neste trabalho, ambos os campos serão novamente mobilizados, juntamente com as Relações Raciais e os Estudos Africanos, buscando traduzir a experiência diplomática de Raymundo de Souza Dantas e o projeto de Brasil que estava sendo arquitetado e posto em prática no período.

É válido ressaltar que essa cooperação interdisciplinar é marca dos principais pesquisadores que se dedicam a analisar a História das Relações Internacionais entre Brasil e África, como José Honório Rodrigues, Henrique Altemani, José Flávio Sombra Saraiva, Paulo G. F. Vizentini, Pio Penna Filho, entre outros. Estes autores foram fundamentais para a compreensão da importância do continente africano no projeto da política externa brasileira, principalmente na segunda metade do século XX e da imagem que o Brasil estava construindo para si, de um paraíso racial, pacífico e potencial líder do “Terceiro Mundo” e de causas importantes, como a não-proliferação de armas nucleares e defesa do meio ambiente.

AS FONTES E A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Como já foi citado, o diário da experiência do embaixador, publicado em forma de livro, foi uma das fontes centrais desta pesquisa. Além disso, utilizei outros textos biográficos e autobiográficos, junto com diversos outros documentos como relatórios, ofícios, cartas oficiais, jornais, revistas e fotografias, que também foram mobilizados para a construção da narrativa.

³⁵ HERZ, Marina. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, janeiro/junho 2002, pp. 7-40, p. 15.

Minha busca por fontes me levou a realizar pesquisas no Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Central da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Arquivo da Biblioteca Nacional e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Histórico do Itamaraty, que salvaguarda os documentos da pasta até 1959 e o Arquivo Central da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, que tem sob sua responsabilidade a documentação de 1960 até os dias atuais. Em todos estes arquivos, busquei fontes dos anos 1950 a 1960, coletando cerca de mil fontes, das quais utilizei menos de 10%.³⁶

Encontrei uma enorme quantidade de fontes oficiais especialmente nestes dois últimos arquivos, e estes documentos produzidos pelo Estado, foram analisados com rigorosa crítica. René Rémond enfatiza que devemos tomar cuidado para não transformar a história política em história do Estado, e este cuidado está presente em nossa metodologia. Para o autor:

O Estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças. Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é, portanto, deter-se na aparência das coisas. Em vez de contemplar o reflexo, remontemos à fonte luminosa: ou seja, vamos de uma vez à raiz das decisões, às estratégias dos grupos de pressão (RÉMOND, 2003, p. 20).

Assim, apesar de a política se estruturar ao redor e em função da máquina estatal, o uso de fontes oficiais não implicará em uma história do Estado, mas sim uma história política que abarque as culturas políticas que compõem o processo, os diversos âmbitos da diplomacia brasileira e suas relações com a África. As culturas políticas podem ser entendidas como o “conjunto de valores, tradições, práticas, representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado” (MOTTA, 2009, p. 21).

Além do passado, este conjunto de práticas também pode influenciar e moldar projetos políticos planejados para o futuro. Eliane Dutra reforça o conceito ao afirmar que:

É justamente essa porção de um patrimônio cultural indiviso – experimentado no curso de uma existência, a um só tempo individual e coletiva, por referência de sistemas de valores, de regras e de crenças compartilhados em função de uma leitura comum do passado; de aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto; e da comunhão de uma visão de mundo [...] (DUTRA, 2002, p. 24).

³⁶ Na sessão Anexo estão as fontes tabeladas e especificadas.

Igualmente, investiguei a produção bibliográfica sobre o tema, concentrando nas memórias e autobiografias dos chanceleres brasileiros Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Clementino de San Tiago Dantas e Mario Gibson Barbosa.

O primeiro capítulo é intitulado *A sociedade brasileira e as relações diplomáticas e comerciais com África* e buscou contextualizar a situação econômica e social do Brasil e o projeto geopolítico do governo brasileiro no período, no qual a África alcançou um novo status nas relações diplomáticas no país. O recorte temporal está delimitado nas décadas de 1960 a 1980, e as principais fontes utilizadas foram obras bibliográficas e as memórias dos chanceleres.

Raymundo de Souza Dantas: uma singular experiência diplomática é o título do segundo capítulo, que abarcou a trajetória de Souza Dantas, sua experiência como embaixador em Gana e o exercício de branquitude no Itamaraty. As fontes utilizadas nesta sessão foram os livros publicados por Dantas, fontes do Arquivo do Itamaraty, bibliografia e uma entrevista com seu filho, Roberto de Souza Dantas.

No terceiro capítulo, chamado *Um rio chamado Atlântico: navegando de volta ao continente-mãe*, é analisada a mudança de contexto geopolítico a partir da conferência de Bandung em 1955 e do pensamento político brasileiro nos anos 1950 e 1960 que propiciou uma nova política externa, responsável pela reaproximação com o continente africano e consequentemente pela experiência diplomática de Raymundo de Souza Dantas. Através de uma análise bibliográfica e de fontes documentais do Arquivo Histórico do Itamaraty, foi examinado o contexto nacional, com as disputas internas e a emergência a cena política de um grupo específico de homens que eram adeptos ao nacional-desenvolvimentismo. Do mesmo modo, no contexto internacional, o processo de descolonização da Ásia e da África, a realização da Conferência de Bandung e o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Por último, em *Intelectuais, diplomatas, políticos e estrategistas: a formação de uma nova política internacional do Brasil para a África* são apresentadas as ideias, pensamentos e políticas de Estado elaboradas e propostas pelo grupo da elite diplomática, política e acadêmica do país que ajudou a construir a Política Externa Independente e a traçar uma nova diplomacia para o continente africano. As fontes pesquisadas para este capítulo são bibliográficas, além de documentos do Arquivo Nacional, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC. Os livros, discursos e textos de intelectuais Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Oswaldo Aranha, José Honório Rodrigues e San Tiago Dantas foram mobilizados para

compreender como as ideias da PEI foram construídas em relação ao continente africano, qual visão de África daquele momento, as barreiras e a percepção do lugar estratégico do continente africano para as pretensões geopolíticas do país.

O primeiro capítulo abrange um recorte temporal maior, pois analisa um processo longo de desenvolvimento da política externa brasileira. Deste modo, para apreender as dinâmicas das culturas políticas, a política internacional do Estado-nação brasileiro em sua relação com o continente africano deve ser analisada como uma estrutura, em uma temporalidade mais estendida. Dentro desta lógica, analiso as relações Brasil/África dos primórdios da República até o fim do período da ditadura.

Reinhart Koselleck é um dos grandes intelectuais que aprofundam o conceito de temporalidade. Ele demonstra a existência da “contemporaneidade do não contemporâneo” (Koselleck, 2014, p. 9). Ou melhor, a coexistência de diferentes planos com durações temporais distintas. Para o autor, as estruturas são amplas, integram as mais diversas experiências cotidianas e por isso ultrapassam um registro cronológico, pois elas não se organizam segundo uma estrita sucessão de eventos passados. Implicam em uma maior estabilidade e duração e alternam-se em prazos mais longos.

Também afirma que “existem estruturas que são tão duradouras que permanecem guardadas no inconsciente ou na não-consciência daqueles que a viveram, ou cujas alterações se dão a tão longo prazo que escapam ao conhecimento empírico dos atingidos” (KOSELLECK, 2006, p. 13). Por isso, há a necessidade de se conhecer os processos vividos nas décadas de 1950 e 1960, para se compreender seus desdobramentos nos anos 1970 e 1980, pois somente analisando-as em um recorte mais abrangente é que se descortina a possibilidade de conhecer esta outra face do país.

Os capítulos são amarrados como uma trança, onde ora Dantas é o fio condutor, ora a PEI. As experiências do embaixador, neste trabalho, nos permitem compreender a dura realidade de um Brasil que se queria moderno. De um lado, uma Política Externa Independente adequada a um projeto nacional que se consolidava nos anos 1950 e 1960. E de outro, uma estrutura institucional racista, colonizada, eurocentrada que não se sentia preparada para se deixar representar por um filho das suas senzalas. Dantas viveu na carne as dores do parto de uma cultura diplomática coerente com o lugar.

CAPÍTULO 1: A SOCIEDADE BRASILEIRA E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS, POLÍTICAS E COMERCIAIS COM ÁFRICA

Toda história contém em si sua própria medida do tempo

Reinhart Koselleck (2014, p. 16)

Como foi citado na introdução, o quadro cronológico desta tese é abrangente da mesma forma que o problema de pesquisa o é. Logo, para se compreender a estratégia geopolítica brasileira, é necessário compreender o contexto político e econômico brasileiro das décadas de 1960, 1970 e 1980 e os interesses do governo federal que através do Ministério das Relações Exteriores motivaram a fixação de diversas metas e objetivos para as relações com o continente africano.

Muitos destes objetivos, que são legados de chanceleres como Afonso Arinos e San Tiago Dantas, foram traçados nos anos 1960, mas só foram colocados em prática nos anos 1970 e 1980, por dirigentes como Mario Gibson Barbosa. Por isso, este primeiro capítulo ultrapassa o marco cronológico proposto no título da tese, com o objetivo de compreender o lugar do Brasil no mundo, discorrer a respeito do cenário político e econômico do país no período citado, entendendo a atuação do governo e a política externa brasileira em África.

1.1 O INÍCIO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM ÁFRICA – RELAÇÕES COM A ÁFRICA DO SUL

A política externa brasileira ocupa papel central neste primeiro capítulo, uma vez que o interesse da Presidência da República em estabelecer relações diplomáticas e econômicas com países africanos mobilizou diversos agentes, favoráveis ou não a ter esta aproximação e produziu impactos duradouros tanto na política interna quanto na posição do Brasil perante o mundo. Logo, para que possamos compreender este momento histórico, faz-se necessário conhecer a trajetória das relações entre Brasil e África³⁷.

No final do século XIX, com a Abolição da escravidão africana e a Proclamação da República, o governo brasileiro cessou oficialmente relações com a África Austral. Portugal colocou como condição, registrada e assinada no Tratado de Reconhecimento da Independência do

³⁷ Alguns trechos deste capítulo já foram previamente publicados pela autora.

Brasil, no artigo terceiro que “Sua Majestade Imperial promete não aceitar proposições de quaisquer colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil”³⁸. Ou seja, para que a antiga metrópole reconhecesse a independência do recém-criado Estado brasileiro, o novo país deveria manter-se afastado de relações políticas, intelectuais ou econômicas com as colônias portuguesas, concentradas em sua maioria no continente africano.

De acordo com Saraiva³⁹, as primeiras fontes acerca da retomada de contato com o continente africano são do Itamaraty, em 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra. Este movimento foi realizado através de acordos comerciais com a África do Sul. Porém, tanto Roquinaldo Ferreira⁴⁰ quanto Claudio Ribeiro⁴¹ afirmam que o Brasil manteve ligações com o norte da África através de um consulado no Marrocos, instalado em 1861.

Pio Penna Filho, com base em outras fontes, aponta as relações do Brasil com a África do Sul, o primeiro país ao sul do deserto do Saara a estabelecer vinculações com o Brasil:

O Brasil começou a se aproximar da União Sul-Africana em 1918, com a criação de um Consulado de Carreira na Cidade do Cabo. Embora o primeiro cônsul de carreira só tenha assumido o seu posto em 1926, o gesto do governo brasileiro demonstrou o seu interesse em estreitar as relações comerciais com a União Sul-Africana, ampliando o horizonte do intercâmbio comercial do Brasil com uma região economicamente próspera e estrategicamente significativa. Do ponto de vista estritamente político, as relações entre Brasil e África do Sul foram estabelecidas apenas em 1947-1948, com a abertura, respectivamente, de uma representação diplomática sul-africana no Rio de Janeiro e da Legação brasileira em Pretória (PENNA FILHO, 2001, p. 69).

A criação de um Consulado de Carreira em 1918 possuía finalidade estritamente comercial até a década de 1940, quando as relações políticas, lideradas pelo Ministério das Relações Exteriores foram iniciadas. Assim, sobre a África Austral, Saraiva está correto ao afirmar que a retomada de contato com o continente africano ocorreu, da perspectiva política, somente na década de 1940.

³⁸ http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1230&sid=115&tpl=printer_view Acesso em 16 de maio de 2016.

³⁹ SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p.25.

⁴⁰ FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013, p. 58.

⁴¹ RIBEIRO, Claudio Oliveira. Brasil, África, Portugal: da política externa independente à criação da CPLP. *Leviathan*, n. 1, p. 99-117, 2004, p. 101.

Os laços do Brasil com a África do Sul foram mantidos pelo governo de maneira discreta, uma vez que os países possuíam divergências ideológicas a respeito da integração de diferentes populações e etnias em seus territórios. O primeiro pregava a “democracia racial”, ao mesmo tempo em que o segundo vivia sob o regime de Apartheid, ou seja, de segregação racial institucionalizada.

O governo brasileiro obteve sucesso em manter uma opinião neutra acerca do Apartheid até a década de 1970, quando quinze países africanos assinaram uma resolução em que o Brasil e mais seis Estados sofreriam boicote diplomático no fornecimento de petróleo caso não fossem encerradas as relações com o regime de segregação sul-africano e findassem o apoio ao colonialismo português⁴².

No contexto da década de 1970, as duas primeiras crises mundiais do petróleo comprometeram o fornecimento do produto e aumentaram vertiginosamente o preço do barril⁴³. Nesta delicada situação, o Brasil deixou de se relacionar com a África do Sul até o fim do regime de Apartheid⁴⁴, visando garantir seu suprimento de petróleo e conquistar a confiança dos países africanos com os quais tinha planos comerciais. Além disso, outras nações, como as pertencentes à Liga Árabe, países asiáticos e o bloco socialista, que monitoravam todas as relações da África do Sul, também questionavam a coerência da política externa brasileira e seu envolvimento com o país sul-africano.

Mesmo não sendo politicamente bem aceitas as ligações entre os países, o Brasil procurou adiar ao máximo o fim das relações com a África do Sul, pois dos parceiros africanos, era com quem tinha maiores transações comerciais. De acordo com Saraiva, mais de 50% das exportações brasileiras para o continente africano eram para a África do Sul, chegando a 70% no ano de 1962⁴⁵.

1.2 A DÉCADA DE 1950 E O ESTREITAMENTO DOS LAÇOS COM PORTUGAL

A Segunda Guerra Mundial causou mudanças e impactou não apenas a Europa, mas o mundo, uma vez que a ordem pré-estabelecida de comércio e fornecimento de bens de consumo

⁴² SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Rev. Bras. Polít. Int.* 49 (2): 157-177 [2006], p. 160.

⁴³ Para mais informações sobre o primeiro e segundo “choque do petróleo”, ver: SANTANA, 2006, p. 157-177.

⁴⁴ Somente na década de 1990, com o decreto oficial do fim do regime de *apartheid* e a eleição de Nelson Mandela para presidente, o Brasil retomou contato com a África do Sul. Em 1991, Mandela visitou o Estado brasileiro, retomando os relacionamentos comerciais.

⁴⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 40.

foi reconfigurada. Neste período o Brasil era essencialmente agrário, com a economia voltada para a exportação de bens primários, “explorando vantagens comparativas em termos de recursos naturais e de mão de obra” (SANTANA, 2004, p. 17).

Nos anos pós-Segunda Guerra Mundial, aproveitando as oportunidades propiciadas pela reconfiguração econômica, o país seguiu a teoria de desenvolvimento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)⁴⁶, iniciando um processo de desenvolvimento da indústria nacional. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tinha por lema “50 anos em 5”, visando, através de um Plano de Metas, superar o subdesenvolvimento do país e acelerar a industrialização⁴⁷.

No plano político, Juscelino Kubitschek (ou JK) estreitou ainda mais os laços com Portugal ao complementar o “Tratado da Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil”, assinado em 16 de novembro de 1953 pelo presidente brasileiro Getúlio Vargas⁴⁸ e o presidente Antônio de Oliveira Salazar. O Tratado selava o compromisso de mútua consulta entre os países em assuntos internacionais, do mesmo modo que:

Era uma garantia para uma série de acordos no decorrer dos vinte anos seguintes, estendendo privilégios econômicos e políticos aos imigrantes portugueses no Brasil, reduzindo as barreiras para a exígua quantidade de comércio que existia entre os dois países e excluindo qualquer conexão entre o Brasil e as colônias portuguesa (D’ÁVILA, 2011, p. 40).

Assim, o Brasil se atrelava a um acordo sem visíveis vantagens para o país. Por sua vez, Portugal obteve sucesso em envolver o Brasil numa situação de dependência de opinião, garantindo apoio nas suas questões coloniais, cada vez mais criticadas pela comunidade internacional.

Os imigrantes portugueses residentes no Brasil possuíam posição de prestígio e influência nos meios de comunicação, bem como voz ativa na política. Além disso, o apoio de Gilberto Freyre ao governo de Salazar e seu conceito de lusotropicalismo, criador de uma nova imagem do homem português, foi utilizado para reforçar os laços e a comunidade imaginada⁴⁹ formada por portugueses e brasileiros. O lusotropicalismo defendia a flexibilidade da população portuguesa em se adaptar a

⁴⁶ LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Bras. Polít. Int.* 48 (1): 24-59 [2005], p. 28.

⁴⁷ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

⁴⁸ Getúlio Vargas foi presidente do Brasil entre 1930 e 1945, assumindo o posto novamente entre 1951 e 1954.

⁴⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

outros locais, em especial aos trópicos, e que a capacidade dos homens portugueses de miscigenar e absorver trocas culturais criou uma “civilização inter-racial nascida no espaço de colonização portuguesa”⁵⁰.

Durante o governo de JK, a identificação com Portugal se intensificou, e o Brasil apoiou todos os posicionamentos portugueses relativos às suas colônias. De 1957 a 1960, vinte e um países africanos proclamaram independência, contudo, o governo de Juscelino Kubistchek não se pronunciou a respeito deste importante momento histórico⁵¹.

Os esforços do país no âmbito da política externa voltavam-se para a expansão da influência na América Latina e junto aos Estados Unidos⁵². Nas votações sobre as colônias africanas nas reuniões da ONU, que procuravam pressionar tanto Portugal quanto a França pelo fim do colonialismo, o Brasil manteve uma postura de distanciamento, ao mesmo tempo em que apoiava com voto favorável às nações colonizadoras nos conselhos da ONU, procurando, no entanto, não chamar atenção para tal fato⁵³.

Todavia, deve-se destacar que, ainda na década de 1950, iniciou-se no Itamaraty um tímido interesse pelo continente africano, que será abordado no quarto capítulo.

1.3 DÉCADA DE 1960: O DESPERTAR BRASILEIRO PARA A ÁFRICA

A ONU considerou 1960 como o ano da África, devido aos novos Estados em surgimento no continente. Em relação ao Brasil, toda a década de 1960 foi marcada por profundas transformações nas relações com países africanos. As mudanças ocorreram com a posse de Jânio Quadros⁵⁴ na presidência da República, momento de anúncio da “Política Externa Independente”, que decretou diretrizes até então inéditas nas relações internacionais brasileiras, pois almejava:

A expansão das exportações brasileiras para qualquer país – inclusive socialistas; a defesa do direito internacional e da autodeterminação dos povos; a não-intervenção nos assuntos

⁵⁰ PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951–1974). *Revista UFG*, junho de 2009, Ano XI nº 6, p. 152.

⁵¹ SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 31.

⁵² RAMPINELLI, Waldir José. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. *Revista Lutas Sociais*, v. 17/18, 2007, p. 97.

⁵³ PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 39, janeiro-junho de 2007, p. 62.

⁵⁴ Jânio Quadros foi diplomado presidente em 31 de janeiro de 1961, e renunciou ao cargo em 25 de agosto do mesmo ano.

internos de outras nações; a paz, o desarmamento e a coexistência pacífica; o apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda dependentes; e a formulação autônoma dos planos nacionais de desenvolvimento e encaminhamento da ajuda externa (SANTANA, 2004, p. 31).

Essa mudança tão grande e original teve como um dos mentores o chanceler escolhido pelo presidente: Afonso Arinos de Melo Franco (Figura 1). Conhecer a trajetória do chanceler e sua equipe, é de fundamental importância para compreendermos a presidência de Jânio Quadros e de João Goulart.

Afonso Arinos é uma figura importante da política brasileira. Como deputado, foi o autor da lei que leva seu nome e que foi a primeira a penalizar o preconceito de raça e cor no país, em 1951. Era um intelectual pernambucano, com diversos livros publicados, além de ser professor universitário. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, já havia exercido o cargo de chanceler, e seu irmão, Virgílio de Melo Franco, era deputado. Leitor e amigo de seu conterrâneo Gilberto Freyre, (ambos eram integrantes do partido UDN) bebia das fontes do lusotropicalismo e da democracia racial deste.

O convite para ser ministro veio após uma viagem com o presidente Jânio Quadros a Cuba⁵⁵, quando teve oportunidade de expor sua visão de política externa, que era claramente anticolonialista, valorizava estrategicamente o Oriente Médio, China e América Latina era contrário ao alinhamento automático com os Estados Unidos⁵⁶.

⁵⁵ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada*: memórias. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965, p.462.

⁵⁶ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto*: memórias. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968, p. 27.

Figura 1 - Afonso Arinos de Melo e Franco em 1945



Fonte: Autor desconhecido, 1945. Arquivo Nacional BR_RJANRIO_EH_0_FOT_PPU_08781_0001

Ele já conhecia o continente africano de antemão, pois havia palestrado na Argélia e tinha convicção que o Brasil tinha uma dívida moral para com a África. Em sua percepção, o país, por ter sido colônia, deveria ser contra todo colonialismo e de que sendo sua sociedade o resultado da miscigenação de raças deveria ser contra qualquer discriminação racial⁵⁷. Além disso, acreditava firmemente que o Brasil era um país exemplo de harmonia entre povos, que deveria ser seguido pelo resto do mundo⁵⁸.

Afonso Arinos teve dois nomes importantes em sua equipe, que futuramente também foram chanceleres: Francisco Clementino de San Tiago Dantas e Mario Gibson Barboza, todos os três foram importantes argonautas para esta tese. San Tiago é considerado o intelectual que formulou a política externa – que recebeu intervenção direta de Jânio Quadros – junto com Arinos. Foi inclusive sugestão do presidente nomear Raymundo de Souza Dantas como embaixador, ideia prontamente acatada por Arinos.

⁵⁷ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Afonso Arinos de Mello Franco: atualidade e paradoxo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sã (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* – Vol. III. Brasília: FUNAG, 2013, p. 972.

⁵⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968, p. 63.

As novas proposições que priorizavam a soberania do país, questionavam os EUA em diversos pontos e defendiam a autonomia e aproximação dos povos latino-americanos e afro-asiáticos foram contestadas inclusive por seus colegas de partidos, e as mudanças encontraram resistência em vários âmbitos, incluindo no próprio Itamaraty⁵⁹. Conforme Samuel Pinheiro Guimarães:

A nova política externa que o próprio Arinos não apreciava chamar de independente, sofria, segundo Afonso Arinos, forte resistência dos diplomatas mais antigos e graduados do Itamaraty, profundamente envolvidos no Rio de Janeiro pelos influentes círculos portugueses, americanos e europeus e pela UDN tradicional, que poderiam ser caracterizados como antigetulistas, anti-indústria e antiKubitschek pela mudança da capital para Brasília que, resistida, somente viria a se efetivar em 1970 (GUIMARÃES, 2013, p.971).

Logo, furar o cerco do *lobby* português e pôr em prática um projeto moderno de diplomacia, foi um desafio tanto para a chancelaria quanto para a presidência. A meteórica gestão de Afonso Arinos durou somente 205 dias, mas produziu impactos profundos na diplomacia brasileira.

1.3.1 A política externa independente – Jânio Quadros e João Goulart

As inquietações econômicas tiveram peso na formulação dessa nova política. A crise nas exportações do café produziu um desequilíbrio na balança comercial brasileira, detentora de recursos insuficientes para promoção do crescimento econômico. Além disso, a industrialização, considerada incipiente, demandava o consumo de mercados externos, uma vez que o aumento da inflação deteriorou o poder de compra no mercado interno⁶⁰.

Entre as mudanças, o alinhamento automático a Estados Unidos e Portugal deixou de existir, e os processos de descolonização ganharam apoio brasileiro. O Brasil passou a estabelecer relações diplomáticas com Cuba, China, União Soviética e o Leste Europeu, visando novos

⁵⁹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968, p. 60.

⁶⁰ SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Rev. Bras. Polít. Int.* 49 (2): 157-177 [2006], p. 18.

mercados para seus produtos manufaturados e tentando se afirmar como potência emergente, líder entre os países do então chamado “terceiro mundo”⁶¹.

Ainda em 1961, foi criada a Divisão de África no Itamaraty, e em seguida três embaixadas foram instituídas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria). A escolha destes locais pautou-se numa perspectiva estratégica, uma vez que Dacar, no Senegal, era um grande centro intelectual e exercia influência em toda a África de colonização francesa. Já a Nigéria, país mais populoso e rico em recursos naturais, era idealizado pelo governo como um futuro parceiro comercial. Por sua vez, Gana consistia em centro estratégico na África Ocidental, detentora de grande expressão política e maior exportadora de cacau do mundo. Convém destacar também que a embaixada de Gana recebeu Raymundo de Sousa Dantas.

Um dos membros da equipe de Sousa Dantas, Vivaldo da Costa Lima, pesquisador do CEAO, exerceu o cargo de Adido Cultural em Accra, durante dois anos. Lima viajou pela Nigéria, Daomé, Togo, Gana e Alto Volta. Entre suas funções elaborou relatórios e encaminhou sugestões para o Ministério das Relações Exteriores e para a Universidade Federal da Bahia, como por exemplo, a realização de cursos de língua portuguesa e a distribuição de bolsas de estudos para estudantes africanos, que foram acatadas pelo governo federal⁶².

Em 1961 o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEEA foi criado através do Decreto 50.465, de 14 de abril de 1961, subordinado diretamente à Presidência da República e localizado dentro do Ministério da Educação, no Palácio Capanema, Rio de Janeiro. O IBEEA era presidido por Cândido Mendes de Almeida⁶³, reconhecido cientista social, e coordenado por Eduardo Portella, tendo como principal função assessorar a Presidência nas relações entre Brasil e África, sem interferência e pressão do colonialismo português.

O Instituto auxiliou, por exemplo, na formação de uma política de relações comerciais com África, como afirma Oliveira, através das reuniões de debate sobre relações econômicas Brasil-

⁶¹ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 41.

⁶² Informações. *Afro-Ásia* 8-9 (1969), p. 131-142.

⁶³ Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, em 1928, e advém de uma família com títulos de nobreza ligados ao Vaticano. A família Mendes de Almeida criou no Rio de Janeiro, em 1906, a Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, que em 1919 abriu seu primeiro curso de ensino superior e desde então foi se expandindo até tornar-se uma universidade na década de 1960.

África, iniciadas em abril de 1962⁶⁴. Além disso, publicou quatro livros em sua curta existência. Em 1962, três livros foram lançados: *Terceiro Mundo: unidade e emergência*, de J. Soares Pereira; *Dois caminhos da revolução africana*, de Moacir Werneck de Castro e *A revolução no trópico*, de Vamireh Chacon. Em 1963 foi lançado o livro *Nacionalismo e Desenvolvimento*, de Cândido Antônio Mendes de Almeida.

A criação de um órgão de produção de conhecimento exclusivamente sobre África e Ásia por parte da Presidência da República é um fato intrigante do governo Quadros, uma vez que por uma questão de delegação de funções, o Itamaraty seria o ministério que deveria tomar a frente em um projeto deste porte. E apesar dos receios e pouca receptividade do legislativo do país com a nova política externa, Jânio demonstrou diversas vezes plena confiança em seu chanceler, Afonso Arinos de Melo e Franco.

Essa iniciativa de fôlego foi sufocada com o golpe civil-militar⁶⁵ de 1964, que extinguiu o órgão no mesmo ano. Em 1973, Cândido Mendes retomou o projeto do Instituto, porém em novos moldes, a partir de então vinculado à Universidade Cândido Mendes, chamando-se Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA).

O Ministério das Relações Exteriores organizou uma delegação para participar do 1º Festival Mundial de Artes Negras, em Dacar, evento na qual Cândido Mendes integrou a comitiva brasileira junto com Afonso Arinos⁶⁶. Professores africanos também vieram ao Brasil com bolsa oferecida pelo Itamaraty, como Ousmane Silla, do Institut Fondamental d’Afrique da Universidade de Dacar, que esteve no Brasil para ministrar cursos no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia⁶⁷. Este, representado pelo seu fundador, Agostinho da Silva, também compôs junto ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Educação e aos pesquisadores, um grupo de trabalho para viabilizar o intercâmbio cultural, político e econômico com o continente africano.

⁶⁴ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 31.

⁶⁵ Este conceito não é unânime na historiografia, mas o utilizo por compreender que a população civil teve papel fundante no golpe de Estado. Para aprofundar o conceito: MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Revista Espaço Plural*, nº 27, 2012, pp. 39-53.

⁶⁶ Informações. *Afro-Ásia*, 2-3 (1966), p. 177-182.

⁶⁷ Informações. *Afro-Ásia* 6-7 (1968), p. 145-149.

Neste esforço para reconfigurar as relações internacionais brasileiras com a África, também foi criado um programa de bolsas de estudos para estudantes africanos, conforme sugerido pelo adido cultural do MRE em Gana, Vivaldo da Costa Lima. O programa foi financiado com o corte de salários do corpo diplomático do MRE e a ação estabelecida por uma ordem presidencial e coordenada diretamente pelo IBEEA. O Itamaraty não recebeu bem a notícia de corte de salário de funcionários para a realização deste projeto. Ao todo quinze estudantes, provenientes de Cabo Verde, Camarões, Gana, Guiné Bissau, Nigéria e Senegal vieram ao Brasil com bolsas do governo federal. O IBEEA, primeiro os enviou a Salvador para aulas de português e cultura brasileira no CEAO e depois os encaminhou para universidades em todo o país⁶⁸.

A outra sugestão de Lima, a criação de cursos de língua portuguesa em África, foi posta em prática em 1962, com a inauguração do curso na Universidade de Ifé, na Nigéria, ministrado pelos professores do CEAO, Yeda Pessoa de Castro e Guilherme de Sousa Castro. Este projeto contou com o apoio do MRE, e foi pela Universidade Federal da Bahia e pelo CEAO⁶⁹.

Podemos, assim, perceber a importância do cenário político brasileiro para a criação e o fortalecimento dos centros de estudos africanos no Brasil, uma vez que o interesse do governo em estabelecer relações com um continente até então “desconhecido”, aprofundou a demanda por conhecimentos sobre aquele território e suas culturas, de modo a estabelecer quais os parceiros mais apropriados e as estratégias de aproximação.

O envolvimento do CEAO deveu-se muito à influência política de seu fundador, Agostinho da Silva, portador de livre trânsito no Ministério das Relações Exteriores, ajudante, inclusive no projeto de fundação do IBEEA, do qual foi nomeado membro do Conselho Curador⁷⁰. O CEAO, devido aos contatos de Agostinho no exterior, possuía um programa de intercâmbio que passou a ser financiado pelo governo, além de receber incentivos à pesquisa e encomendas de trabalhos.

Em 1961, também ocorreu a exposição flutuante do navio-escola Custódio de Mello, organizada pelo MRE e Ministério da Marinha, viajando pela costa ocidental africana durante

⁶⁸ D'ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 80.

⁶⁹ Informações. *Afro-Ásia* 8-9 (1969), p. 131-142.

⁷⁰ OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010, p. 185.

alguns meses com a finalidade de apresentar o Brasil e alguns produtos disponíveis para comercialização⁷¹.

Durante este movimentado ano de 1961, ocorreu um fato singular que aumentou ainda mais a pressão sobre o governo e os novos rumos da política externa: a condecoração de Ernesto Che Guevara com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, conforme visto na Figura 2. Em seu livro de memórias Afonso Arinos explicou que tal condecoração se deu em um contexto em que o Vaticano solicitou apoio do governo brasileiro para mediar a perseguição sofrida pela Igreja no governo de Cuba.

Nesta ocasião, Che passava por Brasília e se voluntariou para auxiliar na situação, o que levou o presidente a condecorá-lo. Porém, Arinos ressalta que o Conselho que aprovava as condecorações era formado pelo Ministro das Relações Exteriores, o de Guerra e o da Marinha e da Aeronáutica. Portanto, todas as forças armadas deram o aval para tal homenagem, não se configurando um indício de comunismo no país, como na época tentou-se atribuir⁷².

Jânio Quadros, apesar das medidas inéditas, governou o país por menos de um ano, renunciando à presidência da República e seu vice, João Belchior Marques Goulart⁷³, mais conhecido como Jango, assumiu em seu lugar. Afonso Arinos apresentou sua carta de demissão logo após a saída de Quadros, e San Tiago Dantas assumiu o ministério em seu lugar. A Figura 3 mostra os dois chanceleres juntos.

Em seu discurso de posse, manteve seu compromisso com a PEI (Política Externa Independente), o que lhe custou uma resistência ainda maior⁷⁴, a conjuntura política era especialmente difícil naquele momento. Como ressalta Fonseca:

No aspecto nacional, depois da renúncia de Jânio, o parlamentarismo acabava de se instalar, não por convicção da elite política ou por inclinação da vontade popular e, sim, de forma negociada e artificial, para permitir que João Goulart, contestado por grupos de direita e por setores militares, assumisse o governo (FONSECA, 2013, p. 985).

⁷¹ SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 38.

⁷² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968, p. 103.

⁷³ João Goulart foi presidente do Brasil entre 1961 e 1964, quando, em 31 de março de 1964, um golpe militar assumiu o poder.

⁷⁴ DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Coletâneas de textos sobre Política Externa*. [Org. Renato Lessa; Cristina Buarque de Hollanda]. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 105.

Figura 2 - Presidente Jânio Quadros condecorando Ernesto Che Guevara



Fonte: Autor desconhecido, 1961. <http://memorialdademocracia.com.br/card/conservador-na-agenda-economica-progressista-na-politica-externa>

Neste delicado momento, o IBEEA, criado justamente para atender as necessidades do governo em termos de aquisição de conhecimento e elaboração de planos em relação ao continente africano, viu-se em posição fragilizada com a renúncia de Quadros. Conforme Conceição:

Para o IBEEA, o estudo do mundo afro-asiático (que vivia ainda a época do “espírito de Bandung”) era um meio de cumprir a sua função principal: colaborar com o Itamaraty no planejamento das relações culturais entre o Brasil e os países da África e da Ásia. No entanto, perdido o impulso inicial do gesto de abertura de Jânio Quadros, a política africana do Itamaraty esmaeceu face aos embates travados com o *lobby* português que atuava tanto internamente no Ministério das Relações Exteriores quanto externamente,

através da então influente Federação das Associações Portuguesas, muito bem articulada com setores políticos brasileiros favoráveis a Salazar (Conceição, 1991, p. 86).

A dependência deste centro aos interesses do governo foi posta à prova com o golpe de 1964, que estabeleceu novas diretrizes políticas em relação ao continente africano e decretou o fechamento do IBEAA. Ainda em termos de relações governamentais e envolvimento políticos, Goulart continuou as diretrizes estabelecidas pelo seu antecessor. Entretanto, apesar dos esforços, a pressão exercida por Portugal em prol do colonialismo continuou extremamente forte.

A Política Externa Independente atuou de modo ineficiente quanto a cortar as amarras do Tratado de Amizade e Consulta, sendo que o Brasil ainda não se relacionava com as colônias portuguesas e mantinha seu apoio a manutenção do colonialismo português em África. O país europeu, em uma estratégia para dar continuidade ao colonialismo, afirmava não possuir colônias, mas sim “províncias ultramarinas”⁷⁵.

O governo de Goulart foi marcado por sua luta em manter-se na presidência, pois sua legitimidade – por conta da renúncia de Jânio Quadros – tornava-se duvidosa constantemente. Além disso, as medidas tomadas em seu governo, como apoio a sindicatos, tentativa de aumento do salário-mínimo, apoio a organizações sociais e o contato com China, Rússia e Cuba, foram utilizadas como pretextos para instaurar um clima de insegurança quanto a estar sendo preparada uma revolução comunista no país⁷⁶.

⁷⁵ PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 39, janeiro-junho de 2007, p. 69.

⁷⁶ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil, 1954-1964. Editora Hucitec, 1998.

Figura 3 - San Tiago Dantas e Afonso Arinos



Fonte: Autor e ano desconhecidos. CPDOC, referência AA foto 21.

Vale lembrar que, no plano internacional, vivia-se em plena Guerra Fria e, em agosto de 1961, o muro de Berlim começava a ser erguido. Nas Américas, o problema cubano dominava a agenda hemisférica. Ou seja, era um momento de fragilidade e extrema polarização.

1.3.2 A interdependência e a diplomacia da prosperidade – Castelo Branco e Costa e Silva

Neste contexto de instabilidade política e da bipolaridade que dividia a política mundial, os militares brasileiros deram um golpe de Estado em 1º de abril de 1964, e o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência⁷⁷.

Castelo Branco foi o primeiro presidente militar a governar o país e diretrizes em relação à política externa voltaram e ao alinhamento com EUA e Portugal, com quem reforçou os laços com o ideal de uma comunidade Luso-Brasileira⁷⁸. Por conseguinte, as relações com África perderam fôlego e importância nas novas diretrizes políticas do Ministério das Relações Exteriores.

A não nomeação de um substituto para a embaixada em Gana após o retorno de Raymundo de Sousa Dantas, que lá permaneceu entre 1961 e 1963, tornou-se exemplo da falta de formulação de uma política para a relação com o continente africano. O cargo vago de diplomata só foi ocupado novamente em 1968, por Mario Vieira de Mello⁷⁹.

Vale registrar que as embaixadas criadas nos governos anteriores ao golpe foram mantidas no governo de Castelo Branco, porém, desconsideradas nas prioridades da pauta do Itamaraty. A situação de abandono e a vulnerabilidade da estrutura diplomática em África também foi denunciada por Rubens Braga, enviado para o Marrocos como embaixador⁸⁰.

Seis meses após o golpe de Estado, ocorreu a visita oficial ao Brasil do primeiro chefe de Estado africano. Leopold Senghor, presidente do Senegal, havia convidado o Brasil para sua posse como presidente. Naquela ocasião, Afonso Arinos participou da cerimônia como chanceler junto com Mario Gibson Barboza, seu chefe de gabinete.

Nesta circunstância, foi estabelecido um vínculo importante com Senghor, que foi convidado em nome do governo para uma visita oficial ao Brasil. Apesar de ter aceitado o convite do governo de Jânio Quadros, organizou sua viagem com o objetivo de questionar o apoio brasileiro ao colonialismo português já no governo de Castelo Branco⁸¹.

⁷⁷ Castelo Branco governou de 1964 até 1967.

⁷⁸ FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013, p. 64.

⁷⁹ D’ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 67.

⁸⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 38.

⁸¹ SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004, p. 37.

Senegal tinha fronteiras com o território da Guiné portuguesa, país impactado pela intensa guerra contra o colonialismo. Por isso, suas fronteiras eram constantemente bombardeadas e milhares de refugiados continuamente procuravam abrigo no Senegal.

Diante desta situação, Senghor procurou auxílio do governo brasileiro, solicitando que este fosse intermediário no conflito e se tornasse uma liderança, capaz de guiar a resolução da tensão. O presidente senegalês entendeu não existir condições de um embate frontal com um país europeu, e por isso, a mediação de uma nação que tinha influência sobre Portugal parecia ser ideia promissora⁸².

Leopold Senghor nomeou seu sobrinho, Henrique Senghor, como embaixador do Senegal no Brasil, que continuou a campanha, iniciada pelo tio, de buscar o apoio do Brasil na questão da descolonização dos países africanos sob domínio português. Além do mais, também procurou estimular a participação e a conscientização dos negros brasileiros para a política, e encaminhava seus discursos encadernados para o Brasil⁸³.

A visita do presidente senegalês foi uma das poucas atenções direcionadas ao continente africano por parte do governo brasileiro no período, além da criação de uma linha aérea entre o Rio de Janeiro e Johannesburgo, com conexão em Angola. No governo de Castelo Branco, as exportações para África resumiram-se a apenas 2% do total de exportações brasileiras, e menos 1% de importação, ou seja, números muito pequenos de trocas comerciais⁸⁴.

As relações e os projetos em parceria com África sofreram um revés após o golpe civil-militar de 1964, deixando de ser meta ou prioridade para as diretrizes do MRE. Entretanto, no contexto mundial, as independências de diversos países africanos atribuíam ao continente grande notoriedade. Os recém-criados Estados traziam a esperança de grandes mudanças e transformações, começando pelo fim dos vínculos com as antigas metrópoles através da busca de novos parceiros econômicos.

O Brasil buscou ser um destes novos parceiros comerciais quando lançou duas missões comerciais a Togo, Benin, Zaire, Gabão, Senegal, Nigéria, Gana, Libéria, Camarões, no governo

⁸²D'ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 147.

⁸³D'ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 147.

⁸⁴SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004, p. 36.

militar de Castelo Branco⁸⁵. Ambas as viagens foram organizadas pelo Itamaraty, com colaboração do Ministério da Indústria e do Comércio e Banco do Brasil. Instituições e empresas como Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Rural também participaram. Para Santana:

Apesar das dificuldades, o resultado da missão foi considerado satisfatório para a diplomacia brasileira, uma vez que evidenciou as potencialidades da aproximação comercial com a África, mostrando que era possível a junção de interesses estatais e privados na ampliação dos espaços de influência brasileira (SANTANA, 2004, p. 37).

O sucesso das missões, em especial da primeira, foi atribuído mais às possibilidades futuras de novos mercados para os produtos manufaturados brasileiros do que a ações concretas, uma vez que somente Libéria e Camarões assinaram acordos comerciais com o Brasil. Além da inexperiência e das dificuldades implicadas no fato de ter sido a primeira viagem com objetivo mercantil, os empecilhos impostos pelas antigas metrópoles, que pretendiam manter a dependência econômica e o monopólio do comércio com os países recém-criados, também dificultaram novas parcerias.

Vale frisar que a primeira missão se caracterizava pelo cunho estritamente comercial, sem qualquer projeto cultural ou político, pois as diretrizes diplomáticas do Brasil não priorizavam os laços com a África, como mencionado anteriormente. Tal incursão ocorreu devido à conjuntura econômica do Brasil naquele momento, marcada por uma estagnação econômica e índices elevados de inflação. Logo, o mercado interno se retraiu, e a solução encontrada para escoar a produção nacional de manufaturados foi a exportação para novos mercados consumidores⁸⁶.

Por sua vez, a segunda missão pautou-se em natureza mais política, objetivando investigar os possíveis efeitos de um estreitamento de relações com os países africanos de língua oficial portuguesa (Angola e Moçambique) e a África do Sul. Essa viagem foi cuidadosamente planejada pelo Itamaraty, comandado pelo chanceler José de Magalhães Pinto e pelo Ministério da Marinha. No discurso inaugural da partida, o ministro da Marinha, Augusto Hamann Rademaker Grunewald atribuiu a ideia da realização do périplo ao presidente⁸⁷.

⁸⁵ PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 164.

⁸⁶ SANTANA, Ivo de. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. *Rev. Bras. Polít. Int.* 46 (2): 113-137 [2003], p. 115.

⁸⁷ RELATÓRIO DE FIM DE COMISSÃO (viagem de instrução de guardas-marinha). Navio-escola “Custódio de Mello”. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico da Marinha do Brasil, 1968, p. A-3.

Nesse momento da viagem, o Brasil já havia reconhecido a afirmação portuguesa de que o país não possuía colônias, mas “Províncias Ultramarinas”, e que, portanto, não havia motivos para a interferência da ONU em seus assuntos internos⁸⁸. Por isso, obteve autorização do país para aportar em Moçambique. A delegação fez um desfile em Maputo, passeou livremente pela cidade e realizou uma partida de futebol com oficiais locais⁸⁹. Esse foi o último ato significativo de apoio a Portugal. A partir daí, discreta e gradativamente, o Brasil se distanciou do país e da defesa do colonialismo português.

A estadia na África do Sul foi um feito da diplomacia e da Marinha sul-africana, que conseguiu estabelecer relações duradouras com a Marinha brasileira. A Marinha brasileira tradicionalmente sempre foi a força armada brasileira com maior número de oficiais negros, e muitos deles compunham a delegação que participou da missão. Em pleno regime de Apartheid, receber a delegação brasileira sem causar nenhum incidente e sem infringir as rígidas regras da segregação foi um desafio. Para contornar a situação, a delegação brasileira não desfilou na Cidade do Cabo. Uma parte da tripulação foi selecionada para acompanhar uma missa em homenagem ao navio e conhecer alguns pontos turísticos da cidade.

Nos demais países, o automóvel Kombi pertencente à missão era colocado em terra firme e utilizado. Na África do Sul nem sequer foi solicitada autorização para retirada do veículo⁹⁰. Todas as altas autoridades sul-africanas e suas esposas se fizeram presentes e foram até o navio para realizar a recepção dos brasileiros a bordo. O sucesso da viagem foi garantido sem nenhuma grave ocorrência.

A missão terminou seu périplo já na administração do marechal Arthur da Costa e Silva, o segundo governante da ditadura que ocupou o cargo de 1967 a 1969⁹¹. Esse período foi de reformulações nas diretrizes do Itamaraty, pois o plano de política externa chamada de Política Externa Independente, implantada por seu antecessor, não teria obtido sucesso, ao passo em que o regime autoritário buscava situar as relações exteriores brasileiras em proximidade aos Estados

⁸⁸ PENNA FILHO, Pio. A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no *II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais”*, 2009, p. 36.

⁸⁹ RELATÓRIO DE FIM DE COMISSÃO (viagem de instrução de guardas-marinha). Navio-escola “Custódio de Mello”. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico da Marinha do Brasil, 1968, p. A-86.

⁹⁰ RELATÓRIO DE FIM DE COMISSÃO (viagem de instrução de guardas-marinha). Navio-escola “Custódio de Mello”. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico da Marinha do Brasil, 1968, p. A-93.

⁹¹ A título de informação, cabe notar que Costa e Silva representava a ultradireita das Forças Armadas, responsável pela implantação do Ato Institucional número 5 (AI-5), que dava plenos poderes ao presidente, como a cassação de mandatos políticos, o fechamento do Congresso Nacional, além da institucionalização da repressão contra o governo.

Unidos. Assim, sua proposta de diretrizes foi nomeada pelo governo militar como Diplomacia da Prosperidade, evitando caracterizar-se como alinhamento automático aos EUA — sem romper qualquer tipo de relação com o país — e buscando novas alianças políticas e comerciais com países desenvolvidos e em desenvolvimento, relevando as diferenças ideológicas.

O desafio da presidência foi combater a inflação e a estagnação econômica, e para isso, ainda no governo de seu antecessor, Castelo Branco, o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) foi adotado com o intuito do “desenvolvimento econômico e social do país, passando a executar uma política de facilitação das exportações por meio de isenções fiscais e da abertura de linhas de crédito”⁹². Essa facilitação de exportações ampliou expressivamente o comércio exterior do país, que passou a ser planejado pelo Conselho de Comércio Exterior (Concex) e executado pelo Itamaraty, de modo a assegurar relacionamentos comerciais do Brasil em consonância com os interesses políticos e diplomáticos⁹³. Almejando novos mercados, uma inflexão aos países do Terceiro Mundo foi posta em prática, conduzindo o Brasil a integrar o movimento Sul-Sul⁹⁴.

Este movimento interligou-se com o Movimento dos Não-Alinhados⁹⁵, o Grupo dos 77 e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), um esforço coletivo de pressionar a redução do controle e influência das grandes potências na economia e comércio mundial. Junto com México e Índia, o Brasil assumiu papel de destaque na coordenação de uma coalização terceiro-mundista que buscava condições de competição comercial mais justas perante os países mais desenvolvidos.

Mesmo que o interesse do Brasil nas relações Sul-Sul fosse predominantemente mercantil naquele momento, alguns passos na esfera política tornaram-se necessários para que o país se mostrasse confiável e solidário aos demais. Por isso, uma postura mais crítica ao colonialismo foi adotada, menos ao colonialismo português. Contudo, embora a Diplomacia da Prosperidade adotada pelo Marechal Costa e Silva tenha aberto um diálogo com outros países do Terceiro Mundo e timidamente recolocado o continente africano na agenda do MRE, ela pouco alterou a situação

⁹² SANTANA, Ivo de. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. *Rev. Bras. Polít. Int.* 46 (2): 113-137 [2003], p. 115.

⁹³ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 56.

⁹⁴ Relações Sul-Sul é a expressão utilizada para denominar as relações entre países considerados subdesenvolvidos, quase todos localizados ao sul do mapa geográfico mundial. Mais informações: LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Bras. Polít. Int.* 48 (1): 24-59 [2005].

⁹⁵ Países em desenvolvimento que buscaram uma opção para além da bipolaridade Leste x Oeste, Capitalismo x Comunismo vigente naquele momento.

de apoio incondicional às práticas colonialistas do governo de Salazar, em especial nas lutas de independência de Angola e Moçambique⁹⁶.

O Brasil continuava ao lado de Portugal por diversos motivos, entre os quais a forte pressão exercida pelo governo português e pelos imigrantes portugueses para a manutenção dos laços; a expectativa brasileira era que Portugal intermediasse o acesso de produtos nacionais ao mercado europeu e também o possível acesso às importantes reservas minerais das colônias portuguesas, em especial ao petróleo recém-descoberto em Angola.

É pontual ressaltar que a movimentação e os esforços da diplomacia brasileira em esquadrihar novos parceiros obtiveram sucesso, pois as exportações brasileiras aumentaram exponencialmente, crescendo em média 19,7% ao ano, e com aumento da participação africana neste período⁹⁷.

Dos países africanos em relacionamento comercial com o Brasil, os mais expressivos entre 1967 a 1969 foram os da região da África do Norte (Argélia e Marrocos), África do Sul, Angola, Moçambique, Nigéria e Zâmbia⁹⁸. O crescente aumento da importância de acordos comerciais com países africanos demandou melhoria na estrutura do Itamaraty para administrar estas relações. Por isso, a Divisão de África, criada no governo de Jânio Quadros, foi desvinculada da Subsecretaria-Geral para Europa Ocidental e incluída em uma recém-criada subsecretaria exclusiva para África e Oriente Médio⁹⁹.

Essa reestruturação no MRE evidencia que apesar do posicionamento perante o colonialismo português, alguns esforços foram realizados pelo governo para estreitar laços com países africanos. Como exemplo, podemos citar a viagem chefiada pelo presidente do Instituto Brasileiro do Café à Tanzânia, Etiópia, Quênia e Uganda com o objetivo de encontrar uma solução conjunta para a superprodução de café e a abertura de linhas marítimas regulares para Dacar, Monróvia, Tema, Takarodi, Lagos, Luanda e Lobito. O norte da África também esteve na pauta do

⁹⁶ SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 40.

⁹⁷ SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004, p. 41.

⁹⁸ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 80.

⁹⁹ SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília: EdUnB, 1996, p. 129.

governo brasileiro, em acordos firmados com o Marrocos e Argélia, que enviaram missões comerciais ao Brasil em 1968.

Por sua vez, a Nigéria – que já possuía uma embaixada brasileira - era vista como uma parceira comercial em potencial para o Brasil, e também foi incluída nas ações do Itamaraty através do Departamento Cultural deste Ministério. No mesmo ano de 1968, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, com apoio do MRE, realizou a Semana de Estudos sobre a Nigéria, com a presença do Encarregado de Negócios da Nigéria no Brasil, J. A. O. Akadiri e do secretário da embaixada nigeriana, E. M. Adegbulu. Na semana do evento, pesquisadores associados, autoridades brasileiras e nigerianas fundaram a Associação da Amizade Brasil-Nigéria, durante um jantar oferecido pela embaixada da Nigéria do Brasil¹⁰⁰.

1.4 DÉCADA DE 1970: O APOGEU DAS RELAÇÕES COM O CONTINENTE AFRICANO

A década de 1970 foi marcada pelo ápice das relações do governo pelo continente africano, que foram desenvolvidas gradativamente na década anterior, com o governo de Jânio Quadros. Logo, os números expressivos registrados nos anos 1970 são parte de um projeto de maior alcance, que foi lentamente ampliado.

Em 1969, Emílio Garrastazu Médici tornou-se o terceiro presidente militar do Brasil¹⁰¹, seguindo como diretriz para as relações internacionais a “Diplomacia do Interesse Nacional”, programa pautado na inserção do país no sistema mundial, configurando-se peça importante no jogo político e econômico global. O objetivo era criar um “Brasil Potência”, ou seja, um país que abandonaria o subdesenvolvimento e tornar-se-ia desenvolvido¹⁰².

Para alcançar tal objetivo foi necessária uma ruptura ideológica do governo e uma flexibilidade diplomática, aberta à diversificação de alianças, pois não só o Terceiro Mundo se tornou protagonista das relações comerciais e diplomáticas, como também a Europa Oriental, Japão

¹⁰⁰ Informações. *Afro-Ásia* 6-7 (1968), p. 145-149.

¹⁰¹ Emílio Garrastazu Médici foi presidente do Brasil entre 1969 e 1974, seu governo ficou conhecido pela nomenclatura *Anos de Chumbo*, caracterizado como a fase mais violenta e dura do regime militar que governou o país.

¹⁰² OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 95.

e América Latina. Contudo, a tradicional aliança com Portugal e Estados Unidos permaneceu inalterada¹⁰³.

As novas definições das diretrizes políticas e econômicas despertaram animosidades entre diferentes áreas do governo, como a disputa entre o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, e o Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza (Figura 4). Enquanto o primeiro:

Favorecia o acesso aos mercados africanos por intermédio de Portugal e a manutenção dos fortes laços comerciais com a África do Sul, Gibson defendia uma posição mais independente e de caráter anticolonialista, a fim de melhorar as relações do país com o continente africano como um todo, buscando aproximar-se diretamente dos estados africanos independentes (FERREIRA, 2013, p. 66).

Essa desavença entre os ministros evidenciava as mudanças operadas no governo, a permanência das relações com Portugal e o alinhamento dos dirigentes embebidos deste tradicionalismo que necessitava se adaptar aos novos tempos, não mais caracterizados por rígidas ideologias e apego à cultura ocidental europeia.

Barbosa buscou em sua gestão retomar a doutrina da PEI, elaborada por San Tiago Dantas e Afonso Arinos, de quem foi chefe de gabinete, como já foi citado. Em seu livro de memórias relata que solicitou pessoalmente ao presidente Médici ao aceitar o cargo que a imprensa trabalhasse livremente e não fosse censurada no tocante à política externa, pois “[...] precisava e desejava receber a manifestação livre da nossa imprensa, a fim de poder afinar-me com a opinião pública nacional”¹⁰⁴.

Figura 4 - Mário Gibson Barboza

¹⁰³ NASCIMENTO, Amanda Frechiani. A formação da identidade coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 27-48, 2ºsem. 2010, p. 35.

¹⁰⁴ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 242.



Fonte: BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, contracapa.

Ao expor seu projeto de política externa, deixou clara sua postura anticolonialista e já anunciou a organização de uma viagem ao continente africano¹⁰⁵. O principal dessa nova postura foi proibir o termo “províncias ultramarinas” nos documentos oficiais referentes a Portugal, o que foi um marco da nova postura adotada pelo Brasil¹⁰⁶. A relação com Portugal era extremamente delicada, e tentou chegar a uma solução ao longo de quatro anos. Barboza buscou fazer do Brasil um mediador entre as colônias e Portugal, e quase conseguiu¹⁰⁷.

Esse tipo de atitude carregada de valor simbólico e sua política colocada em prática, foram fundamentais para abrir o caminho que o governo de Ernesto Geisel e o chanceler Azeredo da Silveira traçaram com o projeto do “Pragmatismo Responsável”¹⁰⁸, que marcou o país e rompeu em definitivo com o colonialismo.

1.4.1 Do projeto do “Brasil-potência” ao pragmatismo responsável

Neste contexto, o país vivenciou o chamado “milagre econômico” (1968-1974), considerado um período em que o Brasil obteve taxas elevadas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), com médias anuais de 11,3%. A título de comparação, entre 1962 e 1967, o PIB

¹⁰⁵ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 240.

¹⁰⁶ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 259.

¹⁰⁷ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 265.

¹⁰⁸ LIMA, Maria Regina Soares; MOURA, Gerson. A trajetória do Pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018, p. 318.

havia crescido 3,7% ao ano¹⁰⁹. O projeto de desenvolvimento e industrialização iniciado no governo de Getúlio Vargas e em seguida de Juscelino Kubitschek, criou uma estrutura mantenedora dessas taxas de crescimento elevado. Diversos mecanismos de incentivo à exportação foram instituídos pelo Estado para facilitar o escoamento da produção, uma vez que o mercado interno ainda se mostrava retraído e a população possuía pouco poder de compra.

Contudo, conquistar novos mercados não constituiu tarefa fácil, pois os países considerados desenvolvidos exerciam práticas protecionistas que dificultavam a entrada dos produtos brasileiros em seus mercados. Na América do Sul também havia dificuldades devido a rivalidades e desconfiança de alguns países vizinhos¹¹⁰. Deste modo, os países africanos foram percebidos como parceiros promissores, pois também buscavam novas sociedades comerciais, sem relação com suas antigas colônias, e também não havia vícios e ressentimentos nestas novas relações, como acontecia com os desgastados relacionamentos estabelecidos na América do Sul.

Além disso, a distância de cerca de 2.400 km que separam a costa africana da costa do Nordeste, mostrou-se agente facilitador, uma vez que 90% do escoamento de produtos nacionais ocorria por via marítima, em razão do frete de baixo custo. Assim, o Brasil buscou implantar uma esfera de poder regional, rotulando produtos e tecnologia comercializados como “tropicais”, adaptados para as condições climáticas das regiões africanas¹¹¹.

Outro fator considerável, a vulnerabilidade energética brasileira, estimulou o país a se aproximar dos Estados africanos produtores de petróleo, como Argélia e Nigéria¹¹². Entretanto, além do protecionismo, os países desenvolvidos colocavam outras barreiras para o comércio Sul-Sul, como por exemplo, o acesso do Brasil a fundos internacionais para obtenção de empréstimos e linhas de créditos para o comércio com o chamado Terceiro Mundo. Para contornar a situação, umas das práticas empregadas foi a utilização de *countertrade*, modalidade de troca caracterizada pelo pagamento parcial ou total de mercadorias por meio de outras mercadorias¹¹³.

¹⁰⁹ SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004, p. 43.

¹¹⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 135.

¹¹¹ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 160.

¹¹² LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, out de 2008, p. 60.

¹¹³ SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004, p. 71.

Deste modo, o petróleo foi a base de troca deste sistema, sendo a Nigéria o primeiro país africano a firmar contrato por *countertrade* com o Brasil. Eram exportados cerca de 100mil barris de petróleo por dia, trocados por 40 mil barris diários de produtos e veículos brasileiros, alternativa comercial também responsável pelo aumento do volume de comércio com o supracitado país, que passou de US\$24 milhões, em 1972, para US\$600 milhões em 1978¹¹⁴.

Diversas empresas brasileiras fizeram uso deste instrumento em contratos para construção de estradas, barragens, hidroelétricas, ferrovias e projetos de engenharia. A importância desta modalidade de comércio era tamanha, que foi criado dentro da CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) um órgão responsável pelas ações, pois não se tratava de mecanismo simples realizar transações comerciais, e devido às proporções adquiridas, merecia especial atenção.

Com os esforços do governo, as exportações cresceram exponencialmente, e para dar continuidade ao processo, mais petróleo demandava ser consumido, assim como bens para a infraestrutura da produção de manufaturados necessitavam ser comprados. O governo passou a ter um gasto mais elevado no seu orçamento, carecendo de empréstimos para manter o funcionamento da produção e da economia. Um dos reflexos desta situação se reflete na dívida externa brasileira, computada em 4 bilhões de dólares, em 1968, passando para quase 13 bilhões em 1973, e aproximadamente 50 bilhões em 1979¹¹⁵.

De 25 de outubro a 22 de novembro de 1972, o Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, realizou importante viagem pelo continente africano, o grande legado dos seus quatro anos como ministro, simbolicamente o marco significativo da retomada dos laços do Brasil com a África. Ao todo, nove países (todos politicamente moderados e com independências que não passaram por conflitos de libertação) foram visitados: Senegal, Nigéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Gabão, Camarões, Zaire e Senegal (conforme Figura 5). Para Jerry D'Ávila:

A escolha desses países, e a ordem da visita tinham a intenção de transmitir mensagens para três públicos distintos. Gibson queria definir o Brasil diante dos líderes africanos; apresentar a África como sendo significativa para o público e militares brasileiros; e indicar as autoridades portuguesas que uma mudança era necessária (D'ÁVILA, 2011, p. 189).

¹¹⁴ SANTANA, Ivo de. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 113-137 [2003], p. 117.

¹¹⁵ SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004, p. 47.

Por isso, Barboza escolheu a Costa do Marfim como primeiro país a ser visitado, pois considerava aquele governo moderado, possibilitando uma receptiva acolhedora e sinalizando resultado positivo da viagem. O ministro foi recebido com honras de chefe de Estado e sua viagem foi capa de diversos jornais africanos. Porém, sua presença não teve boa recepção em alguns países, como Gana, devido aos laços ainda não totalmente findados com o colonialismo português.

Na delegação, somente o médico era negro, e Barboza sabia o peso disso, pois chegou a ser questionado, já que o viés culturalista da ancestralidade africana no Brasil era a todo momento reafirmado¹¹⁶. É válido pontuar que em seu relato sobre Gana, em nenhum momento tocou no nome de Raymundo de Souza Dantas, que foi o primeiro embaixador brasileiro neste país.

Cabe destacar que o governo de Médici é, até hoje, considerado o mais duro e repressivo de todo o período da ditadura civil-militar, momento em que Gibson Barboza precisou lidar com vários sequestros de diplomatas estrangeiros organizados por grupos revolucionários brasileiros. Foram sequestrados os embaixadores dos Estados Unidos, da Suíça e da Alemanha, além do cônsul do Japão. A onda de violência e repressão chegou a atingir a viagem do ministro à África, pois um dos jornalistas (jornal O Estado de São Paulo) que acompanharia a missão, foi proibido de embarcar pela Força Aérea Brasileira – que forneceu o avião para viagem –, sob a alegação de envolvimento em atividades subversivas¹¹⁷.

Figura 5 - Mario Gibson Barboza sendo condecorado pelo presidente do Senegal, Leopold Senghor, em 1972

¹¹⁶ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 284.

¹¹⁷ D'ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 179.



Fonte: Autor desconhecido, 1972. http://www.raulmendesilva.com.br/missoes_o_brasil_volta_a_africa_port.shtml

Em fevereiro do ano seguinte, em 1973, outra missão foi organizada pelo Itamaraty, desta vez com um caráter estritamente comercial¹¹⁸. Diferentes países foram visitados durante 33 dias, e acordos pontuais de venda de tecnologia brasileira e projetos de infraestrutura foram assinados. Esta segunda viagem compôs-se de pessoas de diferentes áreas dentro do governo e representantes de empresas privadas e estatais, nacionais e internacionais. A Câmara de Comércio Afro-Brasileira também participou da viagem, vendendo produtos na Feira Internacional de Lagos¹¹⁹.

Esta Câmara exerceu papel importante nos acordos comerciais estabelecidos com países africanos, tendo sido fundada em São Paulo, em 1968, por Adalberto Camargo, empresário de sucesso e um dos políticos negros mais votados no período. A Câmara, de acordo com Ivo de Santana:

¹¹⁸ A título de informação, neste ano de 1973 o Brasil mantinha seis embaixadores creditados em dezessete países da África, enquanto quinze embaixadas africanas já estavam estabelecidas em Brasília.

¹¹⁹ SARAIVA, José Flávio Sombra. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 142.

Visava o incremento do comércio bilateral entre o Brasil e o continente africano, intensificando a aproximação entre esses povos e fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais, científicas, tecnológicas e de cooperação (SANTANA, 2004, p. 83).

Convém pontuar que as câmaras de comércio são associações de caráter regional, nacional e internacional, agregando comerciantes e indústrias com interesse no mesmo ramo de negócios. Prestam serviços de informação, apoiam relações empresariais e econômicas entre países e analisam os problemas e entraves nas negociações, propondo soluções coletivas ou exercendo pressão nos governos.

A Câmara de Comércio Afro-Brasileira obteve muito sucesso, tornando-se responsável por grande parte do volume de negócios entre Brasil e África na década de 1970. Grande parte desse retorno positivo foi atribuído ao deputado federal Adalberto Camargo, que conseguiu visibilidade para associação por transitar entre o meio político e empresarial¹²⁰. Em seu apogeu, na segunda metade da década de 1970, a Câmara contou com cerca de 300 filiados, de empresas de médio e grande porte, com correspondentes associados no Brasil e no exterior. A edição de sua revista, a *AfroChamber*, atingiu a tiragem de vinte mil exemplares. O periódico apresentava oportunidades de negócios, informações sobre empresas e eventos no Brasil e na África e era distribuído para empresários e órgãos governamentais. Sua periodicidade era bimestral, com dez mil exemplares em português, cinco mil em inglês e cinco mil em francês¹²¹.

Em 1973, mesmo ano da segunda missão do governo brasileiro à África, Cândido Mendes retomou o projeto do IBEAA e o transformou em CEAA, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, adaptado para a realidade de uma instituição privada, a Universidade Cândido Mendes.

O CEAA/Candido Mendes desenvolveu grande projeto de cooperação técnico-cultural com Guiné-Bissau, através do intermédio do MRE. Também enviou professores para o exterior com auxílio financeiro do governo federal e recebeu verbas de órgãos como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pesquisas) e SUBIN (Secretaria de Coordenação Técnica e Econômica Internacional), além de um importante financiamento do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O produto deste financiamento foi a concretização de um estudo sobre os planos de

¹²⁰ FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013, p. 67.

¹²¹ SANTANA, Ivo de. Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, no 3, 2003, p. 532.

desenvolvimento socioeconômicos dos seguintes países: Angola, Camarões, Congo, Gabão, Moçambique, Argélia, Egito, Quênia, Zaire e Zimbábue¹²².

Em 1974, o governo federal, através do MRE e do Ministério da Educação e Cultura estabeleceu um programa de cooperação cultural entre Brasil e alguns países africanos para o desenvolvimento dos estudos afro-brasileiros. O CEAO/UFBA foi incumbido da missão de executar tal projeto, recebendo bolsas de estudos, verbas para pesquisa e para a construção do Museu Afro-Brasileiro, sob sua responsabilidade, inaugurado em 1982¹²³. O chanceler Mario Gibson Barboza contribui ativamente para a construção do museu¹²⁴.

Os frutos dos esforços empreendidos pelo governo para conquistar novas alianças e parcerias comerciais com o continente africano refletiram-se nos números da economia. Na década de 1970 as exportações brasileiras aumentaram 129% enquanto as exportações para África cresceram 300%, a maior parte em produtos industrializados. Assim, os países africanos passaram a receber 8% das exportações brasileiras, enquanto 13% do total de produtos importados pelo Brasil era de origem africana¹²⁵.

É importante frisar que o vertiginoso crescimento de relações políticas, diplomáticas e econômicas com o continente africano não adentrou os países então colônias de Portugal. A posição do Brasil, de defesa do livre-arbítrio dos povos e de condenação do colonialismo, não se aplicava às colônias portuguesas ainda neste momento. Esta posição ambígua causava desconforto em algumas situações diplomáticas e, durante a viagem de Gibson Barboza, países como Gana e Camarões criticaram duramente o Brasil por sua defesa de Portugal. Além disso, também ameaçava o fornecimento de petróleo para o Brasil, como indicamos anteriormente, pois diversos países árabes e africanos advertiram o Brasil acerca de suas relações com Lisboa e Pretória, pois, em caso de persistência, poderia haver boicote no fornecimento de petróleo.

Por isso, o Ministro Gibson Barboza, no final do seu mandato, solicitou ao Conselho de Segurança Nacional que autorizasse uma nova política de redefinição do relacionamento com Portugal, já que o país não podia mais arcar com os custos desta aliança. O Conselho acatou o pedido de Barboza, mas não houve tempo de declarar publicamente o novo posicionamento. O general Geisel tomou posse no dia 15 de março de 1974 e seu novo Ministro das Relações

¹²² Relatório de Atividades. *Estudos Afro-Asiáticos*, n 13, (1987), p. 116.

¹²³ Informações. *Afro-Ásia* 12 (1976), p. 247-251.

¹²⁴ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 318.

¹²⁵ NASCIMENTO, Amanda Frechiani. A formação da identidade coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira. *Fronteira*, Belo Horizonte, v.9, n. 18, p. 27-48, 2ºsem. 2010, p. 36.

Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, tentou executar o plano de Gibson Barboza de anunciar a ruptura. Entretanto, em 25 de abril, exatamente há um mês da posse do novo presidente brasileiro, o regime português foi derrubado¹²⁶.

A crise política em Portugal gerou uma situação de grande descontentamento entre a população civil e militar portuguesa, obrigada a servir nas colônias africanas e a enfrentar as guerrilhas das lideranças coloniais, que buscavam a independência. Assim, a Revolução dos Cravos iniciou-se em 25 de abril de 1974. Foi derrubada a ditadura vigente no país e implantado um regime democrático com inclinações socialistas, o que acelerou os processos de independência das colônias portuguesas¹²⁷.

Um mês antes da Revolução, Ernesto Beckmann Geisel se tornou o 4º presidente militar a governar desde o golpe de 1964, para exercer um mandato fixado entre 1974 e 1979. O governo foi marcado pelo ápice das relações brasileiras e africanas que acarretaram recordes dos números do comércio. Além da continuidade dos acordos e projetos realizados nos governos anteriores, os acontecimentos em Portugal possibilitaram ao Estado brasileiro uma aproximação com novos países, as ex-colônias portuguesas.

O Brasil passava por uma situação de vulnerabilidade no final do governo Médici e início da gestão de Geisel, posto que o crescente endividamento externo, o alto consumo de petróleo para manter os níveis de produção e os números elevados de importações de equipamentos especializados para a indústria, fragilizavam o país. Para contornar a situação, Geisel adotou uma política externa que procurava adaptar-se à nova realidade mundial, projetando-se como “pragmática, ecumênica e responsável”. O objetivo era reestabelecer relações diplomáticas com a China comunista, adotar uma postura menos pró-Israel no conflito árabe-israelense, apoiar a descolonização portuguesa e redefinir as relações com os EUA, postura considerada surpreendente por destoar da ortodoxia de direita tradicionalmente adotada pelo regime civil-militar¹²⁸.

1.4.2 O pragmatismo responsável

¹²⁶ D'ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p.206.

¹²⁷ SECCO, Lincoln Ferreira. *A Revolução dos Cravos e a Crise do Império Colonial Português*. São Paulo: Alameda Casa Editorial/Fapesp/Cátedra Jaime Cortesão, 2004.

¹²⁸ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 107.

As diretrizes do “Pragmatismo Ecumênico e Responsável” defendiam não apenas os interesses econômicos do governo, mas também denotavam forte conotação política, visando firmar a independência nacional em todos os âmbitos. Na esfera econômica, visava a manutenção do modelo de desenvolvimento vigente, enquanto em âmbito político almejava uma presença internacional própria, que exercesse influência em questões globais do interesse do país e estabilizasse a situação de vulnerabilidade brasileira gerada pela crescente dependência de produtos importados. De acordo com Carlos Ribeiro Santana:

O termo “responsável” buscava evitar que o pragmatismo fosse qualificado de oportunista, tornando o conceito mais palatável às cúpulas militares e aos setores mais conservadores da sociedade. Já o qualificativo “ecumênico”, cunhado pelo próprio chanceler, descrevia o caráter universal da política externa, a qual deveria olhar para todas as direções no sentido de expandir as relações internacionais do país. Nesse sentido, a política externa demonstrava-se ousada e livre para expandir-se de forma indiferenciada a todos os países (SANTANA, 2006, p. 164).

O pragmatismo defendido por Geisel sugeria avaliar cada problema de forma particular, sem princípios rígidos, de acordo com a necessidade brasileira. Esta forma de política foi considerada por muitos como incoerente, ora pendendo para os países em desenvolvimento, ora para os do terceiro mundo. Na realidade, ela era extremamente calculada, visando atender única e exclusivamente os interesses nacionais, sem mais carregar o ônus de alianças como a estabelecida anteriormente com Portugal.

A elementar amostra desta nova postura brasileira foi o reconhecimento da independência da Guiné Bissau, primeira ex-colônia portuguesa reconhecida pelo Brasil como Estado independente, em 1 de julho de 1974. O Brasil se pronunciou sem qualquer consulta prévia a Portugal, prática indicativa do rompimento com o Tratado da Amizade e da Consulta, firmado em 1953. Poucos meses depois, uma embaixada foi criada em Guiné Bissau, e com este gesto o Itamaraty se preparou para uma investida na África de expressão portuguesa¹²⁹.

No segundo semestre de 1974, uma missão propôs estabelecer contato com os líderes dos movimentos de independência das colônias portuguesas, chefiada por Ítalo Zappa, o novo chefe da Divisão de África do MRE.

¹²⁹ PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 39, janeiro-junho de 2007, p. 71.

O primeiro encontro agendado foi com os líderes da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em Dar-es-Salaan, na Tanzânia. Nesta reunião, o presidente da FRELIMO, Samora Machel, fez duras críticas ao comportamento do Brasil frente à questão colonial e rejeitou a proposta brasileira de criação de uma Representação Especial para exercer funções diplomáticas frente ao governo de transição, até a data marcada para a independência, 25 de junho de 1975¹³⁰.

Moçambique tornou-se o caso mais complicado no relacionamento entre a diplomacia brasileira e as ex-colônias portuguesas. A resistência da FRELIMO ao Brasil levou o Itamaraty a designar atenção redobrada aos movimentos de independência, em especial com Angola, país que despertava o interesse brasileiro pela produção de petróleo e riquezas minerais.

Para acompanhar a luta pela independência, fundou-se uma Representação Especial em Luanda, chefiada pelo diplomata Ovídio de Andrade Melo, no primeiro semestre de 1975. A questão em Angola era delicada, pois havia três distintos partidos mobilizados pela independência do país, o que gerava o temor de uma guerra civil não só entre os angolanos, mas também nos países vizinhos.

O mais forte dos movimentos, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), recebeu apoio militar e financeiro da União Soviética e de Cuba; já a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) era ajudada pelos EUA; e, por sua vez, a União Nacional pela Independência de Angola (UNITA) era ligada à África do Sul. Com EUA e União Soviética apoiando diferentes grupos do conflito, a Guerra Fria era refletida em Angola. Esperava-se do Brasil um posicionamento, de modo que apoiasse um dos movimentos, atitude manifesta quando o país reconheceu a independência de Angola sob o governo do MPLA¹³¹.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência, em 11 de novembro de 1975. A opção brasileira em apoiar um governo de esquerda com inclinações fortemente comunistas, de acordo com Saraiva, incomodou demasiadamente os EUA e os setores mais conservadores do governo nacional, uma vez que o Brasil era uma ditadura militar de direita, e a decisão do

¹³⁰ PENNA FILHO, Pio. A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no *II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação”*, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais”, 2009, p. 41.

¹³¹ RIZZI, Kamilla Raquel. *Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral*. 131f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 38.

reconhecimento de Angola não havia sido tomada por unanimidade pelo Conselho de Segurança Nacional¹³².

Ovídio de Andrade e Melo foi nomeado, temporariamente, Embaixador Especial, logo substituído por Affonso Celso Ouro Preto porque os EUA e a ala conservadora dos militares puseram a responsabilidade do apoio ao MPLA como sendo de Ovídio Melo, julgando precipitada sua ação.

A questão angolana ganhou notoriedade internacional e, apesar das críticas, também recebeu elogios, principalmente de países africanos e do terceiro mundo, o que fortaleceu a imagem do Brasil, portador de um posicionamento ousado, algo incomum na diplomacia brasileira. A ousadia mostrou-se positiva e o país colheu os frutos de suas opções ao estabelecer relações privilegiadas com Angola¹³³.

Assim, Angola e Nigéria tornaram-se os grandes parceiros comerciais do Brasil, com o petróleo ocupando posição central nas transações. A Petrobrás assinou acordos com o governo e, em parceria com a Sonangol, lucrou com a exploração do petróleo angolano. Outras empresas também realizaram trabalhos no país, como a construtora Noberto Odebrecht que, associada a uma empresa soviética, construiu a hidrelétrica de Capanda em Angola¹³⁴.

A Nigéria também foi a principal compradora de armas brasileiras, produzidas a partir de 1974. O Brasil se tornou neste contexto um dos maiores exportadores de armas do mundo, atrás da União Soviética, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Reino Unido, e os valores anuais atingiam aproximadamente dois bilhões de dólares. O país vendeu tanques, aviões de guerra e armas de todos os tipos para militares nigerianos, mas também para o Gabão, Marrocos, Sudão, Togo, Alto Volta e Zimbábue. O Oriente Médio também foi um grande comprador de armamentos brasileiros e os conflitos na região tornavam países como Irã, Iraque e Líbia clientes muito rentáveis¹³⁵. A Líbia chegou a negociar a compra de um bilhão de dólares em armamentos brasileiros, mas os EUA exerceram pressão acerca da politização de venda de armas, movimento

¹³² SARAIVA, José Flávio Sombra. Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 241.

¹³³ VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. A posição brasileira diante da independência angolana: antecedentes e desdobramentos. *Revista África e Africanidades* - Ano I - n. 3 - nov. 2008, p. 7.

¹³⁴ SANTANA, Ivo de Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. *Rev. Bras. Polít. Int.* Vol. 46, n. 2, 2003, p. 113-137., p. 122.

¹³⁵ SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Rev. Bras. Polít. Int.* 49 (2): 157-177 [2006], p. 176.

que cancelou a transação. Cabe destacar que as estatísticas pouco visibilizam os números exatos e o volume do comércio de armas, visto tratar-se de um comércio que os empresários preferiam não expor publicamente¹³⁶.

Em 1979, foi empossado o quinto e último presidente militar da ditadura, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que governou até 1985, sendo sua gestão marcada pela a transição da ditadura para o poder civil, restaurado pelo seu sucessor, José Sarney. Diplomáticamente, Figueiredo deu continuidade aos postulados de Geisel, pautando-se em diretrizes denominadas de “Universalismo”, tentando manter a autonomia da política externa e a presença brasileira em todos os continentes.

1.5 DÉCADA DE 1980: DECLÍNIO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA

A década de 1980 envolveu um contexto mundial e nacional menos favorável ao governo, quando o segundo choque do petróleo, no âmbito da Revolução Islâmica no Irã e seus desdobramentos no Oriente Médio, afetou diversos países. O Brasil conseguiu enfrentar a situação sem a necessidade de racionamento, mas o preço do barril foi sentido na balança comercial, constantemente desfavorável, refletindo no aumento contínuo da inflação.

Durante o governo militar de Figueiredo as relações com África foram mantidas com a mesma intensidade e ele foi o primeiro presidente brasileiro e sul-americano a visitar o continente, em 1983. Figueiredo visitou Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Argélia e Nigéria, o maior parceiro comercial africano. Em sua gestão, sete chefes de Estado africanos visitaram o Brasil e o país manteve relações diplomáticas com 45 dos então 52 países africanos. Havia 21 embaixadas brasileiras no continente e 13 embaixadas de países da África em Brasília.¹³⁷ Apesar das dificuldades da década de 1980, durante o governo Figueiredo as exportações para África bateram recorde, chegando a 9,3% do total das exportações brasileiras¹³⁸.

A política externa, denominada de “Universalismo”, mantinha ideias do pragmatismo, ou seja, do não alinhamento automático e a não existência de aliados preferenciais. Foram mantidas

¹³⁶ SARAIVA, José Flávio Sombra. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 157.

¹³⁷ LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, out de 2008, p. 61.

¹³⁸ SARAIVA, José Flávio Sombra. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 195.

relações com os países do “primeiro” e “terceiro mundo”, mas a prioridade do governo pautou-se em relacionamentos Sul-Sul, mais especificamente, América Latina e África. Em relação aos Estados Unidos, a posição brasileira foi de um distanciamento cada vez maior¹³⁹.

Figueiredo, diante desta conjuntura de crise econômica iminente, seguiu as posturas políticas de seus antecessores e reforçou os laços políticos com países africanos, como percebemos a partir de sua viagem ao continente. Contudo, economicamente, diminuíram as relações mercantis¹⁴⁰.

Na segunda metade da década, a crise financeira se abateu sobre os dois lados do Atlântico. No Brasil, as taxas de juros do dólar, de 3% a 4% em 1973, subiram para 22% e 23% nos anos de 1980. Essa situação, aliada ao engessamento provocado pelos novos empréstimos junto ao FMI, na segunda crise do petróleo em 1979, inviabilizam o financiamento de linhas de crédito para o comércio com a África. A dívida externa brasileira, de US\$25 bilhões de dólares em 1975, alcançou o número de US\$105 bilhões em 1985. O crescimento do país teve uma taxa claramente baixa (2,1%) ao ano e a participação da indústria no Produto Interno Bruto diminuiu de 33,7% para 29,1% na década de 1980¹⁴¹.

Já nos parceiros africanos do Brasil, a instabilidade política e os golpes de estado, aliados aos efeitos da dívida externa e à insuficiência de recursos para investir em desenvolvimento, fragilizam as economias africanas, submetidas ao rigoroso plano de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial, o que impedia a capacidade de comércio com os outros países do terceiro mundo¹⁴². Assim, em 1986 as exportações para África reduziram-se para 4,6%, diminuindo ainda mais nos anos seguintes¹⁴³ e encerrando o período da ditadura no Brasil com um franco declínio nas relações com a África.

¹³⁹ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. 339 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 192.

¹⁴⁰ PENNA FILHO, Pio. A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no *II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação”*, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais”, 2009, p. 47.

¹⁴¹ RIBEIRO, Claudio Oliveira. *Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-Guerra Fria*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n 35, p. 55-79, fev. 2010, p. 58.

¹⁴² SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004, p. 97.

¹⁴³ FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013, p. 68.

CAPÍTULO 2: ÁFRICA DIFÍCIL: A PRIMEIRA MISSÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA AO SUL DO CONTINENTE AFRICANO ATRAVÉS DO DIÁRIO DE RAYMUNDO DE SOUZA DANTAS

“A paixão pela África contrai-se como a uma febre.”

DESSARRE, Eve apud DANTAS, Raymundo de Souza (1965 p, 26)

Este capítulo pretende analisar a experiência diplomática de Raymundo de Souza Dantas em Gana, 1961 a 1964. Para tal, será examinada, nas próximas páginas, a trajetória de Dantas e sua ascensão ao posto de embaixador, na primeira embaixada ao sul do Saara do país no continente africano. O primeiro negro embaixador do Brasil escreveu e publicou um diário sobre este período, que é uma das principais fontes deste trabalho, junto com fontes bibliográficas, jornais e documentos do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. O objetivo é conhecer a vida de Dantas, seu papel na política desenvolvida pelo Itamaraty para o continente africano e a visão do embaixador acerca deste processo. Além disso, reconstituir uma perspectiva diplomática, através dos meandros da branquitude e do *ethos* da Casa de Rio Branco, para compreender a mudança da percepção do lugar do Brasil no mundo e da importância do estreitamento das relações com o continente africano, como chave para o desenvolvimento econômico e social do país.

2.1 A TRAJETÓRIA DE SOUZA DANTAS

Raymundo de Souza Dantas (Figura 6) nasceu em 1923, na cidade de Estância, interior de Sergipe. Seu pai, Reis Café Souza Dantas era pintor, e sua mãe, Porfíria Conceição Dantas, era lavadeira. Ambos eram analfabetos, e tiveram mais dois filhos. Como grande parte das famílias negras e nordestinas do período, eram assolados pela pobreza. Por isso, Dantas começou a trabalhar ainda criança para ajudar no sustento da família. Ele exerceu vários ofícios, como aprendiz de ferreiro e de marceneiro. Como o próprio autor afirma, não teve infância¹⁴⁴. Em suas palavras: “é muito fácil de imaginar um rapaz na casa dos quinze e dezesseis anos, levando quase que uma vida de bicho, cujas reações eram medidas pelos sopapos e pelo medo das demais criaturas. Assim era eu” (DANTAS, 1949, p. 19). Por conta de sua situação de vulnerabilidade

¹⁴⁴ DANTAS, Raymundo Souza. *Um começo de vida (depoimento biográfico)*. Campanha de educação de adultos. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: 1949, p. 8

social, frequentou a escola por poucos meses somente. Foi na adolescência, com então 16 anos, que seu difícil processo de alfabetização começou, em seu trabalho como tipógrafo no *Jornal de Sergipe*¹⁴⁵.

Figura 6 - Raymundo de Souza Dantas em Brasília



Fonte: Autor desconhecido, 1961. Imagem retirada do site: <http://www.funarte.gov.br/funarte/roda-de-conversa-trilha-historia-nao-conhecida-de-raymundo-souza-dantas/>.

¹⁴⁵ DANTAS, Raymundo Souza. *Um começo de vida (depoimento biográfico)*. Campanha de educação de adultos. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: 1949, p. 4

Mudou-se para o Rio de Janeiro aos 18 anos, onde sua vida mudou radicalmente. Na capital carioca foi contratado como entregador de encomendas em um jornal. Nas horas de folga completou com a ajuda dos colegas jornalistas, de forma efetiva, o seu letramento. Como afirma Silva:

O fato é que, na maior parte de seu tempo livre, mesmo sem o auxílio dos redatores do jornal, Dantas se dedicava à leitura de obras clássicas da literatura nacional e estrangeira, principalmente a francesa, língua em que também se fez fluente. Aos moldes de Machado de Assis e outros tantos intelectuais de sua época, que frequentaram poucos anos a escola ou que nem tiveram acesso ao sistema de ensino formal, Dantas foi um autodidata que, por meio da leitura obsessiva e da escrita, tornou-se um nome conhecido na imprensa carioca, passando de office boy a revisor e, posteriormente, a jornalista. Portanto, o jornal passa a ser o meio de ilustração, uma vez que funciona como o lugar de ensino e aprendizagem do escritor, inserindo-o, por fim, numa cultura letrada e, conseqüentemente, no circuito intelectual da época (SILVA, 2015, p. 15).

O mundo das letras mudou sua vida e seu destino, abrindo possibilidades até então inimagináveis para um menino negro, pobre, nordestino e analfabeto. Assim, Dantas dedicou-se tanto à carreira literária quanto ao jornalismo, e publicou oito livros ao longo de sua vida, sendo três deles autobiográficos¹⁴⁶.

Casou-se aos 23 anos, em 1946, com Idoline Botelho Souza Dantas, com quem teve três filhos, Roberto, Isa Maria e Miguel. Por um tempo foi filiado ao Partido Comunista, mas se afastou da política, pois, de acordo com seu primogênito, Roberto de Souza Dantas, como jornalista queria ser o mais neutro e ético possível¹⁴⁷. Este também foi o motivo de ter negado o convite, feito por Afonso Arinos, para ser suplente de senador.

Sua carreira como jornalista e escritor foi meteórica. Dantas integrou as redações de *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *Dom Casmurro*, *Leitura*, *Brasil Açucareiro*, dentre outros e se tornou um jornalista de prestígio nos anos 1950. Ainda seria membro da Secretaria de Departamento de Radiojornalismo da Rádio Nacional e da Fundação Centro Brasileiro de TV – Educativa, como assessor especial, atuando também como debatedor do programa de entrevistas “Sem Censura” naquela emissora¹⁴⁸.

¹⁴⁶ *Sete palmas de Terra* (1944), *Agonia* (1945), *Solidão nos Campos* (1949), *Vigília da noite* (1949), *Um começo de vida* (1949), *Reflexão dos 30 anos* (1958), *O lado da sombra* (1961) e o diário *África Difícil: missão condenada* (1965).

¹⁴⁷ DANTAS, Roberto de Souza. Roberto de Souza Dantas: depoimento [ago. 2017]. Parte II Entrevistador: Nabor Jr. Entrevista cedida ao programa O Menelick 2º Ato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a57-RQNKJ2w>. Acesso em 10 de fev. 2019.

¹⁴⁸ SILVA, 2015, p. 16.

Sua trajetória proeminente o levou cedo a uma aproximação com o então presidente Jânio Quadros, de quem foi oficial de gabinete e adido de imprensa presidencial. Por essa relação, foi convidado para ser embaixador em Gana, no continente africano¹⁴⁹ (ver Figura 7). Esta atitude de Jânio Quadros, para Jerry D'ávila:

É um exemplo típico de sua presidência curta e quixotesca em seu desejo de romper com o passado, sua rejeição à burocracia profissional e sua confiança em um aliado próximo para ocupar uma posição importante. Jânio fez o mesmo com outras embaixadas recém-criadas no norte da África (D'ÁVILA, 2011, p. 59).

A nomeação de Dantas para a primeira embaixada brasileira no continente africano foi polêmica em dois sentidos. Primeiro, por ignorar a hierarquia do Itamaraty e nomear uma pessoa que não era diplomata de carreira para uma embaixada recém-criada, e que, portanto, exigia experiência para organizar o órgão.

Dantas foi massacrado pela maioria dos jornais da época, sendo o *Jornal do Brasil* a exceção. Muitos o atacavam por racismo, outros para atingir Jânio Quadros. Inúmeras vezes o conhecimento do embaixador sobre África e sua experiência diplomática foi questionada, embora tais indagações não tenham sido feitas aos jornalistas Rubem Braga e Barreto Leite Filho e ao pintor Cícero Dias, que também foram nomeados naquela ocasião como embaixadores em África, e que, como Raymundo Souza Dantas, não eram diplomatas¹⁵⁰.

Segundo, por escolher um homem negro para uma embaixada em África. Esta ação foi interpretada por muitos como uma tentativa de pôr em prática o discurso da democracia racial — que será debatido ao longo deste capítulo — e construir uma imagem do Brasil que seria exportada para o continente africano, a da convivência harmoniosa entre brancos e negros no país.

Para outros, como José Honório Rodrigues, escolher uma pessoa sem a qualificação necessária para trabalhar em território africano somente por ser negra, foi uma prática de racismo às avessas¹⁵¹. José Flávio Sombra Saraiva cita que o presidente de Gana, Kwane Nkrumah, chegou a falar ironicamente, e de forma pública, que a melhor prova da integração racial brasileira seria a

¹⁴⁹ DANTAS, Raymundo Souza. *Um começo de vida (depoimento biográfico)*. Campanha de educação de adultos. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: 1949.

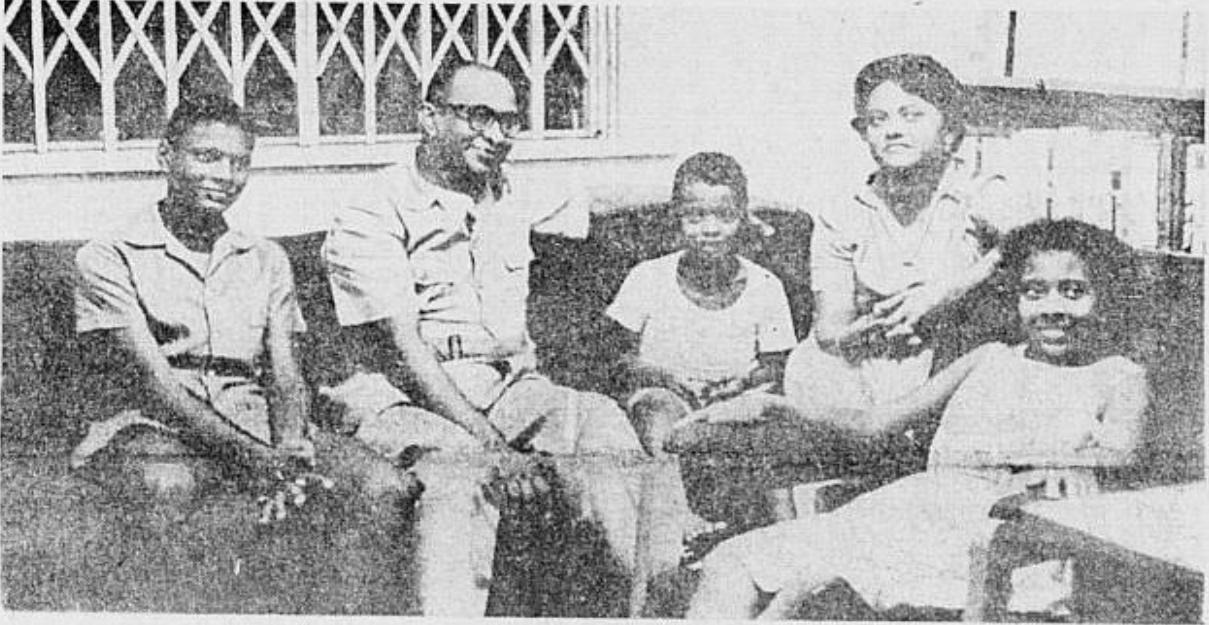
¹⁵⁰ KOIFMAN, Fábio. Raymundo Souza Dantas O primeiro embaixador negro da “democracia racial” brasileira. In: FERREIRA, Jorge; CARLON, Karla. *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói, Eduff, 2019, p. 189.

¹⁵¹ RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 379.

indicação de um embaixador negro para países brancos¹⁵². Porém, Fábio Koifman, através de uma densa pesquisa sobre o tema, garante que tal afirmação jamais foi dita pelo presidente ganense¹⁵³.

Figura 7 - Reportagem de capa do Jornal do Brasil em 05 de abril de 1961

RAIMUNDO É EMBaixADOR



Lacerda pede dólares ao almoço

Em almoço que ofereceu ontem no Hotel Glória aos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Governador Carlos Lacerda solicitou o empréstimo de 40 milhões de dólares para a realização de um programa de caráter social na Guanabara.

O Governo aplicaria esse financiamento na construção da segunda etapa da adutora do Guandu, solucionando definitivamente o problema da água no Estado, na produção de energia elétrica e na construção de habitações populares.

O jornalista Raimundo de Sousa Dantas logo que soube ontem em Brasília, pelo próprio Presidente Jânio Quadros, que havia sido promovido de Oficial de Gabinete a Embaixador Plenipotenciário em Gana, embarcou para o Rio, a fim de dar a notícia à sua família. Primeiro brasileiro negro a ser nomeado para tal posto, Sousa Dantas vai comemorar em casa a promoção em companhia de sua mãe e seus irmãos, que virão hoje do Realengo para cumprimentá-lo. (Página 5)

Regulada a Lei Agrária de S. Paulo

Com a regulamentação assinada ontem, pelo Governador Carvalho Pinto, entra em vigor a Lei de Revisão Agrária paulista. O documento estabelece normas que, complementando e aliadas ao texto da lei, impedirão que esta se desvirtue através de uma excessiva majoração fiscal.

A nova lei especifica o conceito de aproveitamento das terras para os efeitos da lei, visando a estimular seu integral aproveitamento. E se em qualquer rigor que não possa ser atendido pelos lavradores, favorece o aumento da produção paulista. (Página 5).

Jânio diz que a hora é de mudar

Brasília (Sincursi) — O Presidente Jânio Quadros distribuiu ontem, um comunicado oficial sobre o Dia Pan-Americano, no qual ressalta que o pan-americanismo já ultrapassou a fase das formulações jurídicas para fixar-se na concepção de que é necessário transformar "as distúncias da conjuntura econômica e social da América Latina".

Fez o Presidente que o contraste econômico entre o Sul e Norte do Continente "é muito mais agudo e expressivo" do que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente e que esse desequilíbrio "constitui intrínseco obstáculo à integração continental". O Sr. Jânio Quadros salda o lançamento da doutrina da solidariedade para o progresso, nascida na OPA.

Fonte: Jornal do Brasil, 05 de abril de 1961. Biblioteca Nacional Digital

¹⁵² SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 90.

¹⁵³ KOIFMAN, Fábio. Raimundo Souza Dantas O primeiro embaixador negro da “democracia racial” brasileira. In: FERREIRA, Jorge; CARLON, Karla. *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói, Eduff, 2019, p. 205

O fato é que já havia uma grande pressão da sociedade, em especial dos movimentos associativos das populações de origem africana, que questionavam as contradições deste discurso da democracia racial propagado pelo governo e as estruturas de poder e opressão que não se modificaram com a abolição da escravidão. O próprio Raymundo se aproximara dos movimentos antirracistas.

No ano de 1945, junto com Solano Trindade, Abdias Nascimento, Aladir Custódio e Corsino de Brito, fundou o Comitê Democrático Afro-brasileiro, com o objetivo de combater o racismo por meio da cultura, seguindo os passos do Teatro Experimental do Negro (TEN), e de conceder anistia aos presos políticos do Estado Novo¹⁵⁴.

Em 1946, Souza Dantas participou da Convenção Nacional do Negro. Este evento foi responsável por reunir a intelectualidade afro-brasileira e discutir projetos políticos em prol da igualdade racial, reivindicando, inclusive, que o racismo fosse considerado crime de lesa-pátria¹⁵⁵. Em 1962, quando veio ao Brasil durante sua missão, discursou no III Encontro Nacional Afro-Brasileiro com o tema “O Negro no Contexto Político Brasileiro”¹⁵⁶.

Estes movimentos antirracistas deste período, de acordo com Kabengele Munanga, partilhavam de um antirracismo universalista que propunha uma integração igualitária “dos negros na cultura hegemônica dos brancos, sem considerar suas diferenças raciais, culturais, históricas, passadas e presentes, baseando-se somente na a humanidade abstrata do individualismo universal” (MUNANGA (prefácio) apud D’ADESKY, 2001, p. 15). E, portanto, pensavam que acabando com o preconceito, as pessoas negras se integrariam na sociedade. Havia poucos nomes, como Abdias do Nascimento, que de acordo com Paulino Cardoso, era capaz de “formular a situação do negro como fruto de uma violência racial”, e que, portanto, questionavam todo o sistema sob qual a sociedade estava alicerçada¹⁵⁷.

¹⁵⁴ SILVA, Marina Luiza Horta. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas – apontamentos sobre vida e obra*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2015, p. 38.

¹⁵⁵ SILVA, Marina Luiza Horta. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas – apontamentos sobre vida e obra*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2015, p. 38.

¹⁵⁶ DANTAS, Raymundo de Souza. *O Negro no Contexto Político Brasileiro. Anais do Congresso Afro-Brasileiro: Os Afro-brasileiros*. Coordenado por Roberto Motta. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017.

¹⁵⁷ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Notas sobre o Movimento Negro. In: *Educando para as Relações Étnico-Raciais II*/Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – PR, 2008, p. 18.

Estas pressões exercidas por estes movimentos e por militantes e intelectuais como Abdias do Nascimento, que criticavam a hipocrisia da pretensa democracia racial e denunciavam a estrutura racista do Estado brasileiro, surtiram efeito não só na nomeação de Dantas. Foi por conta desta demanda pulsante da sociedade que Jânio Quadros nomeou em seu governo pessoas como o chanceler Afonso Arinos, autor da primeira lei contra discriminação racial no país. Como afirma Leite (2011, p. 101) “no entendimento do Governo, tais demonstrações de sensibilidade com a causa da miscigenação racial poderiam atrair o apoio de amplos segmentos da sociedade brasileira”.

Porém, infelizmente, essa militância organizada não desmontou a estrutura do racismo institucional¹⁵⁸ do Ministério das Relações Exteriores. Pelo contrário, grande parte do sofrimento e insucesso de sua missão deveu-se à discriminação que Dantas sofreu da parte de seus colegas de trabalho, tanto de seus superiores quanto de seus subordinados. Desde sua nomeação, o órgão se empenhou em prejudicar Dantas, vazando notas falsas e criando uma imagem negativa dele de forma anônima nos jornais¹⁵⁹.

De todo modo, a ausência de pessoas negras no MRE já havia sido denunciada antes. A reportagem de Luiz Gutemberg no jornal carioca *O Mundo Ilustrado* de 25 de setembro de 1959, já acusava a instituição de racismo, conforme a Figura 8 demonstra. De acordo com o registro, em 1946, uma pessoa negra já havia tido sua entrada rejeitada pela cor da pele, e naquele ano de 1959 a denúncia era de que o professor de Direito Civil e Romano na Universidade do Brasil, José Pompílio da Hora, não havia entrado por racismo.

Em depoimento cedido anos mais tarde para o livro de Haroldo Costa, intitulado *Fala, Crioulo*, o professor relatou que se inscreveu duas vezes no concurso do Instituto Rio Branco, e foi negado nas duas. Na primeira ocasião, o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura lhe disse que “no Cais do Porto estamos precisando de muitos trabalhadores, você é forte, você dá” (COSTA, 1989, p. 84).

¹⁵⁸ Nesta pesquisa, o conceito de racismo institucional refere-se a: “fazer referência aos obstáculos não palpáveis que condicionam o acesso aos direitos por parte de grupos vulnerabilizados, o conceito de Racismo Institucional refere-se a políticas institucionais que, mesmo sem o suporte da teoria racista de intenção, produzem consequências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais”. (Rex, 1987, p. 185 *apud* Souza, 2011, p. 97).

¹⁵⁹ KOIFMAN, Fábio. Raymundo Souza Dantas O primeiro embaixador negro da “democracia racial” brasileira. In: FERREIRA, Jorge; CARLON, Karla. *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói, Eduff, 2019, p. 194.

Já na segunda tentativa, o coordenador do IRBr, que era pai de duas de suas alunas de Latim no Colégio Lafaiete, lhe falou “Professor, pela segunda vez o senhor está tentando a carreira diplomática. Lembre-se de uma coisa: o senhor é negro, jamais vai transpor os umbrais do Rio Branco” (p.85). José Pompílio da Hora relatou que pensou estar sendo advertido somente sobre a intolerância da instituição, que aquele era um gesto de solidariedade, mas, para não restar dúvidas, o coordenador falou “desista, professor. O senhor nem pense em entrar na carreira diplomática do qual eu sou o coordenador cultural” (p.85).

De acordo com Fabio Koifman, a notícia teve bastante repercussão, e, naquele momento, já havia uma campanha para a nomeação de Raymundo de Souza Dantas¹⁶⁰. Segue a capa da reportagem de seis páginas com a denúncia: “pela primeira vez a velha denúncia de que há preconceito racial no Itamarati é comprovada numa reportagem. O repórter Luiz Gutemberg e o fotógrafo Adir Vieira ouviram e fotografaram a prova principal da acusação”.

Figura 8 - O Mundo Ilustrado, edição 25 de setembro de 1959



Fonte: O Mundo Ilustrado, edição 25 de setembro de 1959. Biblioteca Nacional Digital.

¹⁶⁰ KOIFMAN, Fábio. Raymundo Souza Dantas O primeiro embaixador negro da “democracia racial” brasileira. In: FERREIRA, Jorge; CARLON, Karla. *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói, Eduff, 2019, p. 179.

José Pompílio da Hora jamais conseguiu entrar no MRE, e o racismo estrutural do órgão levou outro homem negro ao posto de Dantas somente exatos 50 anos depois. Em 2011, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Benedicto Fonseca Filho foi promovido a embaixador. Dentro da hierarquia do Itamaraty, Benedicto é considerado o primeiro homem negro diplomata de carreira, pois foi o primeiro a acessar o cargo por concurso, passando por todos os estágios de promoção¹⁶¹.

2.2 UMA ANÁLISE DO DIÁRIO DE DANTAS

No campo da História, o uso de diários como fonte histórica é algo recente, dado que tal documentação sequer era considerada pelas abordagens tradicionais estabelecidas pela Escola Histórica do século XIX, que buscava narrativas de vidas públicas e não privadas. Áreas como a Literatura, por outro lado, se debruçam sobre seu estudo com propriedade há muito mais tempo.

Os diários são uma escrita de si, na qual os sujeitos se constroem e se inventam pela narrativa, constituindo modos de conhecer e de se fazer conhecer. Para Maria Teresa Santos Cunha:

Considerando-se a escrita como ferramenta de uso social, estes testemunhos (auto) biográficos são atos de memória que dão ensejo a percepções/representações de um tempo. Ainda como reduto de sensibilidades, os diários íntimos, na qualidade de fontes históricas, prestam-se a um processo de interpretação, uma vez que comportam o simbólico podendo-se, através deles, compor histórias. Laços, fios e nós entre os indivíduos vão, pela narrativa, formando tecidos, malhas, redes, história de encontros, de desencontros, de proximidades, de distâncias perceptíveis (CUNHA, 2007, p. 47).

Tradicionalmente os diários eram uma escrita feminina, de mulheres e meninas solteiras, geralmente da elite ou das classes médias, no período da adolescência e até a transição vida adulta. Quando se casavam, usualmente deixavam esta prática de lado¹⁶². Porém, no mundo da diplomacia, é comum diplomatas e embaixadores registrarem memórias de suas missões, e posteriormente, em alguns casos, publicá-las.

¹⁶¹ Atualmente, o Itamaraty possui o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, criado em 2002, que financia os estudos de candidatos afrodescendentes. O objetivo deste programa tentar equiparar a desigualdade racial histórica dentro da instituição. Além disso, devido a Lei Federal nº 12.990/14, também conhecido como Lei de Cotas, 20% das vagas em concursos públicos federais serão para pessoas que se declarem de cor preta ou parda, o que inclui o processo de seleção do Itamaraty. Esta lei de ação afirmativa será posta em prática por dez anos, ou seja, até 2024. Entretanto, é pontual ressaltar que ainda existem críticas contundentes tanto a desigualdade racial quanto de gênero dentro do órgão.

¹⁶² CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. *Patrimônio e Memória*: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 49.

O diário tem algumas funções, como produzir sentidos e construir significados à ordem existente, e o de Dantas cumpriu este papel. Inserido em um mundo completamente novo, o diário o ajudou a dar sentido e expressar sensibilidades neste período¹⁶³.

Como já citamos, Dantas também era escritor, com diversos livros publicados antes de se tornar embaixador. Por isso, era um homem que dominava o mundo das letras e sabia se expressar muito bem através da escrita e que já tinha o hábito de fazer relatos autobiográficos. Isso nos leva a indagar: ele já redigiu o diário com a intenção de publicá-lo? Se foi o caso, isso certamente direcionou a forma como o registrou. Por outro lado, se inicialmente esta não era sua intenção, antes da publicação, ele fez correções e alterações, visando um público leitor e a crítica da sociedade.

O diário não é somente uma escrita de si, mas também uma forma de arquivamento do eu, de selecionar memórias e lembranças que devem ser guardadas para a posteridade e, quem sabe, um futuro leitor. Assim, criamos uma imagem, para nós mesmos, mas também para os outros que possam por um acaso se deparar com os nossos registros e abrir as páginas que contenham extratos da nossa vida. Philippe Artières argumentou:

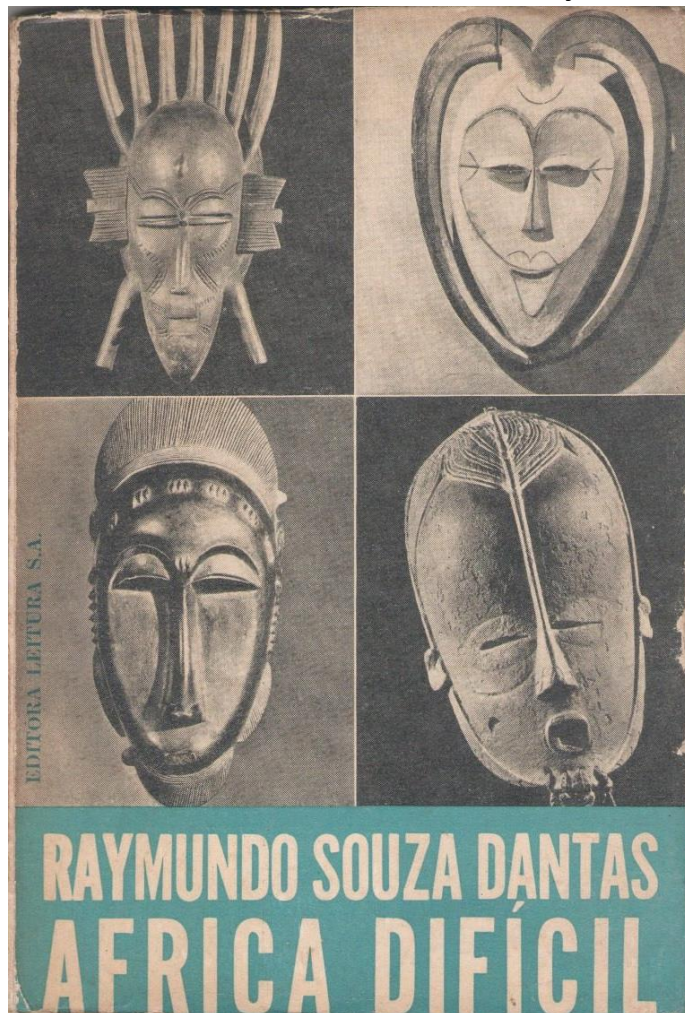
Sempre arquivamos nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). Prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte (ARTIÈRES, 1998, p. 32).

Logo, tanto a construção de uma narrativa sobre si quanto o arquivamento do eu, de forma consciente ou inconsciente, guiou a forma como o autor redigiu suas memórias e posteriormente as publicou.

Como a memória é operacionalizada neste capítulo, cabe dizer que me apoio em Paul Ricoeur, que afirma que a operação historiográfica procede de uma dupla redução, a da experiência viva da memória, mas também a da especulação multimilenar sobre a ordem do tempo (Ricoeur, 2007 p.170).

¹⁶³ CUNHA, Maria Teresa Santos. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013, p. 115.

Figura 9 - Capa do livro *África Difícil: Missão Condenada*, de Raymundo de Souza Dantas



Fonte: DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil* (Missão Condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965. Acervo pessoal.

O diário, que contém 123 páginas, foi dividido em quatro partes: *África Difícil* - Figura 9 - contém uma introdução e contextualização do que era o continente africano e Gana no entendimento do autor. *Missão Condenada: Diário*, é o diário em si e é a parte mais longa da publicação. *Presença Brasileira: Ontem e Hoje* é o epílogo do livro. Após o epílogo, há a seção *Participação Política* que abarcou uma pesquisa histórica.

De início, na primeira frase de *África Difícil*, o autor explicitou que esta seria a sua primeira e única experiência como embaixador, mas não aprofundou os motivos. As pistas para tal sentença foram dadas ao longo da narrativa.

Dantas iniciou seu diário descrevendo Gana, o país onde foi alocado pelo Itamaraty e que seria um exemplo a ser seguido pelas demais nações africanas:

Gana representava, sem dúvida, nessa área cada vez mais nervosa e reivindicativa, impaciente, não só o centro político de maior evidência, mas também o exemplo a seguir, o Estado-piloto propriamente dito, em face de suas ousadas e ambiciosas realizações, buscando edificar uma sociedade original e harmônica (DANTAS, 1965, p. 13).

Raymundo de Souza Dantas vislumbrava em Gana um mundo de possibilidades otimistas e perspectivas de desenvolvimento, e atribuía grande parte disto ao seu líder, Kwame Nkrumah, que era venerado como um deus pelos ganeses, a seu ver.

O embaixador visitou diversos países durante seu tempo de serviço, em especial, Togo e Daomé (atual Benin). Contudo, sua fala era sempre generalizante, falando dos “africanos” como um só povo, ao invés de se referir a ganeses, togoleses ou daomeanos. Em seu entendimento, eles eram nervosos e impacientes, em busca constante de “vencer o atraso” em que se encontrava o continente.

Além disso, foi testemunha ocular da ruptura com o colonialismo e os novos governos que assumiram os países recém-independentes, assistindo ao jogo de influências dos ex-colonizadores, como a França, que a seu ver exercia a maior influência na região onde viveu. Viu a implantação de regimes democráticos e autoritários, a disputa entre socialismo e capitalismo e, ao fazer uma análise geral sobre a situação da África naquele momento, concluiu que:

O africano está condenado a originalidade, pois todos os seus problemas exigem soluções diferentes. Assim no terreno das instituições políticas, assim na organização dos quadros administrativos, assim no campo do ensino e da cultura, enfim, em todas as frentes de atividades (DANTAS, 1965, p. 17).

Por ser um diário que foi publicado pela iniciativa do autor, podemos ver que, inicialmente, suas críticas foram amenizadas e nomes não foram citados. Provavelmente, optou por essa escolha para não criar conflitos com o Itamaraty, para evitar possíveis processos, mas também para não ir de encontro com a recém implantada ditadura civil-militar no Brasil naquele ano de 1965. Ele mesmo confirmou, no final da primeira parte do diário “nem tudo que vivi, que senti ou que testemunhei, porém, está nessas notas, pois antes de mais o que desejo não é comprometer, mas

colaborar no sentido de que elabore uma política africana livre de preconceitos e completos” (p. 21).

Podemos ver uma crítica sem um alvo definido quando ele toca, pela primeira vez, na questão racial na página 14: “Na tentativa de estabelecer intimidade maior, na minha convivência de dois anos com o ganense, não precisei fazer-me negro entre negros, **conforme pretendia alguém**, para melhor compreender a alma do africano” (grifo da autora).

Não sabemos dizer quem seria este alguém, mas Dantas seguiu falando da consciência de sua cor e ancestralidade, e reforçou que estes não foram os elementos que garantiram a proximidade que conquistou com os ganeses, mas que foi mérito de seu esforço e empenho. Essa primeira crítica reflete o tom do diário, marcado pela consciência do racismo e pelo sofrimento que este o infligiu, conforme afirmou no final da primeira parte:

Quanto a minha experiência propriamente dita, ela está nas notas que compõem o diário que se segue, através do qual se poderá avaliar o penoso que foram, e por vezes dramáticos, estes meus dois anos e pouco de África, numa missão de antemão condenada (DANTAS, 1965, p. 21).

A missão já estava condenada antes mesmo de começar, pois ele teve que enfrentar o racismo de seus pares a partir do momento em que foi nomeado por Jânio Quadros. Cito como exemplo o fato de que o embaixador teve que morar durante seus primeiros meses em Gana numa série de hotéis, sem residência fixa, porque o encarregado de organizar a embaixada antes da vinda de Dantas, Sérgio Corrêa do Lago, se sentiu ofendido, queixou-se ao MRE e, ao saber quem seria o novo embaixador, recusou-se a deixar a residência oficial da embaixada em um primeiro momento¹⁶⁴. Com toda a infraestrutura e boa vontade de sua equipe, sua missão já seria difícil e desafiadora. Nestas condições de trabalho, Dantas foi assertivo em chamá-la de condenada. Além disso, Jânio renunciou pouco tempo depois de nomeá-lo e João Goulart assumiu a presidência do país em seu lugar. A proteção e apoio que Jânio daria para que a missão obtivesse sucesso já não estava mais garantida, pois Goulart, apesar de dar continuidade aos projetos de Quadros, tinha outras preocupações, problemas e prioridades. Sua nomeação ocorreu durante este processo, e quando embarcou para Gana, a presidência já havia mudado de mãos.

¹⁶⁴ D’ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p.60.

Na segunda parte de sua publicação, *Missão condenada: diário*, o autor iniciou seus registros a partir de 03 de fevereiro de 1963, dois anos depois do começo de sua jornada como embaixador, em retorno de férias. Seu primeiro relato comparou a sua chegada a Dacar dois anos antes. Sua fala era angustiada e triste ao constatar que os sonhos e esperanças que tinha, se transformaram em pesadelo e em uma experiência penosa¹⁶⁵.

Já no primeiro mês, sua escrita foi irregular: às vezes escreveu todos os dias da semana, outras escreveu sem anotar a data e houve ocasiões em que ficou dias sem escrever. Seus temas eram variados: a rotina da embaixada, suas visitas e eventos oficiais, os livros que estava lendo e que pretendia ler. Entretanto, seu principal tema era opiniões sobre o panorama político e a história dos países africanos. Este foi o principal assunto a que se dedicou, pois, sua intenção era justamente fornecer informações aos brasileiros sobre África. Ele citou que conhecia muito pouco sobre o continente, e que seu imaginário era povoado por imagens deturpadas, e que gostaria de proporcionar uma outra perspectiva aos seus leitores.

Outro assunto recorrente foi a questão racial e o conflito com a sua ancestralidade africana. Ele tinha consciência dela e se sentia pressionado por várias frentes para se “sentir africano”. Isso gerou inquietações em Dantas, que se reafirmou como brasileiro e ocidental:

[...] chego à conclusão de que, por motivos vários, todos relevantes, eu não poderia sentir-me em casa. Nem mesmo por ser negro, considerado descendente de africano. O meu mundo é outro, como também a minha civilização, apesar de todos os pontos de contato e familiaridades existentes entre os dois universos (DANTAS, 1965, p. 36).

Mas sua ocidentalidade e erudição não o protegeram do racismo brasileiro. Em uma passagem muito marcante, comentou uma situação embaraçosa em que se envolveu, justamente por ser o embaixador que representava a falácia da democracia racial em um país extremamente racista. Dantas foi convidado para um jantar na Universidade de Gana pelo “renomado professor O.A.”, juntamente com Vivaldo Costa Lima¹⁶⁶, que o ajudou como intérprete do inglês para o português. Ele contou que em certa altura do encontro, um estudante que depois se tornou seu professor de inglês, Kwesi Enu Ansah, abordou-o da seguinte maneira:

¹⁶⁵ DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil* (Missão Condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965, p. 25.

¹⁶⁶ Vivaldo da Costa Lima foi um antropólogo, professor da Universidade Federal da Bahia e um dos primeiros pesquisadores do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA (CEAO-UFBA). Exerceu a função de Adido Cultural da embaixada brasileira em Accra no mesmo período em que Raymundo de Souza Dantas trabalhou. Neste tempo, realizou importantes e pioneiras pesquisas sobre o continente africano.

Formulou-me uma pergunta que Vivaldo Costa Lima, servindo de intérprete, vacilou em traduzir: - “Não há discriminação racial no Brasil?”. A presença do Embaixador negro não lhe parecera talvez prova da inexistência da discriminação racial – e se assim pensou tinha razão. Nem a presença do Embaixador negro nem a mistura de brancos e pretos, na guarnição do “Custódio de Melo”, que dissera ele haver visitado, quando em passagem do navio brasileiro pelo porto de tema. Esperou minha resposta como se a sorte de alguma coisa que lhe fosse muito cara dependesse do que lhe dissesse eu. Em condições diferentes, sem a responsabilidade de que estava e continuo investido, seria fácil dar uma resposta. Disse o que dissesse, na qualidade de simples cidadão, representaria a opinião de um homem comum, entre setenta e sete milhões de brasileiros. – “Não precisa responder” – fizera, diante do meu franzir de sobrolho. E não voltou mais ao assunto. Eu, porém, quisera lhe pintar o quadro exato, sem tirar nem acrescentar, revelando-lhe a verdadeira fisionomia do meu país, nesse particular (DANTAS, 1965, p. 39).

Sua sensação de dever, por ocupar o lugar que o ocupava, impediu-lhe de dizer o que realmente gostaria sobre o racismo no Brasil. Entretanto, no diário, desabafou e denunciou o que sofreu do Itamaraty. Mesmo sem citar nomes, escreveu sobre os obstáculos que lhes eram impostos e como todos dificultavam seu trabalho, por ser negro. A título de exemplo, apontou que ficou dez meses sem secretário, em completo abandono do Ministério das Relações Exteriores. Seu sofrimento foi relatado em vários momentos, assim como o sentimento de solidão e desamparo. Ele, inclusive, escreveu sobre persuadir seu filho a desistir da carreira de diplomata que almejava, para que este não sofresse com o racismo da instituição¹⁶⁷.

Uma das poucas pessoas que ele citou e qualificou, tecendo algumas críticas e mostrando um relacionamento tenso, foi Vivaldo da Costa Lima, com quem manteve convivência constante, citando seu nome diversas vezes no diário. Outra pessoa de quem expressou pouca estima foi o famoso etnólogo Pierre Verger¹⁶⁸.

Sua escrita não era linear, ia e voltava no tempo algumas vezes, contando algumas situações, como o contexto de sua nomeação por Jânio Quadros e a visita do navio-escola da Marinha, Custódio de Melo, que visitou diversos países na costa ocidental africana em 1961. Sobre seu cotidiano, descreveu eventos a que compareceu, pessoas que conheceu, como o pan-africanista

¹⁶⁷ DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil* (Missão Condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965, p. 40.

¹⁶⁸ DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil* (Missão Condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965, p. 77 e p. 94.

W. E. du Bois. Também falou de livros que leu, como “Os Condenados da Terra”, de Franz Fanon¹⁶⁹, que considerou muito violento e assustador.

Dantas exerceu um lado pesquisador e descreveu diversos aspectos da cultura Akan. Falou de suas divindades, vocabulário e dos Agudás, brasileiros de descendência africana e africanos que retornaram à África no período da Abolição da escravidão no Brasil. Ele viajou por algumas regiões colhendo histórias, em especial de Francisco Félix de Souza e sua família, a quem dedicou a última parte do diário. Ele foi o primeiro Xaxá, título do governante da região, e sua família ainda exercia poder e influência à época de Dantas.

No dia 05 de abril de 1963, ele escreveu sobre uma importante decisão:

Decisão de deixar o posto. Espero fazê-lo em agosto. Impossível ficar mais tempo. As divergências são grandes. Seria inútil permanecer. Não concordo em que sejamos apenas informantes. Nossa presença deveria ser marcada pela agressividade, através uma ação positiva. Da maneira que vamos, transformamo-nos numa repartição puramente burocrática. Para que serve a presença do Embaixador? Apenas para mostrar-se nos coquetéis e nas recepções? (DANTAS, 1965, p. 90).

Raymundo de Souza Dantas aguentou permanecer no cargo o máximo possível. Mas, além do racismo e dos conflitos com sua equipe, a frustração em não conseguir desenvolver seus projetos, o isolamento e a solidão, havia ainda a insegurança política em Gana que estava a preocupá-lo. Na semana anterior relatara os atentados contra Nkrumah, o presidente de Gana, e alguns atos de terrorismo.

Sua frustração em exercer um cargo meramente decorativo foi expressa no dia 05 de maio de 1963, ao relatar seu encontro com Amílcar Cabral e Mario de Andrade, líderes do M.P.L.A. Mario de Andrade teceu críticas ao posicionamento do Brasil perante a ONU acerca das independências das então colônias portuguesas. Como já foi citado nesta tese, o país votou a favor de Portugal. Dantas, mais uma vez, se viu decepcionado por não poder tomar alguma ação¹⁷⁰.

Em seu derradeiro registro no diário, relatou o pedido de exoneração e o retorno para o Brasil. Ele não registrou a data, mas antes disso havia feito um último comentário em 10 de junho. Nessa última anotação, Dantas novamente expressou sua decepção, dor e sofrimento, e encerrou

¹⁶⁹ Frantz Omar Fanon, também conhecido como Ibrahim Frantz Fanon, foi um psiquiatra e filósofo político natural da Martinica. As suas obras tornaram-se influentes nos campos dos estudos pós-coloniais, da teoria crítica e do marxismo, sendo um grande referencial para discussão sobre raça e racismo.

¹⁷⁰ DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil* (Missão Condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965, p. 91.

dizendo que “a verdade é que tudo não passou de um drama, que infelizmente não sei se o poderei dar aqui como encerrado para sempre”¹⁷¹. Em seguida, há uma série de fotos legendadas sobre sua experiência como embaixador. A Figura 10 representa uma destas experiências:

Figura 10 - Roberto de Souza Dantas, esposa e os três filhos sendo recepcionados pelo embaixador de Cuba, Rene Gotois, nas comemorações de aniversário da revolução cubana. Gana, janeiro de 1962



Fonte: Autor desconhecido, 1962. Imagem gentilmente cedida por Roberto de Souza Dantas.

¹⁷¹ DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil* (Missão Condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965, p. 96.

Este segundo capítulo do livro destoa dos outros, não só por ser muito maior, mas por expressar sentimentos e emoções que nas demais passagens aparecem com mais comedimento. A princípio, o autor buscou não se comprometer com críticas, e escrever um diário mais informativo sobre sua experiência, buscando construir conhecimento sobre o continente africano. Contudo, ao longo desta segunda parte, Dantas foi mostrando um lado não premeditado do diário, com suas feridas, traumas e cicatrizes expostas. Aqui, a função de um diário íntimo, que guarda confidências, foi preenchida, e sua decisão de mostrá-las para o mundo e denunciar o racismo do Itamaraty, ainda mais no contexto da ditadura, foi, sem dúvida, um ato de coragem.

A terceira parte, *Presença brasileira: ontem e hoje*, é ao mesmo tempo um fechamento da segunda seção e uma introdução da quarta. Neste segmento da obra, Dantas explicou quem foram os Agudás e citou o objeto de sua pesquisa, o fundador de uma das maiores famílias de Agudás, Francisco Félix de Souza.

Por fim, encerrou o diário com *Participação política*. Ali, narrou sua pesquisa sobre pessoas que retornaram ao continente africano após o fim da escravidão, descreveu algumas dessas famílias e citou bibliografias sobre a história da África. Dantas tentou mostrar que os Agudás eram diferenciados dos demais grupos africanos, e que isso era devido à cultura brasileira. Sua intenção, ao representar estas famílias como donas de prestígio e poder, foi valorizar a influência brasileira e mostrar sua importância no passado e no presente (no contexto em que ele estava inserido na década de 1960).

2.3 “DE COMO O OLHO AZUL DO ITAMARATY NÃO VÊ, NÃO ENXERGA O NEGRO”

“De como o olho azul do Itamaraty não vê, não enxerga o negro” é o título de um capítulo do livro *O Quilombismo*, de Abdias do Nascimento¹⁷², que foi uma das maiores lideranças afro-brasileiras do país. Senador, deputado, professor universitário, militante, artista e intelectual. Fundador de entidades pioneiras como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), além de um dos criadores do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT)¹⁷³.

¹⁷² NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980, p. 161.

¹⁷³ NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Grandes Vultos que Honraram Senado*: Abdias Nascimento. Brasília: Editora do Senado, 2014.

Foi contemporâneo de Raymundo de Souza Dantas, que não escapou de suas críticas, como será exposto aqui.

A obra *O Quilombismo* traz, como resposta ao racismo institucionalizado do país, uma proposta sócio-política para o Brasil elaborada a partir de um ponto de vista da população afrodescendente. Evocando a experiência comunal dos quilombos, Abdias propõe soluções, faz denúncias e críticas e traz possibilidades de atuação pública no Brasil. O livro foi publicado em 1980, em um período de intensa agitação social e mudanças políticas no país, e está dividido em sete documentos, caracterizados como um programa de ação. *Etnia afro-brasileira e política internacional (Washington D. C., Cali-Colômbia e Estocolmo, Suécia)* é a denominação do 4º documento da obra, e o primeiro item deste documento é intitulado “*De como o olho azul do Itamaraty não vê, não enxerga o negro*”, que intencionalmente nomeia este subcapítulo.

O autor iniciou o texto tecendo uma crítica a um livro chamado *Brazil 1966*¹⁷⁴, que foi produzido pelo MRE para promover o Brasil internacionalmente. De acordo com o prefácio assinado pelo chanceler Juracy Magalhães em 31 de março de 1966, esta produção, toda escrita em inglês, foi o terceiro livro informativo sobre o Brasil produzido pelo MRE. A primeira foi realizada em português (Brazil 1960), a segunda em francês (Brazil 1964) e a terceira, cuja produção foi conduzida pelo embaixador Francisco Gualberto de Oliveira, em inglês.

A obra era abertamente racista e baseada em uma política de branqueamento da população, pois tentava relativizar e diminuir o tamanho da população negra do país. Abdias traduziu um trecho em *O Quilombismo* para mostrar o argumento divulgado pelo Itamaraty para explicar a suposta e falaciosa redução da população negra no Brasil: “como consequência dos baixos padrões de vida e higiene dos grupos negros e mulatos, suas taxas de morte são mais altas que aquelas dos brancos” (BRAZIL 1966 apud NASCIMENTO, 1980, p.162)¹⁷⁵. A Figura 11 mostra a capa e contracapa do livro *Brazil 1966*, recém citado.

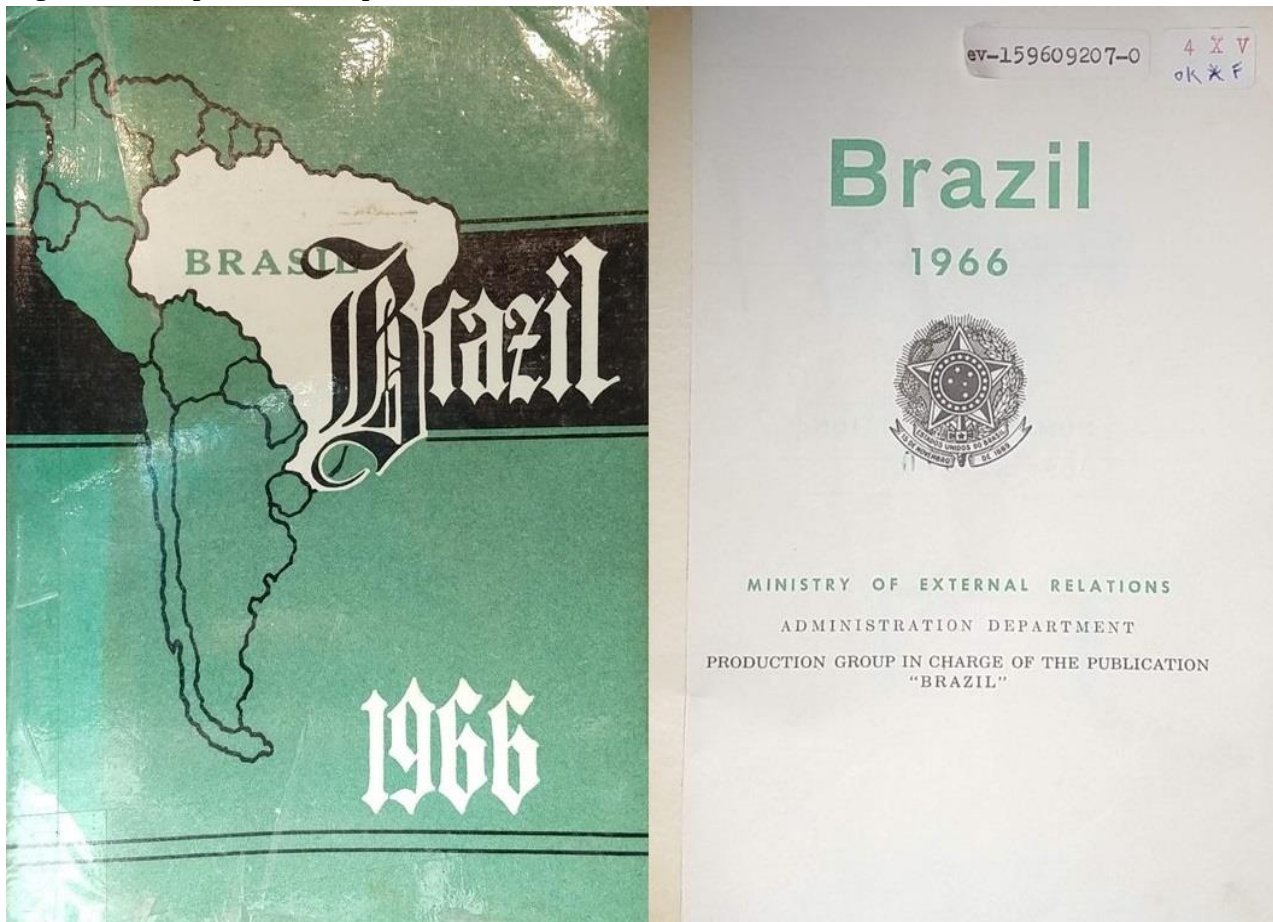
Abdias do Nascimento refutou a obra e também a hipocrisia do Itamaraty que, impregnado de racismo e eurocentrismo, tentava se vender como um país branco para grande parte do mundo, ao mesmo tempo em que se propagava pela África como herdeiro de suas tradições e populações e paraíso racial¹⁷⁶.

¹⁷⁴ MINISTRY OF EXTERNAL RELATIONS. *Brazil, 1966*. Administration Department, Brasil, 1966.

¹⁷⁵ No livro original este trecho encontra-se na página 124.

¹⁷⁶ NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980, p. 163.

Figura 12 - Capa e contracapa do livro *Brazil 1966*



Fonte: *Brazil 1966*. Acervo pessoal.

Ao longo do texto, ele seguiu criticando o posicionamento do governo brasileiro perante o colonialismo, cuja postura era incoerente, já que em relação a alguns países assumia uma postura anticolonialista, enquanto com outros, principalmente Portugal, defendia mesmo que isso prejudicasse sua própria imagem e ocasionasse na perda de oportunidade de gerar impactos contra os regimes de opressão. Sua denúncia da herança colonial que estrutura a instituição e guia a política externa é latente:

A perspectiva desse Brasil arrogantemente arianista dirige-se rumo aos interesses das potências colonizadoras, e se ontem a metrópole chamava-se Europa, hoje indiscutivelmente denomina-se Estados Unidos. Sua política exterior, portanto, só poderia refletir os compromissos dessa realidade, tanto a concreta como a outra subjetiva; de ambas o negro está ausente, como ausente sempre esteve nos negócios exteriores do país, até mesmo porque o ministério respectivo, significativamente mantendo o Instituto Rio Branco [o grifo é do autor] para formar diplomatas, se erigiu na tradição e na prática, ao lado da marinha de guerra, no mais forte e militante baluarte de discriminação racial: não

existe um único diplomata negro em seus quadros de alvura imaculada (NASCIMENTO, 1980, p. 196).

Em outras oportunidades, Abdias também expôs a relação entre a política externa de subserviência realizada pelo Itamaraty e a branquitude do órgão. É pontual destacar que o autor não está só em suas críticas. Roberto de Souza Dantas, filho de Raymundo de Souza Dantas, em entrevista para *O Menelick* em 2013, também comentou sobre o racismo do órgão, que era notório e recordou que quando Jânio Quadros nomeou seu pai, disse que “ia dar um pontapé na porta do Itamaraty”. Ele falou também sobre “os punhos de seda” do MRE, que revelavam seu elitismo desde o Barão de Rio Branco, e como o lugar “era um feudo”, guiado por tradições, hierarquia e hereditariedade¹⁷⁷.

Essa relação de parentescos e elitismo citada por Roberto de Souza Dantas, é investigada por diversos pesquisadores, como Cristina Patriota Moura, que ressalta a importância do Instituto Rio Branco como o órgão responsável pela reprodução e manutenção do *ethos* institucional aristocrático e de como esse ideal de nobreza ainda está presente no imaginário nacional¹⁷⁸.

A questão da hereditariedade e relações de parentescos estavam muito presentes na prática de apadrinhamento dentro do órgão. Isso significava que, para ser promovido e acessar os melhores postos, era necessário ter boas conexões e relações de proximidade e intimidade com pessoas mais graduadas que só as relações prévias fora do Itamaraty poderiam proporcionar.

Adolpho Justo Bezerra de Menezes, um dos diplomatas mais importantes deste período e que propôs grande parte das ideias da política externa posta em prática pela chancelaria de Arinos narra sua experiência de um funcionário do MRE desprovido de padrinhos no começo dos anos 1950 no livro “Um diplomata no Oriente”¹⁷⁹. Ele afirma que “quem não tem padrinho forte jamais é promovido no estrangeiro” (MENEZES, 1997, p. 1) e que a situação era seguinte para quem desejava postos no exterior:

Se você tem “elementos” sólidos, à paisana ou fardados, uma lista dos lugares onde deseja servir é mais do que suficiente. Entretanto, se é apenas funcionário desconhecido nas “altas esferas” terá que fatalmente passar pelo crivo desses impertinentes “Péres Josephes”. [...] Aliás, a seleção de postos já vem sendo feito nessa base desde os tempos

¹⁷⁷ DANTAS, Roberto de Souza. Roberto de Souza Dantas: depoimento [ago. 2017]. Parte III Entrevistador: Nabor Jr. Entrevista cedida ao programa *O Menelick* 2º Ato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=APzO4l9L31k>. Acesso em 10 de fev. 2019.

¹⁷⁸ MOURA, Cristina Patriota. O inglês, o parentesco e o elitismo na Casa de Rio Branco. *Cena Internacional*, ano 8, nº 1, p. 24.

¹⁷⁹ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *Um diplomata no Oriente*. Rio de Janeiro, Editora Ágora, 1997.

do Império Romano, quando um Cônsul ou Pro-cônsul não era apenas um carimbador ou assinador de faturas. As Gálias e as Grécias sempre foram saborosas reservas para os filhos dos senadores, para os grandes nomes patrícios. É bem provável que se Pôncio Pilatos revivesse hoje como funcionário do Itamaraty, do Quai d'Orsay, do Foreign Office ou do Departamento de Estado, e seria fatalmente enviado a servir na Etiópia, na Indonésia ou novamente na Judéia (MENEZES, 1997, p. 2).

Deste modo se tem o panorama de como era o ambiente para qual Dantas serviu o país. Até o momento, podemos perceber dois componentes importantes para o insucesso de Raymundo de Souza Dantas em sua carreira diplomática: o racismo do órgão e seu elitismo aristocrático. Ambos se chocavam com o homem que trazia ancorado em seu corpo as marcas e memórias de diferenciação desses dois quesitos¹⁸⁰. Havia também mais um componente importante que causava resistência à sua aceitação, o que Carlos Aurélio Pimenta Faria chama de “caráter insular” do Itamaraty. De acordo com o autor:

Este *continuum* reitera o caráter "fechado" ou insular do Itamaraty. Nesse quesito, no âmbito da burocracia federal brasileira, apenas os antigos ministérios militares seriam mais fechados que o MRE à nomeação política para o provimento dos cargos de alto escalão. De fato, a carreira diplomática no Brasil é fortemente estruturada, tendo se institucionalizado em paralelo à progressiva profissionalização do corpo diplomático do país (CHEIBUB, 1985, 1989). Poucos cargos do serviço exterior brasileiro podem ser ocupados por pessoas de fora da carreira. De acordo com Figueira (2010, p. 9), o Itamaraty é o ministério "que menos comporta cargos comissionados e profissionais externos dentro de seu quadro funcional" (FARIA, 2012, p. 316).

Deste modo, o MRE é tradicionalmente um órgão com poucos funcionários externos, que não passaram pelo processo de formação do Instituto Rio Branco. Ou seja, que não dominam os códigos e não partilham os símbolos pertencentes à Casa Rio Branco, à instituição. Dantas também não atendia a este quesito, pois nunca fora um funcionário de carreira. Ele teve que dominar as práticas internas das mais básicas, como as normas de vestimenta, às mais complexas. A título de exemplo, precisou mandar um telegrama a Acra consultando que tipo de roupas deveria trajar em sua cerimônia de credenciamento, e se havia necessidade de levar fraque, casaca e smoking para a missão diplomática¹⁸¹, o que mostrava seu desconhecimento dos ritos tradicionais, aos quais os funcionários de carreira já eram totalmente familiarizados.

¹⁸⁰ ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: Educ, 2013.

¹⁸¹ TELEGRAMAS 1961-1966. Divisão África. ACRA. Livro 026. 17/07/1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Entretanto, é válido pontuar que não era raro que homens brancos de elite (principalmente os ligados à política), sem vínculo com o MRE, assumissem embaixadas, como a de Portugal ou Estados Unidos, por indicação e influência pessoal. Por exemplo, no mesmo período em que Dantas serviu, Francisco Negrão de Lima, um político, era embaixador do Brasil em Portugal. Obviamente que a cor e posição social destes homens os blindavam de qualquer animosidade com os funcionários de carreira. Por isso, a característica insular é um empecilho somente para pessoas como Dantas, que quebraram os paradigmas de raça e classe do Itamaraty.

Cabe citar também que não foram poucos os obstáculos enfrentados pelo escritor e jornalista antes e durante sua missão. Sua sabatina no Senado foi até então a mais longa da história, com três horas de duração, e sua nomeação venceu por sete votos a favor e um contra¹⁸².

Quais fatores levar em conta para compreender a nomeação de Raymundo de Souza Dantas como embaixador no âmbito de uma instituição racista, elitista e insular como o Itamaraty? Podemos explorar alguns aspectos. Primeiro: a nomeação em si não partiu do órgão. Em seu livro de memórias, *Planalto*, na única frase em que cita o embaixador, Afonso Arinos afirmou que a ideia da indicação partiu de Jânio Quadros¹⁸³. Portanto, foi uma imposição do Presidente da República.

Segundo: a Política Externa Independente que foi aplicada, planejava a inserção no continente africano através de uma abordagem culturalista, na qual a “democracia racial” brasileira poderia ser usada. Para ser a vitrine do mundo neste contexto, nada mais conveniente do que um embaixador negro. Porém, era claro que esses supostos laços históricos e raízes semelhantes não atestavam conhecimento palpável e profundo das realidades africanas¹⁸⁴. E, em terceiro lugar, havia a (pouca) importância que a burocracia interna do Itamaraty deu a esta missão, a despeito da PEI e das expectativas do presidente.

Como de praxe, um funcionário de carreira foi enviado para organizar e estruturar a nova embaixada, para deixá-la apta ao funcionamento e assim receber o embaixador. Para esta missão, o encarregado foi Sérgio Maurício Corrêa do Lago. Nas correspondências trocadas com a DAF

¹⁸² DANTAS, Roberto de Souza. Roberto de Souza Dantas: depoimento [ago. 2017]. Parte III Entrevistador: Nabor Jr. Entrevista cedida ao programa O Menelick 2º Ato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=APzO4l9L31k>. Acesso em 10 de fev. 2019.

¹⁸³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto*: memórias. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968, p. 141.

¹⁸⁴ LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, out. 2008, p.58.

(Divisão África), Corrêa do Lago deixou transparecer não só seu pouco apreço pelo continente africano e seus habitantes, dos quais reclamou da “aparente falta de responsabilidade e de interesse por qualquer assunto que seja, desde que não tenha sido provocado por eles mesmos”, como também declarou que “não há porque serem mandados Embaixadores de Carreira para sofrer nestes postos”¹⁸⁵. Em outra correspondência, afirmou que:

[...] temos que considerar que um Embaixador de carreira, normalmente, é um homem de cinquenta ou mais anos de idade, com trinta anos de serviço. Ora, não parece justo obrigar pessoa que já prestou tantos serviços a ter que sofrer nesses climas insalubres e em cidades que não oferecem o menor derivativo¹⁸⁶.

Assim, sua sugestão de que não fosse nomeado um embaixador profissional, de carreira, em um posto que não tinha grande importância e infraestrutura foi acatada, uma vez que Raymundo de Souza Dantas jamais havia ingressado no Instituto Rio Branco.

Por conseguinte, a afirmação de que o insucesso de Dantas se deu pelo racismo da instituição, apesar da veracidade, é uma afirmação que deve, obrigatoriamente, ser complementada com seu elitismo aristocrático e sua característica insular. Somente assim compreendemos quão fadada estava a missão do embaixador.

Podemos ver a prática do racismo institucional do Itamaraty pela invisibilização, que também é uma forma de violência simbólica¹⁸⁷, praticada pelo órgão e seus funcionários no que dizia respeito à embaixada e seu comandante. O processo de invisibilidade¹⁸⁸, de acordo com Ilka Boaventura Leite, “como um dispositivo de negação do Outro, muitas vezes inconsciente, é produtor e reproduzidor do racismo” (1996, p. 15). Como não se pode banir totalmente as populações afro-brasileiras da sociedade, elas são então vistas como inexistentes, sendo anuladas socialmente. Para a autora, essa é a uma das principais formas do racismo se manifestar, pois “a invisibilidade pode ocorrer em âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos” (LEITE, 1996, p. 15).

¹⁸⁵ LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. *OFÍCIO*. Ofícios (1961-1962). Livro 0007. Divisão África. Acra, 12 de maio de 1960. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁸⁶ LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. *CARTA-TELEGRAMA*. Cartas-telegramas (1961-1963). Livro 0030. Divisão África. Acra, 11 de março de 1960. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁸⁷ Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

¹⁸⁸ LEITE, Ilka Boaventura (org). *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

Nas correspondências da Divisão África do MRE podemos ver essa invisibilidade em situações que Dantas e a embaixada eram concretamente ignorados. Há inúmeros ofícios solicitando material básico de expediente, como papel timbrado e máquinas de escrever e armários¹⁸⁹. Afora ocasiões em que todas as embaixadas foram envolvidas em consultas e planejamentos, menos a de Gana.

Como exemplo, no memorando confidencial de 02 de janeiro de 1962, foi sugerido o primeiro roteiro de uma programação da ida do presidente João Goulart ao continente africano, que não chegou a se concretizar. No roteiro havia quatro países: Tunísia, Tanganica, Senegal e Nigéria, com possibilidades de incluir outros países da África saariana. Neste primeiro momento, Gana, mesmo com sua importância e embaixada já estabelecida não foi incluída no roteiro. Além disso, os embaixadores de Dacar, Lagos, Londres e Paris foram consultados acerca do roteiro. Porém, a embaixada de Raymundo de Souza Dantas foi descartada¹⁹⁰. Em outro memorando, em 17 de abril de 1962, Gana foi finalmente incluída no roteiro. Mas, foi destacado no ofício que a embaixada de Acra não possuía nenhum funcionário de carreira, o que seria essencial para a organização da visita presidencial¹⁹¹.

Um outro exemplo da invisibilidade da embaixada sob comando de Raymundo de Souza Dantas foi o memorando confidencial de 30 de julho de 1962, enviado por João Clemente Baena Soares, chefe da Divisão África para o Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental e África (AEAf), que dizia respeito a um levantamento preliminar dos movimentos nacionalistas na “África portuguesa”. O documento afirmava que:

Este trabalho procura sistematizar as informações a respeito do assunto. Permita-me sugerir que seja distribuído às embaixadas em Lisboa, Rabat, Dacar, Túnis e Cairo, Legação em Pretória, Consulados em Lourenço Marques, Luanda e Argel e à Missão junto à ONU, com a solicitação de comentários e elementos novos que sirvam para corrigir, completar e ampliar os dados atuais.¹⁹²

¹⁸⁹ OFÍCIO. Divisão África. ACRA. *Ofícios* (1961-1962). Livro 0007. Ofício de 08 de novembro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores

¹⁹⁰ MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. *Memorando Confidencial*. 1961 (jan a jun). Memorandum de 02 de janeiro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁹¹ MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. *Memorando Confidencial*. 1961 (jan a jun). Memorandum de 17 de abril de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁹² MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. *Memorando Confidencial*. 1962 (jul a dez). Memorandum de 30 de julho de 1962. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Como já citamos, Raymundo de Souza Dantas encontrou-se pessoalmente com os líderes do MPLA, Amílcar Cabral e Mario de Andrade. Portanto, poderia contribuir imensamente para construir um panorama dos movimentos nacionalistas caso sua pessoa e a embaixada de Gana tivessem sido inseridas nesta demanda.

Uma última mostra de sua invisibilidade são as memórias dos chanceleres envolvidos neste contexto. Afonso Arinos de Melo Franco, como mencionado anteriormente, no seu livro *Planalto*, cita Dantas em uma única frase, para afirmar: “da mesma maneira aceitei sem qualquer surpresa, e com alegria, a indicação que ele me fez do primeiro embaixador brasileiro negro, o escritor Raymundo de Souza Dantas” (FRANCO, 1968, p. 141). San Tiago Dantas não escreveu suas memórias, mas nos livros¹⁹³ que trazem compilações de seus textos, discursos e entrevistas, o embaixador também não aparece.

Do mesmo modo, Mario Gibson Barboza, em sua obra intitulada *Na diplomacia, o traço todo da vida* (1992), não cita Dantas em nenhum momento. É válido relembrar o primeiro capítulo: Barboza, que foi chefe de gabinete de Arinos no período Jânio Quadros, tornou-se chanceler com Médici e foi um dos atores na retomada de aproximação com África nove anos depois da PEI.

Apesar de tantos percalços, barreiras e frustrações, a missão diplomática empreendida por Raymundo de Souza Dantas teve momentos de sucesso importantes. A apresentação de suas credenciais ao presidente de Gana, Kwane Nkrumah, que também é chamada de *agreement*, impactou profunda e positivamente a sociedade ganense e seu governante, conforme os recortes de jornais enviados ao MRE junto à um ofício de 06 de outubro de 1961¹⁹⁴. Seu discurso foi o seguinte:

Permita-me declarar que o Brasil, em seu empenho de estreitar os laços de amizade com os países da África, inspira-se em objetivos de fecunda cooperação, na batalha comum pelo desenvolvimento econômico e pelo bem-estar social. Raízes étnicas e culturais nos aproximam, enfrentamos problemas idênticos, constituímos, enfim, uma comunidade natural. Almejamos manter, por conseguinte com a República de Gana, o primeiro desses países em que nos fizemos representar, o mais amplo intercâmbio, que sem dúvida será útil aos dois povos.

A vigorosa e constante atuação de Gana nos últimos quatro anos, em prol da paz, visando também o melhoramento das condições materiais do homem, é seguida com maior interesse em meu país. Em consequência, a figura de Vossa Excelência, inspiradora e

¹⁹³ DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Coletâneas de textos sobre Política Externa*. [Org. Renato Lessa; Cristina Buarque de Hollanda]. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MOREIRA, Marcílio Marque; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (Orgs.). *Atualidade de San Tiago Dantas*. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

¹⁹⁴ OFÍCIO. Divisão África. ACRA. *Ofícios* (1961-1962). Livro 0007. Ofício de 06 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

realizadora dessa política realística, ganhou justa popularidade no Brasil, o que vem provar o quanto se avizinham nossos povos em seus ideais.

Não será preciso reiterar a Vossa Excelência a nossa disposição de franco anti-colonialismo e de combate à discriminação racial. Em posição, sustentada perante as Nações Unidas, complementa-se com a defesa da auto-determinação dos povos e do princípio de não-intervenção. País de definição democrática e cristã, o Brasil representa como postulados inarredáveis a justiça e o respeito aos direitos da pessoa humana.

Desejo, finalmente, registrar minha grande honra em chefiar a Missão brasileira na jovem e pujante República de Gana, fazendo votos de progresso e crescente prosperidade dessa Nação¹⁹⁵.

Dantas conseguiu, de imediato, estabelecer uma boa relação com o presidente ganês, e se tornaram bons amigos. Tanto que Nkrumah garantiu-lhe livre acesso ao gabinete presidencial, quebrando protocolos¹⁹⁶. A Figura 12 mostra a descontração dos dois durante o *agreement* de Dantas e a Figura 13 a repercussão do evento na imprensa ganesa.

O embaixador também exerceu papel chave para a bem-sucedida passagem do navio-escola brasileiro Custódio de Mello por Gana. Em Dacar, a visita foi má avaliada devido à pouca repercussão e desorganização. Para que o mesmo não ocorresse em Acra, Dantas solicitou em dois telegramas — nº136 e 141 — informações sobre o itinerário e instruções acerca das cerimônias necessárias, mas não obteve resposta¹⁹⁷. Ele encontrou outros meios de se informar, através de jornalistas, e conseguiu preparar tudo a tempo da chegada da embarcação.

O sucesso do evento foi confirmado com a presença do presidente, que aceitou o convite para subir a bordo do navio logo em sua chegada, prestigiou uma apresentação musical dos marinheiros e visitou uma exposição industrial a bordo. Além disso, a embaixada ofereceu um baile de gala que, nas palavras de Raymundo de Souza Dantas, foi “a maior festa em Gana depois da independência”¹⁹⁸. Como frutos deste grande acontecimento, diversos acordos comerciais foram selados¹⁹⁹.

¹⁹⁵ OFÍCIO. Divisão África. ACRA. *Ofícios* (1961-1962). Livro 0007. Ofício de 05 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁹⁶ DANTAS, Raymundo de Souza. *TELEGRAMA*. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 03 de março de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁹⁷ DANTAS, Raymundo de Souza. *TELEGRAMA*. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 02 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

¹⁹⁸ Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

¹⁹⁹ DANTAS, Raymundo de Souza. *TELEGRAMA*. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 17 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Figura 13 - O presidente Nkrumah e o embaixador com altos funcionários do governo em clara descontração durante a apresentação das credenciais de Dantas



Fonte: Autor desconhecido, 1961. Imagem gentilmente cedida por Roberto de Souza Dantas.

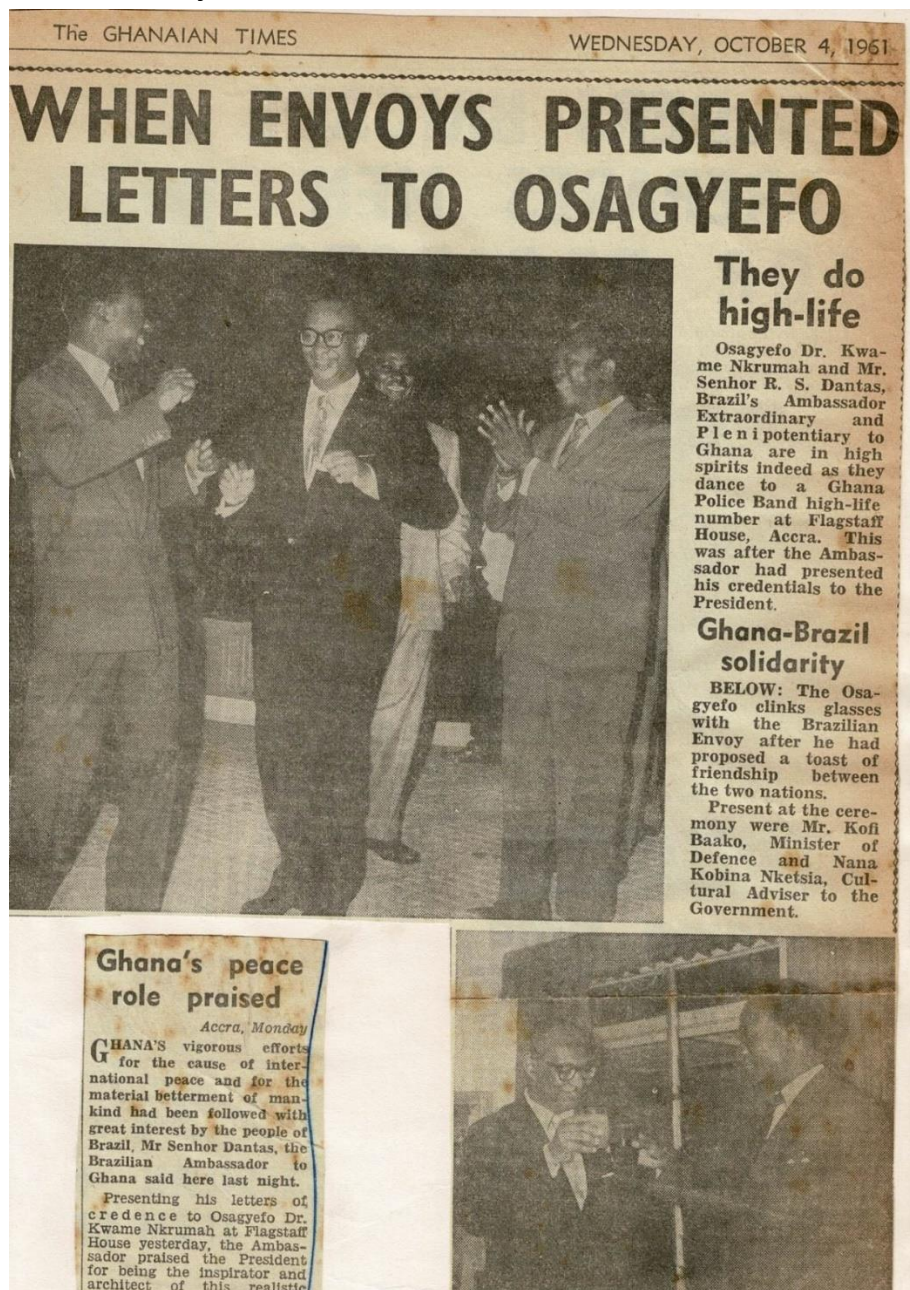
Mesmo em condições precárias, ele escreveu e enviou para o Itamaraty relatórios periódicos sobre a situação política de Gana e dos países vizinhos, aos quais ele fez viagens de reconhecimento²⁰⁰. Um ano após sua chegada, cumulativamente, tornou-se embaixador também na República do Togo²⁰¹. Além disso, estabeleceu laços de amizade e era prestigiado por outros embaixadores em Gana, como o da França (apesar dos problemas em relação à Argélia), Iugoslávia e Cuba, que também tinha um embaixador negro, conforme relatou seu filho, Roberto de Souza Dantas²⁰².

²⁰⁰ Dantas, Raymundo de Souza. *CARTA-TELEGRAMA*. Cartas-telegramas (1961-1963). Livro 0030. Divisão África. ACRA. Acra, 20 de novembro de 1960. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

²⁰¹ TELEGRAMA. Divisão África. ACRA. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Telegrama de 30 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

²⁰² DANTAS, Roberto de Souza. Roberto de Souza Dantas: depoimento [ago. 2017]. Parte III Entrevistador: Nabor Jr. Entrevista cedida ao programa O Menelick 2º Ato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=APzO4!9L31k>. Acesso em 10 de fev. 2019.

Figura 14 - Recorte de jornal do Tha Ghanaian Times com reportagem sobre a apresentação de credenciais de Raymundo de Souza Dantas em 04 de outubro de 1961



Fonte: The Gana Times, 04 de outubro de 1961. Imagem gentilmente cedida por Roberto de Souza Dantas.

Em suas impressões, de um então adolescente de 14 anos, que acompanhou a família naquela experiência diplomática, ele recorda que seu pai era considerado uma celebridade, e que foi muito bem recebido pela sociedade e pelo governo ganense. De imediato, três coisas o impressionaram: primeiro, ver pessoas negras por todos os lados e ocupando os postos de poder.

Em segundo, o impacto do Islã, com as orações, ritos religiosos e as vestimentas. E, terceiro, ao se deparar com as cores, ritmos e hábitos culturais ganenses, percebeu como ele e seus familiares eram pessoas negras ocidentalizadas²⁰³.

Do mesmo modo que seu filho reconheceu, essa ocidentalização já havia sido identificada por Dantas em seu diário, mas sem nenhuma análise ou crítica do que isso simbolizava. Nisso, o caminho dele se cruzou novamente com o de Abdias do Nascimento, que era um severo crítico e que designou as seguintes palavras sobre o caso, no capítulo *A estética da brancura nos artistas negros aculturados*, do livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*:

Os efeitos da aculturação se revelam num escritor como Raimundo Sousa Dantas, o único negro que exerceu um cargo de embaixador (Ghana), que se declara com orgulho um negro culturalmente branco - um homem ocidental. [...] Entre nós há inúmeros exemplos de negros e mulatos tão profundamente marcados por essa assimilação a ponto de manifestarem ódio a própria cor. Tentam exorcizar sua negrura usando os recursos da autoflagelação, mas só conseguem o autodesprezo. O etnógrafo Edison Carneiro, foi um desses atormentados pela origem racial e certa vez desabafou: ... a obra que nós chamamos "civilização" no Brasil tem sido precisamente a destruição das culturas negra e indígena (NASCIMENTO, 1978, p. 123).

Abdias era um grande defensor da valorização das raízes africanas das populações negras no Brasil e foi influenciado pelos movimentos do Pan-africanismo e da Negritude²⁰⁴. Conforme aponta Cardoso (2008, p.18), ele trazia este elemento: “a importância dos valores culturais negro-africanos como essencial em uma luta de libertação do povo negro”. Por compreender o papel da representatividade, não viu com bons olhos um homem negro ascender a um cargo de poder e ao invés de valorizar sua ancestralidade africana, ressaltar justamente o oposto.

Este posicionamento de Dantas era compreensível, tendo em conta “a realidade inescapável de a branquitude estar associada ao prestígio social, econômico e político” (WARE, 2004, p. 8). Ou seja, ele jamais teria chegado a ser embaixador naquele contexto sem assimilar aspectos da branquitude e do ocidentalismo, e renegar a cultura negra e nordestina de seus ancestrais. A cor da sua pele, sem dúvida, contou para o cargo, uma vez que havia a especificidade do contexto.

Entretanto, se não fosse letrado (mesmo que tardiamente), culto, escritor, jornalista e fluente em francês, jamais teria sido indicado a tal posto. Leo Spitzer, no magistral livro *Vidas de*

²⁰³ DANTAS, Roberto de Souza. *Roberto de Souza Dantas: depoimento* [ago. 2017]. Parte I Entrevistador: Nabor Jr. Entrevista cedida ao programa O Menelick 2º Ato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FWIDILnLYqg>. Acesso em 10 de fev. 2019.

²⁰⁴ MILES, Tshombe. Abdias Nascimento e a tradição intelectual Afrodiaspórica. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n. 2, p.106-136, jul./dez., 2017, p. 130.

entremeios: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945, fundamenta de modo preciso a relação entre ocidentalização, branqueamento, assimilação e ascensão social. Sujeitos com Raymundo de Souza Dantas, conseguiriam mobilidade por meio da experiência da assimilação:

Para indivíduos implicados nessa mobilidade, sempre houve dois pontos de referência hierárquicos implícitos: a situação de inferioridade da qual estavam emergindo, ou em que ainda se sentiam inseridos e que se empenhavam em superar, e a meta que lhes fornecia a alternativa “superior” e uma base de comparação (SPITZER, 2001, p. 151).

Não é meu papel enquanto historiadora adjetivar Raymundo de Souza Dantas, porém, o conceito de assimilação auxilia a compreender a conquista de mobilidade que ele conquistou, e o processo árduo e doloroso que isso acarretou. Em seu diário, fica clara sua angústia e a busca de se encontrar enquanto sujeito diaspórico, pois a assimilação é uma estrutura psicológica de dominação e exclusão²⁰⁵, o que, portanto, traz sofrimento para quem passa por este processo. Dantas expressou esse sofrimento em vários momentos, como este:

Tive que descobrir tudo por mim mesmo, sob o risco de comprometer a Missão. O fácil tornou-se difícil, o difícil pareceu-me impossível. Recordar aquele período, que aponto como de iniciação dura, amarga e dramática iniciação, é o mesmo sem dúvida que relembrar um pesadelo (DANTAS, 1965, p. 92).

É pontual destacar também que ser assimilado não significa conquistar todos os postos de poder e prestígio. A branquitude guarda para si certos acessos ao mundo dos dominadores e impõe barreiras para que os grupos dominados cheguem somente aos primeiros degraus desta interação social,²⁰⁶ como bem experienciou Dantas.

Foi justamente por ser barrado nestes primeiros degraus que sua missão diplomática se tornou insustentável ao ponto de entregar sua carta de demissão. Sua dispensa foi publicada no diário oficial de 27 de setembro de 1963²⁰⁷, e sua carreira continuou por outros meandros. Após a sua saída, o posto em Gana permaneceu quatro anos sem um embaixador.

²⁰⁵ SPITZER, Leo. *Vidas de entremeios: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 207.

²⁰⁶ SPITZER, Leo. *Vidas de entremeios: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 16.

²⁰⁷ TELEGRAMA. Divisão África. ACRA. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Telegrama nº33 de 04 de outubro de 1963. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Em três anos, retornou ao continente africano para integrar a delegação brasileira em 1966, no I Festival de Artes Negras, em Dakar. No ano seguinte participou do II Congresso das Comunidades Negras de Cultura Portuguesa em Moçambique. Foi o responsável por organizar, em 1968, o Setor de Relações Públicas, do Ministério da Educação e Cultura, no qual primeiro foi assistente de Educação e Técnico de Assuntos Educacionais e depois chefiou os setores de Imprensa e Divulgação. Ainda em 1968 foi membro do Conselho Nacional do Cinema, e compôs, na década seguinte, o Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Foi condecorado com a Medalha do Pacificador, Oficial da Ordem Nacional do Senegal, Medalha Silvio Romero e Medalha Santos Dumont. O escritor, jornalista e diplomata faleceu em oito de março de 2002, no Rio de Janeiro, aos 79 anos²⁰⁸.

É importante ressaltar a necessidade de perceber que, apesar dos cuidados e da metodologia para a análise de um diário como um documento, ainda mais no caso de ser intencionalmente publicado pelo autor, o olhar do mesmo sobre sua missão diplomática nos ajudou a compreender o contexto por um outro viés, para além do institucional, que é o que as fontes oficiais do Itamaraty apontam em um primeiro momento. O diário possui um corajoso tom de denúncia, e através dele fica evidenciado ao mesmo tempo o racismo do MRE e sua contradição, uma vez que ao mesmo tempo que infligia em Dantas um enorme sofrimento, a instituição tentava demonstrar e propagar para a democracia racial brasileira por todo mundo.

Este exercício nos ajudou a ajustar o foco do jogo de escalas de Jacques Revel²⁰⁹: do mundo abstrato e abrangente de uma política externa única traçada para um continente, para os problemas reais e o cotidiano de uma só pessoa que participou de todo o processo. Porém, para traduzir esta experiência diplomática, foi necessário articular o diário com os documentos do MRE e com os escritos de um outro intelectual daquele momento, Abdias do Nascimento, que, como poucos, soube decifrar e traduzir a sociedade no qual estava inserido. Os textos sagazes e críticos de Abdias deram o tom do contexto em que ambos vivenciavam e da Casa de Rio Branco, e nos ajudam a compreender os caminhos que se desdobraram a partir da missão diplomática de Raymundo de Souza Dantas.

²⁰⁸ SILVA, Marina Luiza Horta. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas – apontamentos sobre vida e obra*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2015, p. 16.

²⁰⁹ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CAPÍTULO 3: UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO: NAVEGANDO DE VOLTA AO CONTINENTE-MÃE

“A diplomacia brasileira é a escola da paz, a organização da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, enfim, uma das glórias mais puras e altas da civilização jurídica universal”.
Oswaldo Aranha, 1938

Deste capítulo em diante, pretendo explorar o significado das experiências de Raymundo de Souza Dantas, de uma outra perspectiva, trata-se de perceber a missão, não como um ponto de partida, mas como um momento singular que expressou a configuração nas relações internacionais do Brasil. Deste modo, mudo aqui o fio condutor dessa narrativa, do argonauta Souza Dantas para a Política Externa Independente.

O capítulo é construído com a proposta de analisar a mudança de pensamento que a partir dos anos 1950 propiciou uma nova política externa, que culminou na reaproximação com o continente africano e na experiência diplomática de Raymundo de Souza Dantas. Através de uma análise bibliográfica e de fontes documentais do Arquivo Histórico do Itamaraty, será examinado o contexto nacional, com as disputas internas e a emergência à cena política de um grupo específico de homens que eram adeptos ao nacional-desenvolvimentismo; bem como, no contexto internacional, o processo de descolonização da Ásia e da África, a realização da Conferência de Bandung e o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Essas duas conjunturas propiciaram novos olhares e possibilidades de ação da política externa brasileira, e por isso serão analisados aqui, buscando perceber quais as barreiras, desafios e a percepção do lugar estratégico do continente africano para as pretensões geopolíticas do país. Do mesmo modo, esta sessão também busca desenvolver uma perspectiva mais apurada das ferramentas mobilizadas que levaram a traçar o projeto de política externa que resultou na abertura das embaixadas em África e na nomeação de Raymundo de Souza Dantas para o cargo de embaixador em Gana.

3.1 UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO

reconhecida antes do que por qualquer nação europeia, por um império e por um reino africano, conforme relata Silva:

O obá Osemwede, do Benin, e o obá Osinlokun, de Lagos, foram, dessa forma, os primeiros soberanos a reconhecer a independência brasileira. E desse ato de reconhecimento diplomático data, paradoxalmente, a última embaixada oficial, que se conhece, de um reino africano no Brasil (SILVA, 2011, p. 11).

É válido pontuar que, naquele momento, a corte imperial brasileira recebia frequentemente diplomatas e representantes de embaixadas de reinos e impérios africanos no Rio de Janeiro, aos quais eram estendidos todos os direitos e trocas diplomáticas que eram oferecidos aos países europeus.

O autor relata ainda o impacto da notícia da independência em Angola, e a corrente política que surgiu em seguida em Benguela, que conclamava a união daquele território ao Brasil. E que havia rumores de que “o chachá Francisco Félix de Souza – talvez em nome do rei Guezo [...], seu grande amigo – teria oferecido ao imperador d. Pedro I o protetorado sobre São João Batista de Ajudá, no Daomé” (p. 12). Porém, o recém-criado Estado brasileiro não tinha interesse em incorporar territórios que não eram seus. Na visão de Silva, essa recusa se deu devido ao sentimento anticolonialista dos brasileiros, que se negaram a estabelecer com outras nações vínculos que as colocassem em situação de dependência.

O fato é que, a partir da Proclamação da Independência, o jogo geopolítico comandado pela Inglaterra forçou o Brasil a reduzir seus laços com África. Após a Abolição da escravidão e da Proclamação da República, o intenso comércio, trocas diplomáticas, culturais, familiares e religiosas, foram reduzidas a alguns navios que faziam cerca de quatro viagens anuais da Bahia a Lagos. Até 1930, ainda havia membros da comunidade brasileira em Lagos que importavam carne-seca do Brasil, lá chamada de carne-do-sertão²¹¹.

Como assertivamente concluiu Alberto da Costa e Silva: “para as gentes do Brasil, a África deixou, por várias décadas, de ser uma entidade geográfica precisa e converteu-se no símbolo de uma difusa nostalgia” (p.43). Se o cenário geopolítico interferiu diretamente no relacionamento entre o país e o continente, o fim dos laços políticos e de relação entre diferentes Estados ocorreu por questões ideológicas. O Brasil, na monarquia e depois nas primeiras décadas da República, foi

²¹¹ OLINTO, Antônio. *Brasileiros na África*. São Paulo: GRD, 1980.

subserviente aos países capitalistas, e buscava a todo custo ressaltar as pretensas características europeias do país, em detrimento das raízes africanas e indígenas.

3.2 O ITAMARATY E AS DISPUTAS INTERNAS NA FORMULAÇÃO DA PEB

A política externa é mais uma política pública elaborada e aplicada por um Estado, que é composto por diversos grupos e atores internos, que sofrem pressões, são influenciados e disputam poder entre si.

De acordo com Ribeiro, política externa pode ser entendida como:

Política externa constitui-se em uma política pública assim como as demais, apesar de suas especificidades, e que, portanto, sua fase de formulação decorre de um processo de tomada de decisões por parte de órgãos e agentes individuais estatais (designados pelas constituições de cada país) que definem objetivos e soluções a partir de um número limitado de opções possíveis, estabelecidos socialmente (fatores internos) e de acordo com as possibilidades de ação do país em face dos elementos conjunturais e estruturais do sistema internacional (fatores externos) (RIBEIRO, 2016, p. 25).

No caso específico brasileiro, a elaboração e execução da política externa está a cargo do Ministério das Relações Exteriores, que embora seja um órgão com grande diversidade de pensamentos, no processo de formulação da política externa, tais disputas passam muitas vezes despercebidas, pois geralmente ela é apresentada a sociedade já pronta, e o Itamaraty busca mostrá-la como uma criação fruto de uma ação coesa e unitária, sem deixar transparecer a concorrência interna pela narrativa oficial.

Na realidade, o órgão busca criar para si essa imagem de unidade e concordância, não só para a formulação da PEB, mas em todos os seus atos. Essa característica é pautada na tradição. Conforme cita a internacionalista Paula Elena Vedoveli Francisco em sua dissertação de mestrado defendida em 2011 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro:

É a tradição da “Casa de Rio Branco” que mantém a coesão e a unidade do Itamaraty. É a tradição que confere uniformidade ao pensamento e à formação de seus membros. E, muitas vezes, é também a tradição que explica os rumos e as decisões tomadas no âmbito da política externa brasileira. É a tradição, algo indefinido, mas vivamente presente no discurso diplomático, que organiza, explica e constrange o pensamento e a atuação dos diplomatas, especialmente os diplomatas de carreira, mas também os operadores que estão ligados de alguma forma ao Itamaraty (FRANCISCO, 2010, p. 11).

Foi apresentado no capítulo anterior a imagem do MRE como um dos últimos refúgios aristocráticos brasileiros na metade do século XX. Porém, na altura da inauguração da PEI e da missão de Raymundo de Souza Dantas, já havia mais de uma década que concursos públicos abriram um pouco de espaço para a entrada de pessoas fora do círculo das elites, uma vez que tais processos seletivos possibilitavam que alguns sujeitos de diferentes extratos sociais, com diferentes ideologias e vivências pudessem alcançar a carreira diplomática.

Para manter a hegemonia, uniformização e criação de um *esprit de corps* nos diplomatas em formação, o Instituto Rio Branco (IRBr) cumpriu um papel fundamental. O órgão foi criado em 1945 e um ano depois se tornou o responsável pela seleção dos novos diplomatas, pela sua formação e treinamento para a carreira. Assim, o Itamaraty se manteria homogêneo, já que eventuais diferenças seriam barradas na Instituição, de modo a não afetar a imagem de coesão, erudição e excelência, do MRE²¹².

Figura 16 - José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco



Fonte: Antônio de Souza Lobo, 1875. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Viscount_of_rio_branco.jpg

²¹² SOUZA, Hannah Guedes de. O *ethos* do Itamaraty: análise sobre a instituição e a socialização dos diplomatas. *Estudos Sociopolíticos e Internacionais da América do Sul Espirales*, v. 2, n. 3, dezembro de 2018.

Com tal objetivo, uma série de símbolos foram criados e são constantemente reforçados, criando um *ethos* partilhado pelos diplomatas, repleto de referências que remetem a uma tradição que reforça a unidade e estabilidade do órgão. De acordo com antropóloga Cristina Patriota Moura:

O *ethos* irá se ligar às atitudes emocionais, concepções estéticas, comportamentos próprios de um grupo, estilo de vida e aos rituais, assim “[...] podemos perceber um sistema de crenças, símbolos, e práticas rituais que organiza e relaciona pessoas, instituições e nação, formando um *ethos* e visão de mundo próprios. Esse sistema está no Dia do Diplomata, orientando a forma, o significado e a eficácia da própria sequência ritual” (MOURA, 2003, p. 34).

A autora cita o Dia do Diplomata como algo muito emblemático, pois a data escolhida para esta celebração é o dia do aniversário do barão de Rio Branco (Figura 15). O barão é o *patrono* da instituição, título que remete a uma relação familiar, do mesmo modo que a sede do ministério é nomeado a *Casa* de Rio Branco, ou o *Palácio* do Itamaraty, ambos os termos reforçando um laço de familiaridade além dos ideais dinásticos e aristocráticos. A Figura 16 retrata o Palácio atualmente.

É no Dia do Diplomata que a formatura dos novos integrantes, após a formação no IBR, se dá, logo “sua carreira diplomática de fato nasce, juntamente com o nascimento do Barão. Assim, é criada uma simbologia, atrelando a carreira de todos os formandos ao do patrono da instituição” (SOUZA, 2018, p. 59).

Todo esse cuidado com os símbolos consolidou o Itamaraty como um grupo hegemônico, caracterizado por esse ideal aristocrático, mas ao mesmo tempo extremamente profissional, especializado e estável. Tal o esforço para garantir a aparência de continuidade à instituição, aos atores e aos projetos a ela associados²¹³. Logo, a disputa interna pela narrativa fica submergida, sem mostrar os movimentos políticos que levam a construção da PEB. Na realidade, uma das funções da tradição no MRE seria a de buscar despolitizar a política externa. Para Ribeiro:

A função primordial exercida pela afirmação da ideia de tradição e por seu uso nos discursos políticos seria conferir um caráter despolitizado e trans-histórico às diretrizes da política externa de cada período. Assim, revisita-se e reinterpreta-se constantemente os mitos fundadores com a intenção de legitimar as opções políticas do presente, apresentando-as como portadoras do interesse nacional e justificando-as com elementos resgatados da tradição do Itamaraty, sendo que a própria manutenção da estabilidade da

²¹³ FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. *Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira: uma análise da construção da tradição*. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC, Rio de Janeiro, 2010, p. 19.

instituição e de sua identidade coletiva dependeria da ocultação do caráter político das diretrizes formuladas em cada período (RIBEIRO, 2016, p. 42).

Figura 17 - Palácio do Itamaraty nos dias de hoje. Foi construído entre 1851 e 1855 e sede do MRE entre 1899 a 1970



Fonte: Autor desconhecido. <http://guiaculturalcentrotorio.com.br/museu-historico-e-diplomatico-palacio-itamaraty/>

Tal fato explica o porquê de a PEI, apesar de ser uma grande mudança, não aparecer como uma ruptura. Pelo contrário, ela é apresentada, como será apresentado em seguida, como uma linha de continuidade que remete aos governos passados.

Alguns autores, como os renomados historiadores especialistas em política externa, Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, defendem a ideia de que a política externa do governo de Jânio Quadros foi uma continuidade, não uma ruptura com a política externa do governo de Juscelino Kubitschek²¹⁴. Para eles, apesar do estreitamento dos laços com Portugal, JK já buscava ampliar os mercados para produtos brasileiros, e sinalizava uma investida para alcançar mais países. Na visão de Saraiva²¹⁵, a grande preocupação não era ainda de expansão de novos mercados, mas sim

²¹⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 4ª edição, 2011, p. 329.

²¹⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 40.

da concorrência direta com nossos principais produtos de exportação agrícola, a começar pelo café. Logo, naquele momento, o lugar da África para o Brasil seria no âmbito econômico somente.

No governo Kubistchek, ocorreu um aprofundamento do projeto nacional-desenvolvimentista, tendo sido o ponto culminante de um processo de instrumentalização da política exterior ao projeto de desenvolvimento nacional iniciado pelo menos desde o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

Porém, encontramos registradas poucas vozes, em um período anterior ao governo de Jânio Quadros, que se levantaram contra a política externa posta em prática pelo Itamaraty, de subserviência aos Estados Unidos e a favor do colonialismo. Ribeiro também concorda com a essa linha de raciocínio, e vê as raízes da política externa já no governo de Getúlio Vargas:

Durante a década de 50, nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubistchek (1956-1960), parecem ter sido gestadas as bases da Política Externa Independente, principalmente no que diz respeito ao aprofundamento da barganha nacionalista e da política externa voltada para promover o desenvolvimento nacional (RIBEIRO, 2016, p. 68).

De fato, a década de 1950 foi marcada por importantes acontecimentos internacionais e nacionais, que confirmam essa continuidade, como será apontado a seguir.

3.3 A CONFERÊNCIA DE BANDUNG E O TERCEIRO MUNDO

Em âmbito internacional, um dos acontecimentos mais marcantes dos anos 1950 foi a Conferência de Bandung (Figura 17), um marco na geopolítica mundial. Essa conferência ocorreu entre os dias 18 e 24 de abril de 1955 em Bandung, na Indonésia e contou com a presença de 29 países. Eram eles: Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul e Tailândia, totalizando 15 da Ásia; Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Sírio e Turquia, totalizando oito do Oriente Médio; Costa do Ouro – atualmente Gana –, Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão. Havia menos Estados africanos, pois, muitos deles ainda eram colônia.

A escolha do dia 18 de abril como o marco da abertura foi explicada pelo anfitrião do evento, o presidente Sukarno da Indonésia²¹⁶:

A luta contra o colonialismo tem sido longa; vocês sabem que hoje é o aniversário de uma data importante dessa história? Pois bem, em 18 de abril de 1775, Paul Revere²¹⁷ deslocou-se à meia-noite através das áreas rurais de Nova Inglaterra para anunciar a aproximação das tropas britânicas e informar sobre o início da guerra de Independência Americana, a primeira das guerras anticoloniais da história (SUKARNO, 1955).

Referenciar os EUA enquanto exemplo de luta contra colonialismo foi uma escolha politicamente pensada, visando deixar claro que a posição anti-imperialista dos presentes - para qual este país era uma ameaça direta a sua autodeterminação e liberdade -, não os impedia de reconhecer a luta histórica do povo estadunidense, separando a população do governo dos EUA²¹⁸.

Figura 18 - Registro fotográfico da Conferência de Bandung



Fonte: Autor desconhecido, 1955. https://www.chinadaily.com.cn/world/2015xivisitpse/2015-04/22/content_20509367.htm

²¹⁶ SUKARNO, discurso de abertura da Conferência de Bandung, 18 de abril de 1955. http://www.cvce.eu/obj/opening_address_given_by_sukarno_bandung_18_april_195_5-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html

²¹⁷ De acordo com Bissio, 2015, p. 28: Paul Revere é lembrado como um dos protagonistas da guerra de independência dos Estados Unidos. Suas “*corridas noturnas*” são consideradas um símbolo de patriotismo. Essas corridas noturnas começaram em 18 de abril de 1775, quando Revere saiu denunciando a iminente chegada de tropas britânicas, na véspera de batalhas que deram início a guerra de independência. Ele fazia parte de uma rede de inteligência estabelecida em Boston para controlar os movimentos das forças britânicas. Seu gesto foi imortalizado no poema “Paul Revere's Ride”, de Henry Wadsworth Longfellow (1860).

²¹⁸ BISSIO, Beatriz. Bandung, Não-alinhados e mídia: o papel da revista “Cadernos do Terceiro Mundo” no diálogo Sul-Sul. In: *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.4, n.8, Jul./Dez. 2015, p. 28.

Sukarno tentou ainda deixar claro os vários aspectos que uniam os participantes, que eram países com culturas, economias e posicionamentos ideológicos muito diversos, e que naquele primeiro momento, ainda não haviam encontrado ideias que os unisse enquanto um grupo independente em relação às superpotências. Como será exposto em seguida, é partir de Bandung que a união se tornou mais concreta. Nas palavras do presidente:

Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao colonialismo sob qualquer forma que ele se apresentar. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo... falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estamos unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiência do outro e ajudar. E, eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade (SUKARNO, 1955).

O sucesso do evento foi justamente em encontrar estes ideais comuns de independência e liberdade que proporcionaram ao longo das décadas seguintes a articulação em prol de interesses em comum dos países da periferia do mundo. Bandung foi “a precursora na coordenação dos países menos desenvolvidos, recém-colonizados ou em processo de, em desenvolver uma agenda comum a partir da perspectiva de não-alinhamento e desenvolvimento econômico”²¹⁹. Este não alinhamento correspondia em se manter entre o socialismo e o capitalismo, buscando uma margem de desenvolvimento entre os blocos e, principalmente, a soberania destes países pressionados a pender a um dos lados.

Do evento resultou um importante documento, chamado *Dez Princípios de Bandung*. Essa declaração final do evento foi obtida através de um consenso entre os países participantes e que passou a nortear a atuação dessas nações. Os Dez Princípios de Bandung são:

- 1) respeito dos direitos humanos fundamentais, conforme os fins e os princípios da Carta Das Nações Unidas;
- 2) respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações;
- 3) reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações, grandes e pequenas;

²¹⁹ SILVA, João Vitor Miranda de Souza da; BIANCO, Matheus Ibelli; HOPPE, Fernando Luiz Gewehr. Do ceticismo de Bandung à cooperação da PEI – As primeiras relações do Brasil com o Terceiro Mundo. *Revista Perspectiva*, v. 12, n. 22 (2019), p. 124.

- 4) não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países;
- 5) respeito do direito de cada nação a defender-se individual ou coletivamente conforme foi estipulado na Carta das Nações Unidas;
- 6) 6A) recusa de todo o pacto de defesa coletiva destinado a servir os interesses das grandes potências, seja quais forem, e, 6B) recusa de toda a pressão que uma potência pretenda exercer, seja qual for a potência;
- 7) abstenção de atos ou ameaças de agressão, ou de emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
- 8) solução de todos os conflitos por métodos pacíficos, tais como a negociação ou conciliação, arbitragem e acordo perante tribunais, assim como pelo emprego de outros meios pacíficos que os países interessados poderão escolher, conforme a Carta das Nações Unidas;
- 9) estímulo dos interesses mútuos e da cooperação;
- 10) respeito à justiça e às obrigações internacionais” (KOCHER, 2005, p 6).

Estes princípios foram a base do discurso político, econômico e social do terceiro-mundismo, que ganhou uma articulação global após Bandung e culminou na formação do Movimento dos Não-Alinhados²²⁰ (Figura 18). Esse movimento surgiu na Conferência de Belgrado em 1961 e teve os Dez Princípios de Bandung incorporados em seus ideais²²¹.

A partir deste momento, foram lançadas as bases que fortaleceram a ideia de Terceiro Mundo. Esse conceito pode ser entendido como “uma categoria política ampla que engloba situações diferentes e antagônicas”²²², um grupo de países que almejava os padrões econômicos e sociais dos principais Estados do Atlântico Norte e se livrar das amarras do imperialismo e do colonialismo que esse grupo dos “desenvolvidos” os impunha, constituindo uma “terceira força” em contraste com os blocos socialista e capitalista.

²²⁰ PEREIRA, Analúcia Danilevicz Pereira. MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* v.4, n.7, Jan./Jun. 2015, p 124.

²²¹ Essa conferência se realizou na antiga Iugoslávia, país que conseguiu se manter durante a Guerra Fria a paz interna entre os diferentes grupos étnicos e a paz externa, mantendo seu país livre de interferências estrangeiras.

²²² VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990, p 5.

Figura 19 - Os cinco líderes do Movimento dos Não-Alinhados na Conferência de Belgrado em 1961. Da esq. para a dir.: Nehru da Índia, Nkrumah de Gana, Nassser do Egito, Sukarno da Indonésia e Tito da Iogoslávia



Fonte: Autor desconhecido. <https://www.indiatoday.in.com>

O conceito foi cunhado pelo demógrafo e sociólogo francês Alfred Sauvy, que utilizou o termo pela primeira vez no texto “*Trois Mondes, une planète*” publicado, em 14 de agosto de 1952, na revista *L'Observateur politique, économique, littéraire*. Foi usado em contraste com o Primeiro Mundo, que seriam os países desenvolvidos capitalistas, e o Segundo Mundo, composto por países desenvolvidos comunistas²²³.

Em um sentido prático, foram os princípios eleitos pela Conferência de Bandung que lançaram “as bases de uma institucionalização efetiva da ideia de Terceiro Mundo”²²⁴, sobretudo, porque introduziram a política de neutralismo²²⁵ que comporta as ideias anticoloniais e anti-

²²³ HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 349.

²²⁴ VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990, p 13.

²²⁵ Do ponto de vista da política internacional, o “neutralismo” e/ou o “não alinhamento” intentam, na prática, constituir-se numa “terceira força” alternativa ao bloco capitalista (o “Primeiro Mundo”, sob a liderança dos Estados Unidos) e ao bloco socialista (o “Segundo Mundo”, sob a liderança da União Soviética).

imperialistas. Porém, historicamente, o movimento começou com os processos de descolonização iniciados a partir de 1947. De acordo com o historiador Rodrigo Davi Almeida:

Apesar das especificidades de cada país do Terceiro Mundo, eles apresentam algumas características comuns: ausência de reforma agrária sistemática; aumento da distância entre “países ricos e pobres” (daí a enorme desigualdade sócio-econômica); explosão demográfica; regimes militares; busca de desenvolvimento econômico/industrialização (ALMEIDA, 2014, p. 7).

O movimento terceiro mundista teve por base a afirmação da importância da necessidade e expectativa da revolução tri-continental (afro-asiática e latino-americana) contra o imperialismo. A crença de que o mundo seria emancipado pela libertação dos países periféricos do jugo do Primeiro Mundo, que devia sua qualidade de vida e desenvolvimento justamente às custas da exploração do Terceiro Mundo.

No Brasil, este conceito foi reforçado pelas ideias da CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina, que foi criada em 1948 como um órgão subordinado ao Conselho Econômico e Social da ONU, que, numa reação coletiva à hegemonia do centro, unia os latino-americanos por suas especificidades e os diferenciava dos países desenvolvidos. Porém, por muito tempo a relação do Brasil com o Terceiro Mundo foi ambígua e vacilante²²⁶.

3.4 A CONTINUIDADE DE UMA POLÍTICA DE ESTADO, NÃO DE GOVERNO: A DÉCADA DE 1950

Esta conferência, em um primeiro momento, não despertou a atenção de uma parte da elite do país e do Itamaraty, acostumados à subserviência aos países europeus e a posição subalterna do Brasil em seus ainda não completados 500 anos. Osvaldo Trigueiro, o embaixador do Brasil em Jacarta, em correspondência oficial enviada para o Ministro das Relações Exteriores,²²⁷ Raul Fernandes, escreveu:

É geral a impressão de que o Sr. Nehru foi derrotado em seus principais propósitos e foi infeliz em várias de suas intervenções. Logo de início a maioria das delegações repeliu a

²²⁶ MAPA, Dhiego de Moura. O significado das relações sul-sul para a diplomacia brasileira: a obra de Adolpho Justo Bezerra de Menezes e o pensamento brasileiro sobre o sul global. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento*: um enfoque multidimensional, volume 04, número 05, agosto 2016, p. 12.

²²⁷ TRIGUEIRO, Osvaldo. *OFÍCIO*. Livro – 22/02/13. Ofícios recebidos. Jacarta, janeiro/junho de 1955. Arquivo Histórico do Itamaraty.

proposta, por ele feita, de que não se perdesse tempo com a leitura de discursos escritos, que deveriam ser dados apenas à divulgação. Além disso, ele não conseguiu a aprovação para os cinco princípios de coexistência, por lê formulados conjuntamente com o Primeiro-Ministro da China Comunista. Aconteceu ainda, que contra o seu ponto de vista, a maioria das delegações queria condenar expressamente o ‘expansionismo comunista’ e acabou fazendo-o, embora de maneira indireta, ao repudiar o colonialismo em ‘todas as suas manifestações’. Por fim, a Conferência repeliu o neutralismo indiano, radicalmente contra a SEATO²²⁸ e pactos congêneres, ao aprovar o ‘princípio do respeito ao direito de cada nação de defender-se individual ou coletivamente’. No curso dos trabalhos o Sr. Nehru demonstrou ser pessoa de trato difícil e, em mais de uma ocasião, perdeu o controle de suas maneiras. Discutindo a proposta turca ele incentivou os delegados da Turquia e do Iraque, acoimando-os de ‘lacaio do imperialismo’. O pedido de desculpas apresentado na sessão imediata não desfez a má impressão causada por seu nervosismo.

Porém, chamou a atenção de alguns atores dentro do MRE. Os outros dois funcionários do órgão que participaram do evento, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, que era então Segundo Secretário da embaixada da Indonésia²²⁹, e Ildelfonso Falcão, embaixador em Nova Delhi, viram Bandung de outra maneira. Falcão em correspondência com o chanceler²³⁰, escreveu a seguinte impressão da reunião preparatório para Bandung, ocorrida um ano antes, em 1954:

(...) É a primeira tentativa de articulação política de dois continentes até há pouco sob o domínio europeu. Comparando-se a História, poder-se ia dizer que corresponde à primeira Conferência Pan-Americana no Panamá, convocada por Bolívar. Em face do mundo atual, atitude da Ásia poderá ser, todavia, de magna importância. É precioso não esquecer o que ela representa como população e, conseqüentemente, mercado importador. Daí ser grande a expectativa em torno das próximas discussões em Baendong. Afinal, vão reunir-se países independentes e semi-independentes, sofrendo de tremendos complexos de inferioridade. Procurarão, provavelmente, falar grosso e alto para que o mundo os ouça e os atenda no que pedem de razoável, ou de, por enquanto, inadmissível.

Entre algumas elites do país, Bandung também foi notada de forma positiva. Esse grupo, de um modo geral, era majoritariamente do Sudeste: Rio, Minas e um pouco de SP, ligados entre si por estreitas relações sociais e políticas. Primeiro, familiares: elites que se casam entre si. Havia também os laços profissionais. Grande parte eram professores na Universidade do Brasil, no direito, atuavam no legislativo e participavam dos seguintes grupos importantes: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP,

²²⁸ SEATO é a sigla em inglês da Organização do Tratado do Sudeste Asiático.

²²⁹ SOUZA, Arlindo José Reis de. *O orientalismo no (Luso)Trópico Americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. 2011. 234 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011.

²³⁰ FALCÃO, Ildelfonso. *OFÍCIO*. Livro – 35/05/08. Ofícios recebidos. Nova Delhi, outubro/dezembro de 1954. Arquivo Histórico do Itamaraty.

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal –IBAM²³¹.

Esses homens (estes espaços eram majoritariamente masculinos, sem abertura para que intelectuais mulheres pudessem atuar) em sua maioria eram imbuídos de um ideal nacionalista e desenvolvimentista que pode ser atribuído ao fato de que foram atores ou presenciaram através de suas famílias o governo nacionalista de Vargas (o pai de Afonso Arinos foi chanceler do presidente Getúlio Vargas) e viram o projeto de Brasil alternativo que era proposto.

Igualmente, viveram no contexto da Guerra Fria, impressionados pelo impacto da bomba atômica e presenciando as benesses do Estado de Bem-Estar Social proposto pelo capitalismo como alternativa ao comunismo. Eram de uma elite intelectual que tinha muitas vezes hábitos conservadores, como observado na política interna do governo de Jânio Quadros²³², mas pensamentos políticos progressistas, ainda mais se comparadas a nossa classe dominante entreguista neoliberal de hoje. Defendiam a reforma agrária²³³, defendiam a distribuição de riquezas e erradicação de desigualdades sociais. Logo, formavam um grupo pensante que também tinha poderes e meios de pôr a teoria em prática.

Esse foi o grupo que se interessou por Bandung e, a partir da conferência, vislumbraram um outro futuro para o Brasil, no qual o país poderia ser uma liderança deste novo grupo que estava se formando e assim guiá-los para o caminho do desenvolvimento. De certo modo, esta mentalidade foi propiciada pelas ideias de democracia racial de Gilberto Freyre (Figura 19), que ressignificou a mestiçagem, marca do Brasil, criando a falsa imagem do país como um modelo e propagador de um antirracismo universalista²³⁴. As ideias do sociólogo pernambucano contagiaram estes círculos citados, em um efeito dominó, superando a ideia de pessimismo racial, que dominou a geração anterior. Suas pesquisas foram muito influentes neste grupo, alguns destes intelectuais inclusive o auxiliaram nas pesquisas, como Afonso Arinos.

²³¹ LESSA, Antônio Carlos. Hélio Jaguaribe: A Geração do nacional-desenvolvimentismo. In: *Pensamento Diplomático Brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 878.

²³² VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): O nacionalismo e política externa independente. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n.1, Brasília, Ibri, p. 24-36, jan-jul, 1993, p. 103.

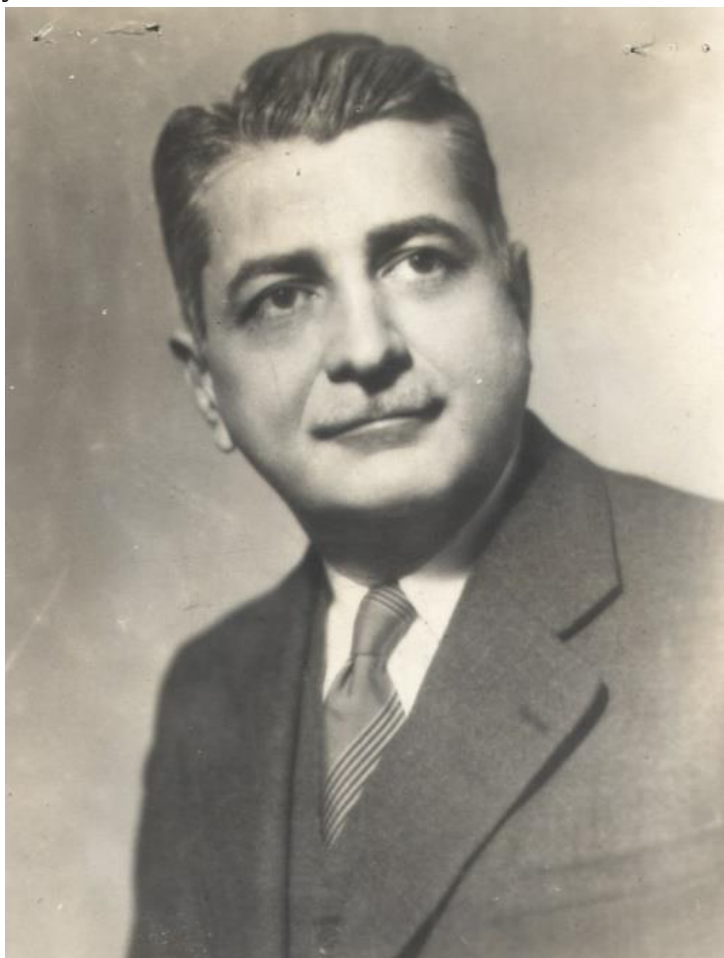
²³³ É válido pontuar que não eram da classe dominante do Nordeste ou Centro-Oeste, mas sim Sudeste, portanto, sua riqueza não estava atrelada a agropecuária de exportação, então não seriam afetados diretamente pela política de redistribuição de terras.

²³⁴ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 43, novembro de 1995.

A partir da leitura de seus textos, eles que passaram a ter uma outra visão da miscigenação, e do destino manifesto do Brasil enquanto um país que poderia ensinar para o mundo como conviver pacificamente em uma de democracia racial, como uma missão civilizatória. Para Saraiva (1996, p. 52): “A diplomacia leu e encontrou em Freyre sustentação intelectual para a política de colaboração com Portugal em sua “missão civilizatória” na África. Para a diplomacia, o Brasil tinha a missão de ser o mediador entre a Europa e as civilizações tropicais”.

A conferência de Bandung em seguida os impressionou muito, e abriu-se essa possibilidade de liderança para o país neste novo grupo que estavam surgindo: o Terceiro Mundo. A maioria dos países que compuseram Bandung eram asiáticos, mas pelas raízes freyrianas da mentalidade vigente sobre África, este continente também se tornou um grande objetivo da nova política externa a ser traçada.

Figura 20 - Gilberto Freyre, 1956



Fonte: Autor desconhecido, 1965. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã, referência BR_RJANRIO_PH_0_FOT_14950_003

Uma série de movimentos que acontecerem em consonância, corroboram com a afirmação de que a política externa independente foi um movimento de continuação de práticas de Estado, não de governo.

3.5 O PAPEL DO IBRI E DO ISEB

Um ano antes da Conferência de Bandung, foi criado o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, em 1954. Aqueles eram os últimos meses antes do suicídio de Vargas, e a fundação do IBRI está relacionada ao debate que este grupo havia iniciado em torno do desenvolvimento e das formas de inserção internacional do Brasil.

Esta instituição abrigou grande parte dos intelectuais a que me referi e que no próximo capítulo irei aprofundar suas obras e pensamentos. De acordo com Lessa,

O IBRI, por seu turno, tinha por objetivo a promoção e o incentivo da reflexão sobre “problemas internacionais, especialmente os de interesse para o Brasil”. Trata-se do primeiro esforço de associação de inteligência brasileira em torno das questões mundiais, em um momento particularmente complicado da política internacional (LESSA, 2013, p. 886).

O estatuto do Instituto designava que não teria qualquer vinculação formal com órgãos estatais, governos ou partidos políticos, uma vez que o objetivo do IBRI era o de “promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam a política exterior do Brasil”²³⁵.

Mesmo assim, seu corpo de membros era formado em grande parte por intelectuais que defendiam a modernização do país e um bom número de diplomatas de carreira. Lessa (2013, p. 877) aponta que a própria cerimônia de criação do Instituto se deu no palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro - em 27 de janeiro de 1954, na “Sala dos Índios” -, e que havia certa conexão com o aparelho de Estado, o que “nos faz inquerir sobre a intensidade e a forma com que as ideias que foram elaboradas nos debates e discussões levadas a cabo na instituição repercutiram sobre a ação internacional do Brasil”.

²³⁵ *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1 (1), 1958, capa anterior e segunda contra capa.

A ver pela ata de fundação do Instituto, percebe-se claramente este aparelhamento de Estado. Entre os presentes estavam: Vicente Ráo (Ministro das Relações Exteriores) e de diplomatas de carreira, tais como Afonso Arinos de Melo Franco, Álvaro Teixeira Soares e Jaime Sloan Chermont. Membros do governo Vargas naquele momento também se fizeram presente, como Lourival Fontes (chefe de gabinete de 1951-1954), José Jobim (chefe do cerimonial da presidência entre 1954-55), José Sette Câmara Filho (secretário de Lourival Fontes), San Tiago Dantas (assessor de Vargas entre 1951-54) e Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti (amiga pessoal do presidente)²³⁶. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), que cedeu ao Instituto duas salas para Instituto, que lá funcionou de 1958-1992.

Hélio Jaguaribe, uma das lideranças políticas e intelectuais daquele momento, em entrevista para a dissertação de mestrado em Relações Internacionais na UnB, Raphael de Oliveira Nascimento, em 2006, afirmou:

(...) o projeto dessas pessoas que integravam o grupo fundador do Instituto [IBRI] tinha uma preocupação de relacionar o governo brasileiro com o sistema internacional desde muito tempo (...) a ideia de criar um Instituto de Relações Internacionais nos pareceu urgente, necessária, quando a crise do governo Vargas apontava para o risco de uma perda da linha de autonomia, de independência, do Brasil em Política Exterior. O Governo Vargas tinha mantido essa linha de política externa independente e as forças que conspiravam contra o governo Vargas, que terminaram conseguindo derrubá-lo, sob a liderança do energúmeno do Carlos Lacerda, eram forças vinculadas a uma posição [incompreensível] em relação aos EUA. Então nós tínhamos a preocupação, na hora em que esse governo está ameaçado de colapso, de criar uma instituição na sociedade civil, independente do governo, com pessoas muito representativas desse pensamento, que constituam um núcleo de formulação de análises da política externa brasileira no contexto internacional e que determine com lucidez e fundamentação apropriada, quais são os interesses brasileiros nesse sistema e como se deve persegui-los²³⁷.

O IBRI teve como inspiração e modelo os principais órgãos de relações internacionais do mundo que existiam naquele período, constituindo-se assim em uma entidade da sociedade civil, uma associação cultural independente e sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções do Estado²³⁸.

²³⁶ DULCI, Tereza Maria Spyer. *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)/Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013, p. 48.

²³⁷ NASCIMENTO, Raphael de Oliveira. *Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964*. 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006, p. 124.

²³⁸ *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1 (1), 1958, capa anterior e segunda contra capa.

Inicialmente, o IBRI enfrentou dificuldades para alcançar as metas propostas no estatuto e em seu plano de atividades. Apesar de possuir muitos colaboradores e conselheiros, estes desempenhavam outras funções e não havia funcionários fixos que se dedicavam exclusivamente ao órgão.

Porém, quatro anos após sua fundação, em 1958, o instituto lançou a mais bem-sucedida das suas estratégias planejadas, a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI. Essa revista é a mais antiga publicação especializada em relações internacionais em circulação no país e uma das mais das mais tradicionais publicações científicas brasileiras. Inicialmente, não foi criada como um veículo propriamente científico, este traço foi adquirido com a sua transferência do Rio de Janeiro para Brasília, em 1993.

Conforme o diplomata e professor da UnB, Paulo Roberto de Almeida,

A associação de muitos diplomatas lotados no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1950, à fundação e funcionamento do IBRI nos primeiros anos permite estabelecer uma clara vinculação conceitual entre os temas discutidos nas reuniões do IBRI e transplantados para a revista desde seu aparecimento e publicação trimestral e a agenda do Itamaraty nos anos imediatamente anteriores ao regime militar. Pode-se dizer, sem hesitação, que os membros civis e os diplomatas ativos no IBRI, e os focos de discussão e análise na RBPI exibem uma espécie de osmose intelectual com os grandes temas da política externa brasileira e seu tratamento pelo Itamaraty e pela própria presidência da República (ALMEIDA, 2014, p. 4).

Para o autor, o Instituto, através de sua revista, já externava a emergência da “política externa independente” antes da mesma ser posta em prática nos governos de Jânio Quadros e João Goulart²³⁹.

Entre 1958 e 1992, o IBRI teve ao todo quatro Diretores Executivos, que automaticamente exerciam a função de Diretores da *RBPI*, cumprindo o papel de editores. Foram eles: Oswaldo Trigueiro (1958-1961), Henrique Valle (1961-1964), José Honório Rodrigues (1964-1967) e Cleantho de Paiva Leite (1967-1992). Desde que o periódico foi transferido para Brasília aos cuidados da UnB os dois cargos encontram-se separados²⁴⁰.

²³⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a Revista Brasileira de Política Internacional: contribuição intelectual (1954 a 2014). *Boletim Meridiano* 47, vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 3 a 18], p. 5.

²⁴⁰ NASCIMENTO, Raphael de Oliveira. *Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964*. 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006, p. 67.

Em sua primeira edição, trouxe resenhas do livro *Um estadista a República*, de Afonso Arinos, que era membro do Conselho Consultivo da revista e da obra *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, de Adolpho Justo Bezerra de Menezes. Menezes e Oswaldo Aranha escreveram artigos para a revista em suas primeiras edições, e no próximo capítulo abordaremos o papel dos dois autores na formulação da PEI.

Se o IBRI foi inspirado em instituições internacionais como a britânica *International Affairs* (do Chatham House, a estadunidense *Foreign Affairs* (do Council on Foreign Relations) e a francesa *Politique Étrangère* (do Centre d'Études de Politique Étrangère); a revista RBPI teve influência nacional para sua criação, a revista *Cadernos do Nosso Tempo*²⁴¹.

Este período circulou entre 1953 e 1956 e pertencia ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que foi fundado em 1953 por um grupo de intelectuais que foram denominados como Grupo de Itatiaia, pois se reuniam no Parque Nacional de Itatiaia, entre Rio de Janeiro e São Paulo, em espaço cedido pelo Ministério da Agricultura desde 1952.

Cadernos do Nosso Tempo, ainda que não se tratasse de uma revista focada em questões internacionais, podem ser consideradas, de acordo com Lessa (2013, p. 882) “uma publicação pioneira na sua interpretação, uma vez que boa parte (cerca de dois terços) da produção veiculada eram análises acerca da política internacional de então”.

Além disso, entre os colaboradores da revista constavam figuras de renome as quais também tiveram importante participação na história do IBRI/RBPI, tais como: Assis Chateaubriand, Cleantho de Paiva Leite, Ewaldo Correia Lima, Hélio Jaguaribe e Hermes Lima²⁴².

De acordo com Simon Schwartzman (1981, p. 3), a revista *Cadernos do Nosso Tempo* exerceu um papel fundamental no período, sendo a pioneira do político brasileiro daquela época, uma vez que: “(...) [eles] contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros”.

3.5.1 O instituto superior de estudos brasileiros (ISEB)

²⁴¹ NASCIMENTO, Raphael de Oliveira. *Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964*. 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006, p. 62.

²⁴² ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil*. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 41, n. spe, 1998.

O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), como foi citado, nasceu através da iniciativa do Grupo de Itatiaia. De acordo com Edison Bariani, era:

um grupo de intelectuais, entre eles paulistas, cariocas, católicos, antigos integralistas, conservadores e outros de posições mais à esquerda. A tônica dos debates, inicialmente, era a discussão teórica por parte de estudiosos que tinham em comum certa configuração intelectual, influências de certos autores e um desejo de impulsionar um pensamento genuinamente brasileiro (BARIANI, 2005, p. 249).

O IBESP era dirigido por Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos, que era advogado, sociólogo, cientista político, professor universitário e escritor. O instituto precisou tornar-se uma instituição pública para ter condições financeiras de se manter ampliar suas atividades.

Assim, o IBESP deu origem ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 14 de julho de 1955. A Figura 20 mostra a inauguração da sede do Instituto, em 09 de agosto de 1957. Tal processo ocorreu após a aprovação de Cândido Motta Filho, ministro da educação do governo de Café Filho. O ISEB nasceu, portanto, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura²⁴³. Na transição do IBESP para o ISEB, permaneceram nomes como Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Ignácio Rangel, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos²⁴⁴.

No ano seguinte   sua criação, no governo de Juscelino Kubitschek, o ISEB tornou-se o principal centro de pensamento desenvolvimentista e nacionalista do Brasil, fundamentalmente preocupado com a industrialização e a superação do subdesenvolvimento²⁴⁵.

²⁴³ BRINGEL, Tâmara Galdino. As críticas no “ ltimo” ISEB ao projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe. *Revista Iniciativa Econômica*, Araraquara, v. 4 n. 1, janeiro-junho de 2018, p. 152.

²⁴⁴ BARIANI, Edison. UMA INTELLIGENTSIA NACIONAL: Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. CADERNO CRH, Salvador, v. 18, n. 44, p. 249-256, Maio./Ago. 2005, p. 255.

²⁴⁵ ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do Iseb. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.97-117.

Figura 21 - Juscelino Kubitschek inaugurando a sede do ISEB



Fonte: Autor desconhecido, 1952. <https://jk.cpdoc.fgv.br/imagem-som/fatos-eventos/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>

A direção do novo Instituto foi entregue a Roland Corbisier, que chefiou uma estrutura dividida em vários departamentos. A Hélio Jaguaribe (Figura 21) coube a direção do Departamento de Ciência Política; a Cândido Mendes, o de História; a Ewaldo Correia Lima, o de Economia; a Álvaro Vieira Pinto, o Departamento de Filosofia; enquanto o de Sociologia coube a Alberto Guerreiro Ramos²⁴⁶.

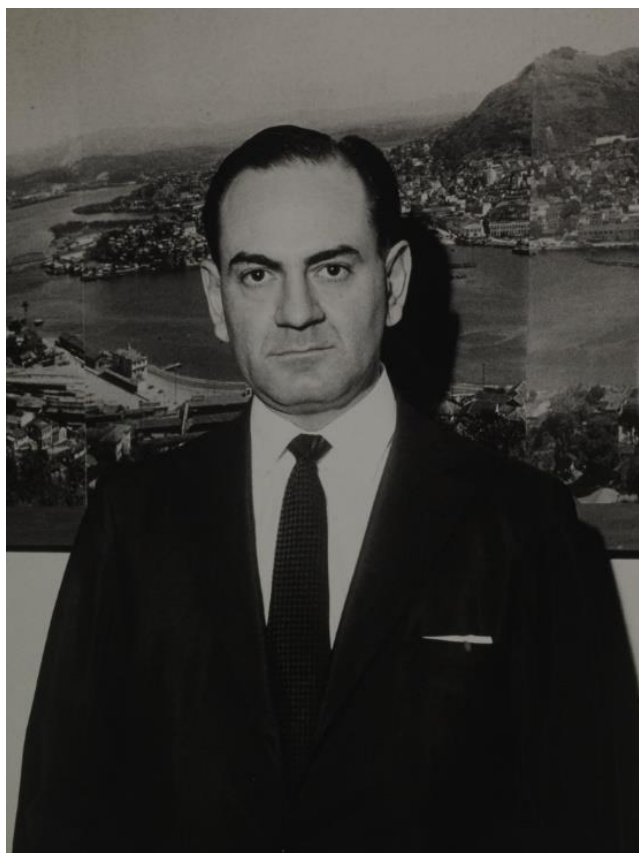
²⁴⁶ BRINGEL, Tâmara Galdino. As críticas no “último” ISEB ao projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe. *Revista Iniciativa Econômica*, Araraquara, v. 4 n. 1, janeiro-junho de 2018, p. 150.

Hélio Jaguaribe tinha, na prática, a liderança teórica do instituto, e exercia grande influência sobre os demais membros, e foi um dos autores que mais contribuíram para definir a meta desenvolvimentista do ISEB. De acordo com Lessa,

Jaguaribe foi o precursor de uma interpretação pragmática do nacionalismo, que seria muito importante para fundamentar a estratégia de modernização levada a cabo pelo Estado e para lastrear a função supletiva que a política externa assumia no desenvolvimento nacional (LESSA, 2013, p. 879).

Em pouco tempo o ISEB já exercia uma influência importante nas ideias e projetos de modernização do Brasil, e o próprio governo, principalmente o de Kubitschek, o reconhecia com um ator importante no processo de formulação de políticas públicas²⁴⁷.

Figura 22 - Hélio Jaguaribe no Jornal Correio da Manhã



Fonte: Autor desconhecido. Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã, referência BR_RJANRIO_PH_0_FOT_32891_0003

²⁴⁷ LESSA, Antônio Carlos. Hélio Jaguaribe: A Geração do nacional-desenvolvimentismo. In: *Pensamento Diplomático Brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 888.

O instituto publicou mais de quarenta e cinco livros, ministrou cursos e soube se inserir tanto no debate intelectual e político da época, quanto na interlocução com o Estado. Conforme Bariani, “como instituição de saber, atuou também como ator político, engajando-se diretamente nas questões e atracando-se na luta ideológica” (2005, p. 255).

O ideal do nacional-desenvolvimentismo e também as ideias do CEPAL, uniam os membros do instituto, que compunham um grupo bem heterogêneo, e nas palavras de Caio Navarro de Toledo (1982, p.30), “conviviam liberais, comunistas, socialdemocratas, católicos progressistas (alguns deles, recém ingressos do integralismo)”.

Entretanto, a ideia de que tipo de desenvolvimentismo deveria ser posto em prática no país rachou o ISEB com o livro publicado em 1959 de Hélio Jaguaribe, chamado *O nacionalismo na atualidade brasileira*. O dilema girava em torno da participação ou não do capital estrangeiro e de empresas e tecnologias estrangeiras na economia brasileira, ideia defendida por Jaguaribe.

Esta posição causou embates com os demais membros e por intelectuais mais nacionalistas, que defendiam um país cuja economia, e consequentemente a soberania política fosse independente das forças externas. Tais confrontos levaram à saída do Jaguaribe e de Alberto Guerreiro Ramos, que foi sociólogo, político e um dos pioneiros nos estudos da questão racial no Brasil.

A saída desses dois importantes intelectuais assinalou o fim do que é considerada a “primeira fase” do ISEB, que durou de 1955 a 1959, e foi marcada pela difusão do projeto nacional-desenvolvimentista. A segunda fase, de 1960 a 1960, é caracterizada por uma postura assumidamente anti-imperialista. Principalmente após 1962, quando o filósofo Álvaro Vieira Pinto e do historiador Nelson Werneck Sodré assumiram a direção do órgão, este se deslocou definitivamente à esquerda no campo político-ideológico²⁴⁸.

Nesta segunda fase, o ISEB se envolveu na militância política e se aproximou de movimentos sociais, de sindicatos, das ligas camponesa e do Partido Comunista Brasileiro. Além disso, apoiou as reformas de base (agrária, política, universitária e bancária) conduzidas por João Goulart, a partir de 1961²⁴⁹.

Com o golpe civil-miliar de 1964, o ISEB foi fechado por ser classificado como uma instituição “subversiva”. Vários livros, arquivos e documentos foram apreendidos por militares e

²⁴⁸ BRINGEL, Tâmara Galdino. As críticas no “último” ISEB ao projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe. *Revista Iniciativa Econômica*, Araraquara, v. 4 n. 1, janeiro-junho de 2018, p. 151.

²⁴⁹ TOLEDO, Caio Navarro. *Iseb: Fábrica de ideologias*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982.

sua sede foi destruída. Alguns membros do instituto foram perseguidos, torturados, presos e exilados e perderam o direito de lecionar²⁵⁰.

3.6 O PAPEL DESSA *INTELLIGENTSIA* NACIONAL NA PEI

Como foi já foi citado neste capítulo, havia um grupo da elite nacional, que partilhava dos mesmos ideais de nacionalismo e desenvolvimentismo, buscava uma nova inserção do Brasil no mundo e que estavam posicionados em locais estratégicos para exercer influência política e intelectual, como o IBRI, o ISEB e o MRE.

José Honório Rodrigues e San Tiago Dantas, que foram importantes figuras da história das relações internacionais do país, por exemplo, participavam destes dois institutos e do Itamaraty. Dantas inclusive foi responsável pela aula inaugural do ISEB, em 22 de outubro de 1955, intitulada de “A crise brasileira e o dever dos intelectuais”²⁵¹.

Este grupo, foi caracterizado por alguns autores, como uma *intelligentsia* nacional. Nas palavras da historiadora Maria Tereza Spyer Dulci:

Nesse contexto, havia, pois, o interesse por parte da *intelligentsia* nacional – formada por profissionais liberais, acadêmicos, diplomatas, militares, empresários, entre outros – em participar da formulação e a implementação da política externa, combinando análises de situação com propostas de políticas para o Brasil (DULCI, 2013, p. 46).

Para a autora, o alinhamento de pensamento em prol do nacional-desenvolvimentismo dos intelectuais do IBRI, ISEB e do IBAM (que citamos brevemente), constituíram uma comunidade epistêmica em torno dos preceitos desenvolvimentistas. Nas palavras de Hélio Jaguaribe em entrevista²⁵²:

(...) Na verdade esses institutos [IBAM, ISEB e IBRI] constitucionalmente eram completamente independentes. Cada um tinha objetivos próprios. O IBAM era um órgão que visava a dinamizar os municípios brasileiros. O ISEB era um organismo destinado a

²⁵⁰ BRINGEL, Tâmara Galdino. As críticas no “último” ISEB ao projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe. *Revista Iniciativa Econômica*, Araraquara, v. 4 n. 1, janeiro-junho de 2018, p. 151.

²⁵¹ RIBEIRO, Renato Ferreira. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. 2016. 174f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2016, p. 106.

²⁵² NASCIMENTO, Raphael de Oliveira. *Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964*. 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006, p. 126.

elaborar estudos sobre desenvolvimento, um projeto de desenvolvimento, e a aceleração do projeto de desenvolvimento... e o IBRI era um instituto voltado para relações internacionais. Mas certas preocupações eram comuns, por isso que pessoas... o Cleantho por exemplo é decisivo no IBAM e no IBRI, menos decisivo no ISEB. Eu sou decisivo no ISEB, não tenho participação direta no IBAM, tenho direta no IBRI. Havia, portanto, (...) diferentes posições, [mas também] uma mentalidade nesse grupo comum, que era a mentalidade nacional-desenvolvimentista que conduziu à formação desses três institutos.

Logo, é a partir desse grupo que foi lançada uma nova proposta de Brasil, que buscou na tradição diplomática do país, outros fundamentos importantes, como o princípio da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, a tese da igualdade jurídica das nações, da luta contra o colonialismo e a fidelidade às normas de solução pacífica de controvérsias.

Estes novos fundamentos foram inspirados tanto pela conjuntura internacional, principalmente a Conferência de Bandung e as teses da CEPAL, e pelo nacional-desenvolvimentismo. Para Alves e Khalil,

As ideias da PEI, lançadas por Jânio Quadros em 1961, não surgiram da noite para o dia. Tiveram origem nas reflexões nacionalistas feitas durante a década de 1950, principalmente dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (ALVES; KALHIL, 2014, p. 686).

O novo olhar para África, que culminou na formulação da PEI de Jânio Quadros, é fruto deste contexto internacional e nacional e desta *intelligentsia*, que estava presente em várias esferas institucionais do aparato do Estado. A princípio, eles buscavam encontrar soluções para os grandes problemas estruturais do país, e para isso, viram a necessidade de reinventá-lo em alguns aspectos. Contudo, para se chegar ao novo Brasil, foi necessário atravessar o Atlântico e reencontrar as suas raízes africanas.

O Atlântico deveria se tornar de novo um rio, para através da relação e trocas com África e com a Ásia, o Brasil encontrar sua posição e seu protagonismo no mundo. Reajustando os ideais da tradição diplomática da *casa* de Rio Branco com a política desenvolvimentista, o Brasil pôde traçar seu projeto de liderança e inserção mundial e utilizar a política externa como instrumento de desenvolvimento nacional.

Este foi forjado com a raça como discurso estruturante, com um viés culturalista e pautado no pragmatismo econômico para cumprir o destino manifesto da nação brasileira: levar a democracia racial para o resto de mundo e liderar o Terceiro Mundo, sendo o interlocutor entre os países periféricos e os desenvolvidos.

CAPÍTULO 4: INTELECTUAIS, DIPLOMATAS, POLÍTICOS E ESTRATEGISTAS: A FORMAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA INTERNACIONAL DO BRASIL PARA A ÁFRICA

A política externa independente, que encontrei iniciada no Itamarati e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as ideias.
San Tiago Dantas (Prefácio do Programa de Governo, 1962)

A intenção deste quarto e último capítulo é apresentar as ideias, pensamentos e políticas de Estado elaboradas e propostas por este grupo composto por parte da elite diplomática, política e acadêmica do país, da *intelligentsia* citada no capítulo anterior.

As fontes pesquisadas para este capítulo são, em sua maioria, bibliográficas. Os livros, discursos e textos de Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Oswaldo Aranha, José Honório Rodrigues e San Tiago Dantas serão mobilizados para compreender como as ideias da PEI foram construídas em relação ao continente africano.

Esses não foram os únicos intelectuais daquele momento pensando na reformulação da política externa, porém, foram nomes muito importantes, também argonautas da nau da Política Externa Independente, com obras seminais e influência na construção da política externa do Brasil para África.

4.1 ADOLPHO JUSTO BEZERRA DE MENEZES: UM OLHAR PIONEIRO A PARTIR DE BANDUNG

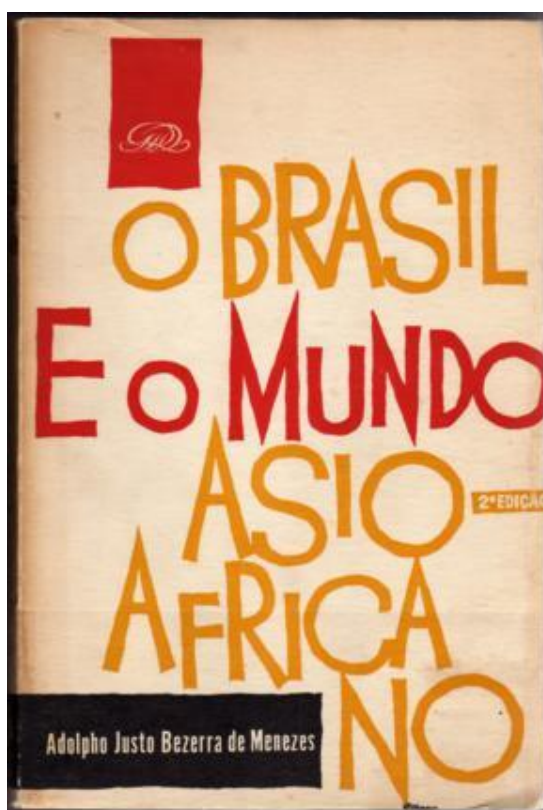
Entre o pequeno grupo, antes do governo Jânio Quadros, cujas vozes se levantavam contra a política externa de subserviência do país, uma das mais retumbantes foi a de Adolpho Justo Bezerra de Menezes.

Menezes nasceu no Rio de Janeiro em 1910, e faleceu em 12 de junho de 2006. Era neto de Adolfo Bezerra de Menezes, médico cearense que foi um dos precursores do Espiritismo no

Brasil²⁵³. Formado em Ciências Jurídicas, ingressou na diplomacia durante a II Guerra Mundial, em 1943²⁵⁴.

No ano da conferência de Bandung, em 1955, ele lançou o livro, *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*²⁵⁵. Esta obra, retratada na Figura 22, não só trouxe muitas informações sobre estes continentes dos quais se tinham poucos dados, como também, as ideias sugeridas pelos diplomatas compuseram as diretrizes seguidas pela política externa dos chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas.

Figura 23 - Capa do livro *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*



Fonte: MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2ª edição, 1960. Acervo pessoal.

²⁵³ LIMA, Marcelo Alves de Paula. History and Engagement in the Work of Bezerra de Menezes. *Contexto Internacional* vol. 42(1) Jan/Apr 2020, p. 121.

²⁵⁴ MAPA, Dhiego de Moura. O significado das relações sul-sul para a diplomacia brasileira: a obra de Adolpho Justo Bezerra de Menezes e o pensamento brasileiro sobre o sul global. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, volume 04, número 05, agosto 2016, p. 17.

²⁵⁵ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2ª edição, 1960.

Grande parte de seu acesso a essas informações privilegiadas, de certo modo, foram adquiridas em sua experiência como 2º secretário na embaixada de Jacarta, na Indonésia. Os anos passados nesse país, também propiciaram sua participação na Conferência de Bandung²⁵⁶.

Para esta importante ocasião, o MRE enviou dois observadores oficiais, o embaixador lotado em Jacarta, Oswaldo Trigueiro, e o embaixador do Brasil na Índia, Ildefonso Falcão²⁵⁷. Enquanto subordinado de Trigueiro na embaixada de Jacarta, Menezes teve a oportunidade de acompanhá-lo e participar do evento.

A primeira edição de *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* foi escrita no final de 1955 e não traz a experiência de Bandung, ocorrida em abril daquele ano. Entretanto, na segunda edição, lançada em 1960, ele revisou e ampliou suas percepções, e fez um balanço dos avanços nestes primeiros cinco anos pós conferência. Sua opinião sobre o evento foi muito elogiosa²⁵⁸.

A versão utilizada aqui como fonte de pesquisa para compreender o contexto de elaboração da PEI é a 2ª edição de *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. É válido lembrar que a Política Externa Independente, que proporcionou a experiência diplomática de Raymundo de Souza Dantas, foi lançada em 1961, um ano depois da 2ª edição do livro. Portanto, era uma obra que estava em evidência no período, e que trouxe novas considerações sobre o Brasil e seu projeto de liderança no mundo, de acordo com a atualização realizada pelo autor. Sua diferença para a 1ª edição é que possui um segundo prefácio e dois novos capítulos, além de pequenas atualizações de informações e dados.

Menezes escreveu outros dois importantes livros por volta deste período, que também tinham como tema a política externa do Brasil. O primeiro, chamado *Ásia, África e a política independente do Brasil*, publicado em 1961, possui um tom de resposta às críticas de seu primeiro livro. Já *Subdesenvolvimento e política internacional*, de 1963, expressa o amadurecimento de sua defesa da liderança do Brasil no Terceiro Mundo, do neutralismo e questões pertinentes daquele contexto de Guerra Fria. Seu quarto livro, lançado em 1997, *Um diplomata no Oriente/Brasil: subida ou descida para o século XXI?*, rememora suas lembranças da embaixada de Jacarta na

²⁵⁶ O autor narrou sua experiência como diplomata na Indonésia no livro *Um diplomata no Oriente*, escrito em 1997.

²⁵⁷ SOUZA, Arlindo José Reis de. *O orientalismo no (Luso)Trópico Americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. 2011. 234 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011.

²⁵⁸ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2ª edição, 1960, p. 256

Indonésia nos anos de 1950, e traz uma coletânea de seus artigos publicados na imprensa nos anos 1990, sobre, nas palavras do autor, a política da soberania nacional²⁵⁹.

De acordo com o próprio autor seu trabalho baseou-se nas seguintes ideias:

- a) Que era contraproducente a política adotada pelos Estados Unidos na Ásia;
- b) que, com a derrocada do colonialismo, os povos orientais e africanos viriam a pesar cada vez mais na balança internacional;
- c) que o Brasil necessitava de uma política externa independente e ativa;
- d) que nosso país tinha condições de buscar e conseguir uma liderança ázio-africana (MENEZES, 1960, p. 9).

Os dois últimos tópicos talvez contenham as maiores contribuições do diplomata. Sua defesa dessa política externa independente terá ecos nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, Ernesto Geisel e depois com Luís Inácio Lula da Silva, que usará o termo “política externa ativa e altiva” para designar suas características e objetivos.

A intenção de o país ser uma liderança ázio-africana confrontou a lógica do pensamento vigente dos setores conservadores da política nacional nos anos 1950 e 1960. A ideia de o Brasil assumir sua identidade de integrante do mundo em desenvolvimento foi de encontro com as camadas da elite que

Ao peso de fatores sentimentais, de supostas crenças de que somos uma extensão sócio-étnico-política - senão de toda a Europa, pelo menos da França. Desajuste nocivo fomentado por uma elite europeizada, por tradição, que confunde a si mesma, a brancura de suas peles, o conservadorismo de suas ideias com aquelas da esmagadora maioria da população. Maioria essa que possui todos os tipos e todas as cores do arco-íris e a qual, a não ser em sua formação religiosa católica, não pode sentir-se tão parte integrante dessa decantada civilização europeia ocidental. E é assim que essa minoria, se bem que cada vez mais reduzida, continua impedindo que a nação encontre sua verdadeira personalidade e destino (MENEZES, 1960, p. 14).

Logo, fica muito clara sua opinião de que a elite europeizada do país impedia o Brasil de crescer e se projetar no mundo. Ele também culpou os Estados Unidos e a interferência de pessoas ligadas comercialmente a este país (p.15). Em suas palavras, “interpreta qualquer atitude mais

²⁵⁹ As referências completas de suas obras são: MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ázio-Africano*. Rio de Janeiro, Folha Carioca Editora, 1956.

_____. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. *Subdesenvolvimento e política internacional*. Rio de Janeiro: GRD. 1963.

_____. *Um diplomata no Oriente/Brasil: subida ou descida para o século XXI?* São Paulo: Editora Ágora. 1997.

independente de caráter internacional como sendo um descambar para o comunismo e para dependência soviética” (p.15).

Menezes defendia o capitalismo, mas via muitos erros deste modelo na luta contra o comunismo e ainda criticou o consumismo e o materialismo que esta opção trouxe para o mundo ocidental.

Infelizmente, o que a Europa e a América seguem e exportam para o resto do mundo: “É uma civilização materialista, burguesa, capitalista, que descende em parte da Revolução Francesa, na qual foi afirmado que o homem não é mais que um animal econômico altamente evoluído, e que seu objetivo primário é adquirir riqueza ou gozar dos prazeres da existência²⁶⁰”. É por esse motivo que para os povos anglo-saxões não será tão fácil levar rapidamente a melhor na luta que ora se trava na África e na Ásia contra o comunismo. É provável que os orientais e os africanos, que estão no palco mais como observadores do que como atores, tenham reparado naquilo que as potências anglo-saxônicas ainda não perceberam, ou seja, que a espécie de civilização que elas querem implantar como ocidental cristã não se diferencia muito do veneno que Moscou quer derramar sobre o mundo; muito pelo contrário, há muita afinidade (MENEZES, 1960, p. 35).

Apesar de ser abertamente anticomunista, Adolpho Justo Bezerra de Menezes defendia o neutralismo positivo para o Brasil, pois, em seu entendimento, alinhar-se cegamente ao bloco ocidental em plena Guerra Fria era um erro, e que o Brasil devia buscar relações não pautadas nessa divisão²⁶¹.

Nos primeiros capítulos o autor escreveu sobre as aproximações históricas e contemporâneas dos anos 1960 entre o Brasil e o mundo ázio-africano em uma abordagem que trouxe fatores econômicos, políticos e sociais e ainda uma crítica ao colonialismo, ao eurocentrismo e ao racismo europeu (p.33 a 37).

Entretanto, sua defesa dos povos africanos era extremamente racista e pautada no lusotropicalismo freyriano, de quem era leitor. Por beber da fonte lusotropical, via o colonialismo português de uma maneira diferenciada, um pouco melhor que os demais, mas ainda que passível de críticas. Acreditava que o Brasil era uma democracia racial, cujo exemplo devia ser seguido pelo resto do mundo.

Era contra todas as formas de colonialismo e censurava o posicionamento do Brasil na ONU

²⁶⁰ SHEEN, Fulton J. *Communism and the Conscience of the West*. New York, 1948.

²⁶¹ MAPA, Dhiego de Moura. O significado das relações sul-sul para a diplomacia brasileira: a obra de Adolpho Justo Bezerra de Menezes e o pensamento brasileiro sobre o sul global. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*, volume 04, número 05, agosto 2016, p. 26.

sobre esta questão, pois prejudicava demais o país apoiar os países colonialistas, incluindo Portugal. Em suas palavras, seria suicídio diplomático o apoio ao colonialismo português, que iria “amarrar-nos, ladeira abaixo, na carreta de um colonialismo e de um imperialismo em vias de ser sepultado”, correndo o risco ainda a “incorrermos gratuitamente, e devido a causa injusta, no ódio e no desprezo de milhões de africanos e asiáticos” (p. 355).

Menezes retomou a conferência de Bandung, realizando um balanço do evento, aos quais atribuiu os seguintes resultados de caráter não-imediato:

- a) trouxe Pequim, de certo modo, ao convívio internacional; permitiu-lhe “ganhar face” e dar o primeiro passo para os subseqüentes entendimentos com os Estados Unidos, que resultaram pelo menos na liberação dos prisioneiros americanos;
- b) deu cunho oficial à política de ajuda mútua árabe-oriental, iniciada em 1950 na reunião da AGNU, em Paris;
- c) marcou a nascente de um sistema regional que provavelmente virá pesar tanto ou mais na ONU que os blocos latino-americano ou europeu;
- d) deu maior coragem aos países ázio-africanos para persistir em suas reivindicações anticolonialistas;
- e) mostrou aos Estados Unidos e à Rússia que eles, embora não tendo potencial militar, formam uma força internacional a ser computada em qualquer estratégia mundial;
- f) fez com que os Estados Unidos tendessem a depreciar menos e a olhar com menos desconfiança a política do bloco neutralista asiático (MENEZES, 1960, p. 263).

O autor ainda dedicou outros capítulos a conferências e congressos que ocorreram em África e Ásia e que foram importantes para articular movimentos de independências e de lutas e parcerias estratégicas.

Na construção de sua narrativa, Menezes se ancorou no discurso culturalista e na questão econômica, pois vislumbrava a partir de uma nova política externa não só uma concorrência mais leal e novos compradores aos produtos brasileiros, como também grandes possibilidades para o país se projetar enquanto uma liderança articuladora de países da África e Ásia na luta contra o subdesenvolvimento. O neutralismo, o não-alinhamento, o anti-imperialismo e o desenvolvimento econômico iriam ajudar latino-americanos, africanos e asiáticos a quebrar a bipolaridade, não ficando mais refém nem do capitalismo e nem do comunismo²⁶².

Os capítulos 25 e 26, intitulados *Orientação política do Brasil com respeito ao mundo ázio-africano* e *Medidas de caráter governamental* são os dois nos quais mais se vê o que a inspiração para a Política Externa Independente. Mais do que isso: estas páginas ajudaram na criação de um

²⁶² LIMA, Marcelo Alves de Paula Lima. History and Engagement in the Work of Bezerra de Menezes. *Contexto Internacional*, vol. 42(1) Jan/Apr 2020, p. 121.

léxico e de uma cultura no Itamaraty. As ideias defendidas por Menezes e outros diplomatas se transformaram em um *habitus*²⁶³ do pensamento diplomático brasileiro, que incorporou as características do posicionamento independente e não alinhado, do neutralismo positivo, do pacifismo, da valorização das relações Sul-Sul e da resolução de conflitos e articulador entre países e grupos.

Nestes capítulos ele propôs que o país deveria seguir duas orientações políticas internacionais. A primeira, se colocando ao lado dos países capitalistas, mas defendendo as questões de igualdade racial e sempre se colocando a favor dos povos colonizados, mesmo que isso fosse de encontro com as grandes potências.

A segunda seria totalmente nossa, independente, sigilosa, discreta e de longo alcance, visando “um extenso e persistente trabalho de sedução das massas africanas e asiáticas por meio do uso de nossa principal arma político-diplomática – igualdade racial e social quase perfeita existente no Brasil” (MENEZES, 1960, p. 315).

Menezes citou Gilberto Freyre e o lusotropicalismo ao falar das misturas raciais do Brasil e dos inúmeros laços do país com Ásia e África por conta disso. Para o autor, nosso anticolonialismo não seria meramente acadêmico pois um dia também fomos colônia.

Defendeu que o Itamaraty melhorasse seu serviço de imprensa e de rádio nas missões diplomáticas para divulgar os gestos do Brasil a países ou problemas ázio-africanos. Aconselhou de forma bem prática como deveriam ser estes adidos de imprensa e que estes deveriam partir da premissa de que o Brasil não é uma nação branca, se orgulhando de tal fato.

Sugeriu ampliar as representações diplomáticas em Ásia e África e alocar primeiros e segundos secretários para tais postos, ao invés de embaixadores, devido à precariedade destes lugares. Também falou em enviar pesquisadores para estes continentes, a fim de que as informações que nos chegam não sejam manipuladas pelos interesses estadunidenses e europeus. Em suas palavras:

Devíamos mandar economistas, sociólogos, literatos em geral, os nossos mais hábeis e brilhantes, para estudar, para compreender a nova pulsação do continente asiático; para

²⁶³ Pierre Bourdieu, no livro *Razões práticas: sobre teoria e ação* (2001), descreve o *habitus* (gostos, preferências) como a unidade de estilo que vincula práticas e bens de agentes públicos e/ou grupos, e atua como elemento gerador e unificador que ressignifica experiências, normas e percepções, gerando um conjunto unívoco de práticas e, nesse sentido, são diferenciados e diferenciadores, ou seja, são princípios geradores de práticas distintas e distintivas. Logo, o *habitus* seria um tipo de percepção (específica e/ou compartilhada), resultante da confluência de princípios e experiências, que gera certas práticas e orienta (ou determina) escolhas.

observar a África; para fazer em grande escala, sólida, abalizada, minuciosamente, o que este pobre livro, este pot-pourri, esta pobre colcha de retalhos está humildemente tentando, ou seja: despertar no brasileiro o interesse pelo Oriente e pela África.

A menos que conheçamos esses continentes, a partir de olhos brasileiros, nunca adquiriremos a sabedoria necessária para tomarmos as decisões certas e no momento adequado quando nossa política internacional largar as calças curtas. Além disso, a menos que comecemos a envergar calças compridas o mais breve possível, tomando tais decisões por nossa própria conta, e não seguindo meticulosamente as reações e as decisões de outros países, corremos o grave risco de cortejarmos futuramente a inimizade gratuita dos povos orientais e africanos (MENEZES, 1960, p. 327).

O autor recomendou que os jovens diplomatas escrevessem sobre os países nos quais estavam alocados, se espelhando nos diplomatas europeus. Também incentivou a visita de autoridades brasileiras aos países ázio-africanos e o uso dois instrumentos diplomáticos, as condecorações e a ajuda humanitária.

Uma sugestão sua que foi acatada por Jânio Quadros na PEI foi o de um programa de intercâmbio financiado pelo Brasil para que alunos africanos estudassem em universidades brasileiras e o envio de professores brasileiros para África. Também foi posto em prática o envio de um navio da Marinha, o Custódio de Mello, para divulgar o Brasil, passando por vários portos africanos e asiáticos.

Menezes sugeriu a utilização de pessoas negras e mulatas como propaganda do Brasil e da igualdade racial, enviando pesquisadores, conferencistas e pessoas ilustres para os continentes asiático e africano: “era de interesse uma capitalização de nossos negros e mulatos ilustres; torná-los os arautos do Brasil para fins de propaganda em África. Os Estados Unidos da América, em que pese toda a sua discriminação racial, faz excelente uso de seus negros mais representativos” (p.333).

Para mostrar o país, também recomendou a divulgação do cinema nacional, do futebol, da música e da arquitetura brasileira. Os amistosos seriam ótimos instrumentos diplomáticos, e o fato de o Brasil ter muitos jogadores negros eram um fator positivo. Artistas negros deveriam ser especialmente recomendados (p.341). Além disso, feiras, exposições e o comércio deveriam ser constantemente incentivados.

Em um dos capítulos finais, Menezes abordou a construção de uma “comunidade” entre Brasil, Portugal e o Ultramar, inspirada na Commonwealth britânica. Os laços ancestrais com Portugal levavam a tal caminho, que teria boas implicações econômicas e uma legislação conjunta de imigração para proibir um “novo influxo de sangue preto através da desenfreada emigração do

Ultramar africano para o outro lado do Atlântico” (p. 348). Apareceu aqui o ideal de um “destino manifesto” do Brasil, destinado a liderar o Terceiro Mundo e levar a civilização (que traz da herança portuguesa) e a democracia racial, para os países subdesenvolvidos.

Este capítulo foi escrito na primeira edição, na segunda, o autor acrescentou algumas notas em seguida, revisando sua opinião sobre Portugal e sobre essa ideia de “comunidade”. Menezes reviu seu posicionamento após cinco anos, criticando as ações de Portugal sob o governo de Salazar e percebendo que se manter defendendo aquele país era um erro que custaria caro ao Brasil e ao seu projeto de liderança dos países da Ásia e África.

O autor encerrou com um tom otimista, torcendo para a mudança na política externa brasileira, que ele via ser possível com a eleição de Jânio Quadros. Menezes acreditava que se o Brasil seguisse a política de neutralismo com audácia, se tornaria uma liderança mundial e o “advogado dos fracos e oprimidos” (p.362).

4.2 OSWALDO EUCLIDES DA CUNHA ARANHA

Oswaldo Euclides da Cunha Aranha nasceu em Alegrete, Rio Grande do Sul, em 15 de fevereiro de 1894 e faleceu no Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1960, um pouco antes de completar 66 anos. Foi advogado, político, deputado federal, Ministro da Justiça em 1930 e da Fazenda em 1931. Data desta época sua amizade com Virgílio de Melo Franco, irmão mais velho do futuro chanceler Afonso Arinos de Melo e Franco²⁶⁴. Participou da Constituinte em 1933 e foi embaixador em Washington de 1934 a 1937. Exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores de março de 1938 a agosto de 1944.

Muitos atribuem a seu prestígio a tradição de o Brasil ser o primeiro país a discursar nas Assembleias Gerais da ONU. Ele presidiu a Primeira Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, realizada em 1947 (Figura 23), e a Segunda Assembleia Geral Ordinária, no mesmo ano, ao mesmo tempo em que foi chefe da delegação do Brasil. Essas duas reuniões tiveram o papel histórico de determinar – por meio da resolução 181 da Assembleia Geral – a divisão da Palestina entre árabes e judeus, abrindo caminho para a criação do Estado de Israel. O papel de Aranha ao apoiar a solução de dois Estados e garantir que a votação não fosse adiada rendeu elogios de

²⁶⁴ Informação retirada do acervo biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oswaldo-euclides-de-sousa-aranha> acesso em 10 de setembro de 2020.

diversos países e entidades sionistas, que chegaram a cogitá-lo como candidato ao Nobel da Paz e renderam inúmeras homenagens a ele ao longo do tempo²⁶⁵.

Válido lembrar que, caso fosse indicado, seria sua segunda indicação ao Nobel da Paz, pois recebeu a honraria pela sua intermediação na questão Letícia, território de fronteira que deu origem à guerra entre Colômbia e Peru de 1932 a 1934²⁶⁶.

Figura 24 - Oswaldo Aranha na ONU em 1947



Fonte: Autor desconhecido, 1947. <https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/aranha-oswaldo-fotografia-de-not%C3%ADcias/640478597?adppopup=true>.

²⁶⁵ GOMES, Daniel Costa. Oswaldo Aranha: prática e pensamento diplomático entre 1945 e 1960. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. 7 (1), 2016, p. 188.

²⁶⁶ LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (orgs). *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Volume I. Brasília: FUNAG, 2017.

Também foi Ministro da Fazenda no segundo Governo Getúlio Vargas (agosto de 1953) e Presidente da Delegação do Brasil à ONU, 1957, no Governo Juscelino Kubitschek²⁶⁷.

Por ter sido Ministro das Relações Exteriores do Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial, sua atuação neste recorte de tempo lhe rendeu projeção internacional. Ele presidiu a Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro em 1942, que foi fundamental para condicionar o posicionamento da América Latina na 2ª Guerra. Tal notoriedade lhe rendeu uma capa da revista *Time Magazine* em 1942 (Figura 24).

Desde os anos 1940, durante sua chancelaria, defendia pontos que acreditava fundamentais para a PEB, como o desenvolvimento econômico brasileiro a qualquer custo para o país crescer, aproximação do Brasil com o continente africano via Portugal (na ideia do lusotropicalismo que via o Brasil como herdeiro natural de Portugal) e o pacifismo enquanto política internacional²⁶⁸.

Assim como Bezerra de Menezes, posicionava o país no campo do Ocidente capitalista, mas era contra o alinhamento automático com os EUA. E por defender o neutralismo e pacifismo, foi contra o fechamento do Partido Comunista Brasileiro em 1947 e do rompimento de relações com a URSS naquele mesmo ano, conforme argumentou no artigo intitulado *Relações Diplomáticas com a União Soviética*, publicado na Revista Brasileira de Relações Internacionais²⁶⁹.

Sobre África, no início dos anos 1940, já defendia que o Brasil devia buscar uma aproximação pois previa grandes mudanças no continente. Em uma carta enviada a Getúlio Vargas por ocasião da visita de Roosevelt a Natal (capital do Rio Grande do Norte) em 25 de janeiro de 1943, argumentou:

A África é outra interrogação. A sua sorte é, hoje, considerada de grande influência na nossa segurança e essencial à defesa da América. Deves acompanhar seus problemas com cuidado particular, mesmo porque devemos reclamar um lugar nas deliberações sobre o futuro desse continente colonial²⁷⁰.

²⁶⁷ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008). Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 365.

²⁶⁸ SARAIVA, 1996, p. 24.

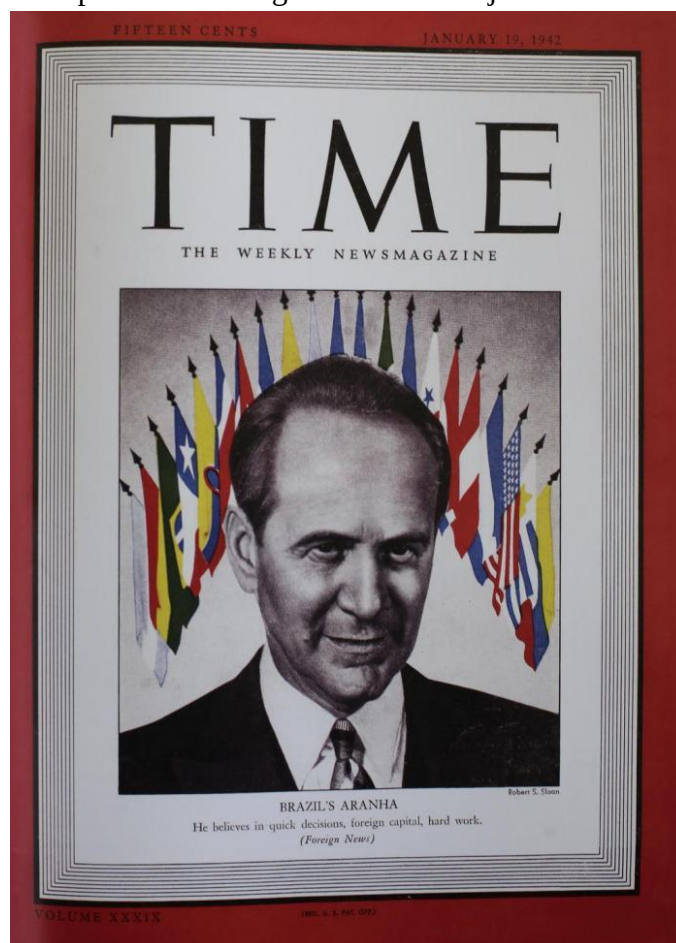
²⁶⁹ ARANHA, Oswaldo. Intitulado Relações Diplomáticas com a União Soviética. *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, ano 1, nº 2, junho de 1958.

²⁷⁰ ARANHA, Oswaldo. *Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas*. Arquivo Estevão Leitão de Carvalho, lote 507, livro 3. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em intervalos durante a década de 1940 e 1950, Aranha se retirou da cena política e dedicou-se à advocacia e negócios privados. Contudo, 10 anos após presidir a Assembleia da ONU, voltou a chefiar a delegação brasileira nas Nações Unidas, em 1957. No ano anterior, o presidente Juscelino Kubitschek já o havia convidado para o cargo, mas ele recusara.

Nesta ocasião, foi o autor de uma proposta de criação na ONU de um Comitê Econômico para África, e fez o Brasil tal proposta, já que era o chefe da delegação brasileira. Tal iniciativa foi imediatamente questionada por Portugal, que por meio do embaixador brasileiro em Lisboa, Álvaro Lins deixou claro seu descontentamento, inclusive insinuando que Aranha estava sob influência de uma tática comunista. Lins deixou claro que tal iniciativa visava unicamente “melhorar as condições de vida das populações daquele continente”²⁷¹.

Figura 25 - Oswaldo Aranha capa da Time Magazine em 19 de janeiro de 1942



Fonte: Times Magazine, 19 de janeiro de 1943. <http://content.time.com/time/covers/0,16641,19420119,00.html>

²⁷¹ LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 9.

No ano de 1953, JK havia assinado o Tratado da Amizade e da Consulta com Portugal, e mantinha um posicionamento de defesa do colonialismo português perante a ONU. Em 1957 já havia ocorrido a Conferência de Bandung (1955), Adolpho Justo Bezerra de Menezes já havia publicado seu livro seminal (1955) e algumas vozes já insurgiam dentro do Itamaraty contra a defesa feita pelo Brasil da defesa do colonialismo dos países europeus.

Em dezembro daquele ano, Oswaldo Aranha escreveu uma carta de seis páginas a Juscelino relatando suas impressões e dando sua opinião sobre a política externa brasileira. Em suas palavras:

Nossa atitude, em favor das potências coloniais, mas contrária à nossa formação, às nossas tradições e em conflito até com sentimentos humanos (como nos casos de Portugal, Holanda, França e, proximamente, da Inglaterra, em Chipre), muito enfraquece nossa posição e reduz nossa autoridade, mesmo entre os países latino-americanos. Cingi-me à letra de nossas instruções, mas, agora, julgo-me no dever de aconselhar uma revisão dessa orientação internacional. Criou-se um estado de espírito mundial em favor da liberação dos povos ainda escravizados, e o Brasil não poderá contrariar essa corrente sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição internacional²⁷².

Das vozes que se juntaram à de Aranha na crítica ao posicionamento do Brasil em relação à descolonização da África e Ásia durante o governo JK estavam as de Álvaro Lins e Sérgio Corrêa do Lago.

O já citado Álvaro Lins foi embaixador em Lisboa de junho de 1957 a outubro de 1959, quando foi exonerado do cargo. Lins criticava abertamente o governo de Salazar e questionava o apoio do Brasil à Portugal na questão colonial, pois não via vantagem alguma de país desgastar sua imagem internacionalmente sem nenhum objetivo que fosse proveitoso aos interesses brasileiros, e o Tratado de Amizade e Consulta entre os dois países. Também problematizava a ideia de uma “comunidade luso-brasileira”, que na proposição de Portugal excluía os africanos dos territórios que eram colônias portuguesas²⁷³.

Em 1960 o ex-embaixador escreveu *Missão em Portugal*, um livro de memórias de seiscentas páginas no qual descreveu esta experiência diplomática. Ele relatou as atitudes extremas que tomou. A primeira foi a devolução ao governo português da Comenda da Grã-Cruz da Ordem de Cristo que havia recebido em 1957.

²⁷² ARANHA, Oswaldo. *Carta de Oswaldo Aranha ao presidente Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1957. CPDOC/FGV, Ref OA 57.09.06, 1957.

²⁷³ PENNA FILHO, Pio. A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais”, 2009, p. 29.

A segunda foi seu rompimento político e pessoal com o presidente Juscelino Kubitschek por não concordar com as atitudes do governo português e com o posicionamento do Brasil²⁷⁴. Em seu lugar foi designado o ex-chanceler Negrão de Lima, que era tão alinhado à Portugal que quando desembarcou em solo lusitano declarou aos repórteres que lhe perguntaram qual seria sua diretriz política e diplomática: “não tenho programa, vim amar Portugal”²⁷⁵.

Nesta obra também expressou diversas vezes sua opinião sobre o Tratado de Amizade e Consulta. Sua opinião era tão desfavorável quando a que tinha sobre Salazar, governante de Portugal, pois via que Portugal queria que o Brasil arcasse com o ônus sem nenhum bônus nas questões coloniais lusitanas. Em suas palavras:

Então, a ditadura salazarista evita, em tudo que pode, a intensificação das nossas aproximações e comunicações com a “sua África”: principalmente na medida de seus poderes em Lisboa e no Rio de Janeiro, busca evitar nossa presença em Angola como um centro permanente de influências. Fico espantado que o Itamarati não se ponha em observação e não reaja ante a duplicidade de objetivos da política salazarista a nosso respeito nessa mesma zona geográfica. Pelo Tratado de Amizade e Consulta, querem a nossa participação e intervenção nos seus problemas afro-asiáticos, isto é: no sentido de que, mediante compromisso, devemos sustentar politicamente diplomaticamente e até mesmo militarmente, os seus interesses em tais regiões e a manutenção de suas propriedades coloniais. Quanto à outra face do problema, a da nossa presença – em representação diplomática, em cultura e em comércio – na vida cotidiana das colônias, tão aproximadas de nós e tão desejosas da nossa influência – ah, isso não é do agrado do atual Governo português, embora não o confesse nunca e procure disfarçar sempre com oportunismo. Dizem que a possibilidade ou sugestão da “presença” e da influência do Brasil em Angola – é uma das coisas que mais irritam, perturbam e exasperam o dr. Salazar (LINS, 1960, p. 278).

É interessante pontuar que Lins e Oswaldo Aranha trocavam correspondência pessoal sobre a criação de uma nova política externa do Brasil que contemplasse os países recém-independentes de África. E quando Aranha soube da nomeação de Lins para a embaixada em Portugal, comemorou, pois tinha esperança de que o embaixador conseguiria pôr em prática novas ações e firmar uma nova política²⁷⁶. Oswaldo Aranha escreveu:

“Queria manifestar-lhe a minha alegria pela sua Embaixada. Não irá você irá ocupar uma alta investidura, mas fazer uma política, o que é muito mais. É esta, com a minha experiência, uma das lacunas da nossa diplomacia, a ausência de uma política com Portugal. A culpa é recíproca. Temos vivido de invocações e sentimentalidades (...).

²⁷⁴ LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 353.

²⁷⁵ D’ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 47.

²⁷⁶ LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 186

Confio muito em que você dê a essa missão o sentido profundo de nossa sobrevivência inseparável. Não tome como pretensiosa essa expansão”²⁷⁷ (ARANHA, 8 de setembro de 1965).

Neste mesmo ano de 1957 surgiu o primeiro memorando sobre as implicações para o Brasil da questão africana e asiática, dentro da Divisão Política do Itamaraty (DPo). O autor do memorando, o diplomata Sérgio Corrêa do Lago, sugeriu duas coisas neste documento. Primeiro, que o MRE enviasse uma missão de cortesia e observação a alguns países e territórios africanos e asiáticos. A visita proposta, que não se concretizou, deveria, de acordo com Lago, "incluir um descendente de oriental, um árabe e outro tipicamente africano" na delegação brasileira.

Os locais sugeridos foram: na África, colônias portuguesas, francesas, belga; Costa do Ouro, Libéria, Quênia, Etiópia, Sudão, Tunísia, Líbia, Marrocos e Argélia; na Ásia, Afeganistão, Nepal, Paquistão, Índia, Ceilão, Birmânia, Indonésia, Borneo, Nova Guiné, Sião, Laos, Camboja, Vietnã do Sul, Hong Kong, Coreia do Sul, Japão e Filipinas.

Segundo, com as informações e dados coletados desta missão, o Itamaraty deveria estudar “os próximos passos a serem dados para uma aproximação do Brasil ao mundo afro-asiática visando, no futuro, a conquista de uma posição predominante entre aqueles Estados”²⁷⁸.

Este Sérgio Correa de Lago foi o mesmo que preparou a embaixada de Gana para receber Raymundo de Souza Dantas como embaixador e se recusou a sair da residência oficial ao saber que o novo embaixador era um homem negro. Apesar de acreditar no discurso da democracia racial, o Brasil “não era o tipo de democracia em que Souza Dantas [jornalista e negro] podia ser embaixador e Corrêa do Lago [branco e diplomata de carreira] seu subordinado”²⁷⁹.

As ideias de Oswaldo Aranha ecoaram e, após sua morte, Amílcar Alencastre publicou o livro *Oswaldo Aranha, o mundo afro-asiático e a paz*, em 1961 pelo Serviço de Documentação do antigo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)²⁸⁰.

Esta obra é um interessante documento histórico, porém, requer certo cuidado ao analisá-la. Alencastre utilizou a voz de Oswaldo Aranha para fazer uma defesa de uma série de questões,

²⁷⁷ Esta carta está transcrita em LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 186.

²⁷⁸ LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. *Memorando DPo/3 para o chefe da Divisão Política*. 03/01/1957. AMRE, 900.1 (42), Política Internacional, Brasil, 1944/1965. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

²⁷⁹ MATOS, Pedro Andrade. A dimensão cultural na política africana do Brasil (1960 – 2010). *BRASILIANA: Journal for Brazilian Studies*. Double Issue Vol. 8 Nos. 1-2 (2019), p. 148.

²⁸⁰ ALENCASTRE Amílcar. *Oswaldo Aranha, o mundo afro-asiático e a paz*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do M.T.P.S – RJ, 1961.

principalmente da liderança que o Brasil poderia exercer no mundo afro-asiático, como o próprio título do livro propõe. Porém, o autor não traz referências à quando e onde Aranha falou ou escreveu as afirmações defendidas, de modo que é muito difícil saber se é o pensamento de Aranha nestes temas, ou se é o de Amilcar Alencastre.

Interessante saber que entre a década de 1960 e 1980 Amilcar Alencastre escreveu mais três livros com temas similares. Eles abordaram África, a descolonização e as relações do Brasil com o continente africano²⁸¹.

De todo modo, para o autor, Oswaldo Aranha defendia a democracia racial brasileira como um exemplo para o mundo e que o Itamaraty “superasse os punhos de renda” e enviasse embaixadores negros aos países afro-asiáticos. Também argumentava a favor da “destinação mundial do Brasil”, que devido seu tamanho, localização e composição racial era o elo histórico-geográfico entre América, Ásia e África e que o país deveria ser a liderança da nova ordem mundial que poderia emergir.

Em suas palavras, Aranha ficou impressionado pela Conferência de Bandung, e acreditava ser dever do país manter o espírito erigido naquele evento: o de desenvolvimento da economia nacional dos países que se situavam no campo neutralista. O ex-chanceler havia dito: “a sub-divisão da riqueza mundial é fator intransferível de segurança e preservação de paz. Não haverá paz, tanto entre as nações quanto entre os indivíduos, num mundo dividido entre o bem-estar de uns e o mal-estar de muitos” (ARANHA apud ALENCASTRE, 1961, p. 96). O Brasil deveria se impor e liderar a luta contra o subdesenvolvimento, em favor dos países do Terceiro Mundo e do continente africano em especial, devido aos laços históricos do país com o continente.

O autor escreveu o livro no vibrante momento do início da Política Externa Independente, anunciada por Jânio Quadros. A proposição da PEI abordava as questões que a elite formadora da *intelligentsia* nacional e que os autores aqui citados clamavam há alguns anos. Era, portanto, um momento de muito otimismo, e com temas muito correntes entre estas pessoas. O neutralismo, nacionalismo, Bandung, descolonização, desenvolvimento nacional, bomba atômica, desarmamento, pacifismo, Brasil enquanto uma liderança internacional eram temas em voga naquele momento, e que de modo geral, eram questões defendidas tanto por Oswaldo Aranha quando por Amilcar Alencastre.

²⁸¹ São eles: ALENCASTRE, Amilcar. *A Rebelião dos Povos Coloniais*. Rio de Janeiro: Editora Prado, 1962. ALENCASTRE, Amilcar. *O Brasil, a África e o futuro*. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1969. ALENCASTRE, Amilcar. *América Latina, África e Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Editora Paralelo, 1980.

4.3 JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

José Honório Rodrigues foi professor, historiador e ensaísta. Nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1913, e faleceu na mesma cidade em 6 de abril de 1987, aos 73 anos. Formou-se na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, na turma de 1937. Pretendia ingressar na política, mas seus planos e de muitos outros de sua geração foram modificados devido ao Estado Novo, ditadura imposta por Getúlio Vargas. Não se dedicou à advocacia e foi trabalhar no Instituto Nacional do Livro, com Sérgio Buarque de Holanda, aí permanecendo de 1939 a 1944. Viveu nos Estados Unidos de 1943 a 1944 devido a uma bolsa de estudos cedida pela Fundação Rockefeller para curso na Universidade de Colúmbia e pesquisas²⁸².

Figura 26 - José Honório Rodrigues na Academia Brasileira de Letras



Fonte: Autor desconhecido. <https://www.academia.org.br/academicos/jose-honorio-rodrigues>

De 1946 a 1956 deu aula na Instituto Rio Branco, tendo permanecido na seção de pesquisas do mesmo instituto, entre 1949 e 1950, trabalhando no arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Foi professor do Ensino Superior do Estado da Guanabara, de 1949 até aposentar-se;

²⁸² IGLESIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. I, 1988 p. 55-78, p. 57.

professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro por vários anos; professor visitante em diversas universidades norte-americanas; professor de Pós-Graduação na Universidade Federal Fluminense e de Doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um dos cargos mais importantes que ocupou na administração pública foi o de diretor do Arquivo Nacional, de 1958 a 1964. Depois, foi diretor Executivo da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI de 1964 a 1967 e membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em 1969 e terceiro ocupante da Cadeira 35²⁸³ (Figura 25).

Rodrigues era um erudito antes de tudo, e publicou quase 30 livros ao longo de sua carreira. Apesar de ter se envolvido com a política somente de forma indireta, sua atuação na Revista Brasileira de Política Internacional e no IBRI, somado ao alcance de seu livro seminal, *Brasil e África: outro horizonte*²⁸⁴, o posicionou em definitivo entre os membros da *intelligentsia* nacional que tiveram um papel fundamental na mudança da política externa brasileira para África.

Brasil e África: outro horizonte (1961), de José Honório Rodrigues foi uma das primeiras obras de historiadores brasileiros sobre África, e a primeira se posicionar contra o colonialismo. Nela o autor procurou realizar uma espécie de história geral, abarcando a história das relações entre África e Brasil do século XVI ao XX.

No livro, dividido em dois volumes, podemos perceber uma metodologia pontual. A forma como apresenta e articula suas fontes demonstra claramente seu trabalho como historiador. Os documentos que utilizou eram todos oficiais, como boletins, relatórios e documentos da ONU, de ministérios do governo brasileiro e de governos estrangeiros também, além de cartas, inventários, ofícios, atas de reuniões e anais da câmara de deputados. Rodrigues também se valeu de documentos e informações de outros autores, todos devidamente citados, além de uma vasta bibliografia.

Apresentou sua obra publicada em três edições (1961, 1964 e 1982), ampliadas e revisadas constantemente, e mais três edições sem alterações, totalizando seis tiragens, o que mostra o alcance do livro. Suas ampliações e revisões ocorreram no sentido de atualizar os desdobramentos das independências das colônias africanas e do posicionamento do Brasil perante elas, especialmente na ONU.

²⁸³ Informações biográficas retiradas da Academia Brasileira de Letras. <https://www.academia.org.br/academicos/jose-honorio-rodrigues/biografia> acessado em 10 de outubro de 2020.

²⁸⁴ RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

O autor também foi leitor de Gilberto Freyre, e o cita diversas vezes ao longo do texto, porém, sua abordagem é diferente. Na realidade, os dois tinham uma relação extremamente próxima, de amizade e trocas intelectuais²⁸⁵.

Diferentemente de Freyre, José Honório Rodrigues defendeu que a contribuição africana foi consideravelmente maior que a portuguesa para a constituição do Brasil. Para Rodrigues, o projeto de miscigenação, ao falhar na África e ser bem-sucedido no Brasil, demonstrou ser necessário mais do que a pré-disposição portuguesa para a vida nos trópicos, como romantizou Freyre. O sucesso da miscigenação racial brasileira, em sua perspectiva, atribuíu-se à escravidão, criadora de uma conjuntura social na qual as mulheres negras, demograficamente em maior número do que as mulheres brancas, eram submetidas à violência sexual por homens portugueses, gerando filhos considerados mestiços. Deste modo, a miscigenação ocorria sem nenhuma “glória” ao espírito aventureiro português, como era defendida por Freyre²⁸⁶.

José Honório Rodrigues trouxe à pauta temas ainda pouco explorados naquele momento, mas que iriam ter no futuro mais repercussão, como a ideia de um Atlântico Sul e sua defesa militar e estratégica e geopolítica. Leila Hernandez²⁸⁷ e Alberto da Costa e Silva²⁸⁸ o consideram um dos pioneiros no impulso dos Estudos Africanos no Brasil, e Valdemir Zamparoni²⁸⁹ o primeiro historiador brasileiro anticolonialista dos anos 1960.

A opinião de Rodrigues era muito similar à de Eduardo Portella, que lançou no mesmo ano, 1961, o livro *África: colonos e cúmplices*. O baiano Portella trabalhou no gabinete de Juscelino Kubitschek, era crítico literário e coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEEA, fundado em 1961 por Jânio Quadros. Em seu livro, o tom de crítica é acentuado, contendo sérias acusações ao descaso do Ministério das Relações Exteriores em projetar uma política para os países africanos, atitude do MRE que denomina de racista e conservadora²⁹⁰.

Ambos os autores, José Honório Rodrigues e Eduardo Portella fazem uma análise sem

²⁸⁵ FREIXO, André de Lemos. Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 143-172 – 2011, p. 11

²⁸⁶ RODRIGUES, José Honório Rodrigues. *Brasil e África: outro horizonte*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, 2ª edição, p. 55.

²⁸⁷ HERNANDEZ, Leila Leite. *História da África no Brasil*. Cerrados (UnB. Impresso), v. 19, p. 231-242, 2010, p. 224.

²⁸⁸ COSTA e SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 239.

²⁸⁹ ZAMPARONI, Valdemir D. Os estudos africanos no Brasil: veredas. *Rev. Educ. Pública*, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995, p.106.

²⁹⁰ PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961, p. 137.

concessões ao colonialismo, especialmente o português. Além disso, possuem uma visão mais crítica que muitos outros intelectuais acerca do lusotropicalismo. Porém, faziam coro a opinião unânime da *intelligentsia* nacional da visão do Brasil enquanto uma democracia racial, e que essa deveria servir de exemplo para o resto do mundo.

4.4 FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO DANTAS

Figura 27 - Francisco Clementino San Tiago Dantas, 1957



Fonte: Autor desconhecido, 1957. Arquivo Nacional, acervo Agência Nacional, referência BR_RJANRIO_EH_0_FOT_PPU_02734_0002

Francisco Clementino de San Tiago Dantas (Figura 26), nasceu no Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1911. Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional e foi professor catedrático de Legislação e Economia Política da Faculdade de Arquitetura; de Direito Civil e Comercial, da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas; de Direito Civil, da Faculdade Nacional de Direito e de Direito Romano, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Deputado Federal por

Minas Gerais e pelo PTB, de 1959 a 1961 e de 1963 a 1964. Membro e chefe de numerosas delegações do Brasil a reuniões internacionais²⁹¹.

San Tiago Dantas foi uma das figuras políticas e um dos intelectuais mais emblemáticos do Brasil. Sempre conciliou a carreira de advogado e professor universitário com a política. Integrou o mandato presidencial de Dutra e foi assessor pessoal de Vargas durante o seu segundo governo (1951-1954). Também fez parte da comissão que redigiu o documento que estabeleceu as diretrizes da política externa de Vargas antes dele tomar posse como presidente. Colaborou em diversas ocasiões com o ministro das Relações Exteriores de Vargas, João Neves Fontoura, com quem tinha relação de amizade²⁹².

Em 1955 se filiou ao PTB e se aproximou de João Goulart. Como já foi citado no primeiro capítulo, quando Jânio Quadros renunciou, seu chanceler, Afonso Arinos também se demitiu. João Goulart, empossado novo presidente convidou então Dantas para assumir o MRE, e nessa oportunidade, desenvolveu com refinamento e inovação a nova política externa do Brasil.

San Tiago Dantas foi chanceler de 11 de setembro de 1961 a 25 de junho de 1962. Nesse período, chefiou a delegação brasileira na Conferência de Ministros em Punta Del Este. Naquela ocasião Cuba foi expulsa da OEA, contrariamente ao voto do Brasil. Também foi o responsável pelo reatamento das relações diplomáticas do país com a URSS. Ele se afastou em definitivo da política em 1963, por conta de um câncer de pulmão, e faleceu em 6 de setembro de 1964, meses após o golpe de Estado.

Dantas publicou uma série de livros, matérias em jornais e seus discursos também foram impressos e compilados²⁹³. Do mesmo modo, há diversos trabalhos que se dedicam a analisar sua

²⁹¹ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 465.

²⁹² RIBEIRO, Renato Ferreira. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. 2016. 174f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2016, p. 89.

²⁹³ DANTAS, Clementino San Tiago. *Coletânea de textos sobre política externa*. HOLLANDA, Cristina Buarque de; LESSA, Renato (org.). DANTAS, Clementino San Tiago. Brasília: FUNAG, 2009. FUNAG. *O centenário de San Tiago Dantas e a Política Externa Independente*. Brasília: FUNAG, 2012.

produção intelectual por diversos âmbitos²⁹⁴. De acordo com Serra²⁹⁵, a vida intelectual de San Tiago Dantas pode ser dividida em três partes: seu momento inicial enquanto membro do integralismo (1930-1942), a do exercício da advocacia e magistério (1942-1957) e a do retorno à política (1958-1964).

Figura 28 - Dir/esq: primeiro-ministro, Tancredo Neves; ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas e ministro do Planejamento, Ulisses Guimarães. Entre setembro de 1961 e junho de 1962



Fonte: Autor desconhecido, data provável entre setembro de 1961 e junho de 1962. CPDOC/FGV/Arquivo Tancredo Neves/TN foto 0228.

²⁹⁴ Cito alguns: SERRA, Carlos Aguiar. *O pensamento político de San Thiago Dantas: uma análise crítica da conjuntura político-ideológica de 1958-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Sociais) – PUC, Rio de Janeiro, 1991. SEPULVEDA, José. A. M. *A educação nacional-desenvolvimentista de San Tiago Dantas*. In: 1º Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. ONOFRE, Gabriel. *Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – CPDOC, Rio de Janeiro, 2012. DUTRA, Pedro. *San Tiago Dantas: a razão vencida*. v.1. São Paulo: Ed. Singular, 2014. RIBEIRO, Renato Ferreira. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. 2016. 174f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2016.

²⁹⁵ SERRA, Carlos Aguiar. *O pensamento político de San Thiago Dantas: uma análise crítica da conjuntura político-ideológica de 1958-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Sociais) – PUC, Rio de Janeiro, 1991.

A título de curiosidade, é válido pontuar que no Arquivo Nacional há 58 caixas, contendo um acervo de 6500 documentos referentes a Francisco Clementino San Tiago Dantas, que refletem não só a sua história pessoal, mas o contexto da política nacional de uma parte significativa do século XX. Apesar do potencial destas fontes de pesquisa abundantes e fascinantes de desdobrarem por si só em um outro doutoramento, o objetivo aqui se centra em um importante documento: o programa do governo para a política internacional, apresentado à Câmara dos Deputados pelo presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves, em 28 de setembro de 1961 e em agosto de 1962, publicado em um formato prefaciado por Dantas. A Figura 27 traz San Tiago Dantas e Tancredo Neves trabalhando juntos.

De modo geral, em seus textos – principalmente o da terceira fase – fica claro que San Tiago era tanto um defensor quanto um intelectual que desenvolveu as ideias do nacional-desenvolvimentismo. Afirmava que a independência política só seria possível com a independência econômica, que só ocorreria com um enriquecimento intensivo, que viria através de um massivo incentivo do Estado brasileiro, e não de forma natural ou espontânea. Ainda criticava a acumulação de riquezas e defendia a distribuição de renda para diminuir as desigualdades do Brasil e a reforma agrária para fazer o país crescer²⁹⁶. Apesar deste posicionamento, tinha uma posição desfavorável ao comunismo e era visto com desconfiança por grupos de esquerda.

Este capítulo traz os principais intelectuais cujas ideias e movimentação política propiciaram a formulação e execução de uma nova política externa referente ao continente africano, aplicada através da PEI – Política Externa Independente. O nome de Dantas está fortemente vinculado a PEI, e ele é de fato seu principal ideólogo. Porém, é necessário ter em vista o esforço intelectual de diversos personagens para se chegar em tal política.

No prefácio da publicação da PEI²⁹⁷, San Tiago Dantas resumiu as ideias centrais dessa política em cinco pontos fundamentais:

- A. contribuição à preservação de paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- B. reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos;

²⁹⁶ DANTAS, San Tiago. *Significação do 11 de novembro*. Discurso. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 32, pacotilha 3.

²⁹⁷ Este documento foi publicado em diversos veículos. Nesta tese foi utilizada esta versão: DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Edição atualizada.

C. ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;

D. apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole.

Acredito que a esses quatro pontos se deva acrescentar um quinto, que não chegou a alcançar expressão plena nos meses de minha gestão, mas que se materializou no convênio assinado com os Estados Unidos para auxílio econômico ao desenvolvimento do nordeste brasileiro. Refiro-me à política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional (DANTAS, 1962, p. 9).

Ele escreveu o prefácio com maior liberdade do que no documento da PEI, que é um documento oficial do Estado e que não tem a assinatura de autoria pessoal, do mesmo modo e que não foi redigida e aprovada somente por ele. O próprio autor deixou claro que a política externa não é obra de um só homem, mas de um governo e dos profissionais competentes que compõe o Itamaraty e que assessoram a chancelaria em todas as decisões (p. 17). Logo, neste texto introdutório, transparece em suas palavras uma defesa mais eloquente e de certo modo, sua visão pessoal dessa política.

Dantas reafirmou a posição anticolonialista do Brasil, que defendia esta postura por motivos éticos e econômicos. Nos motivos éticos, diferente de outros intelectuais do período que apelaram para a ancestralidade africana, o autor se baseou na política de emancipação econômica e autodeterminação dos povos. No motivo econômico, afirmou que era necessário para uma competição justa de mercado.

Sobre o anticolonialismo, reconheceu que ocorreram deslizes na postura do país, que o erro foi apenas por dar às nações amigas a oportunidade de elas mesmas libertarem suas colônias, mas que os desvios de posicionamento do Brasil já haviam sido corrigidos. Ainda afirmou que mesmo se posicionando favoravelmente a Angola, os laços de solidariedade com Portugal eram mantidos (p. 16).

Já a PEI em si, enquanto um programa de governo, é uma fonte importante e muito interessante do período. O documento reafirma a ideia de unidade do MRE e da intenção de despolitizar a política externa, garantindo que o programa da política exterior é uma formulação de Estado, e não de governo, e que por isso ela segue uma linha de continuidade²⁹⁸.

Ali também é afirmada a posição de independência do Brasil, sem nenhum alinhamento a grupos e blocos definidos, visando sempre o interesse nacional e tratando todos os países em base

²⁹⁸ DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Edição atualizada, p. 21.

de igualdade. É defendida a autodeterminação dos povos e o princípio da não intervenção em relação a Cuba e o esforço de “promoção do desenvolvimento e da emancipação econômica e social, únicas capazes de fortalecer a estrutura política” dos países do hemisfério americano (p. 25).

O documento dedica quatro parágrafos a questão do colonialismo. No início, reafirma o que foi dito no prefácio de Dantas ao defender que:

Essa posição se funda em duas ordens de argumentos: em primeiro lugar, na solidariedade moral que nos une ao destino de povos oprimidos pelo jugo colonial e impossibilitados de auferirem a justa retribuição do esforço econômico nacional, pela sujeição aos interesses, nem sempre coincidentes, das metrópoles; em segundo lugar, sendo os povos coloniais produtores de matérias-primas que também exploramos, torna-se essencial eliminar as condições de prestação de trabalho e de operação econômica que os colocam em posição artificial de concorrência no mercado internacional. A esses argumentos cumpre acrescentar que a eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz, o que tem solidarizado a quase totalidade dos Estados independentes com os povos que lutam pela própria emancipação (DANTAS, 2011, p. 26).

Embora alinhado com o prefácio de Dantas, esse texto não reconheceu os desvios do país como fez o autor, nem tocou em questões específicas como a de Portugal e Angola. De modo geral, a PEI seguiu defendendo que a independência política dos povos acontecesse sem demora, mas não apontou caminhos ou pressionou nenhum órgão ou país para tal objetivo.

Em conclusão, a PEI buscava reafirmar sua continuidade enquanto política de Estado que tinha como tradição o princípio da não intervenção, da independência do país de blocos e grupos e da priorização da agenda e dos interesses nacionais em suas ações e alianças. Alguns países, blocos e problemas geopolíticos foram nomeados neste texto, mas não há nenhuma referência direta ao continente africano, o que deixa subentendido que a política do Itamaraty para África se resumia a questão do colonialismo.

4.5 O *DREAM TEAM* DA NOVA POLÍTICA BRASILEIRA PARA ÁFRICA

Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Oswaldo Euclides da Cunha Aranha, José Honório Rodrigues e Francisco Clementino San Tiago Dantas, junto com Álvaro Lins, Sérgio Correa do Lago e Eduardo Portella integraram um seguimento da elite intelectual, política e diplomata do Brasil, que algumas vezes articulados, mas não via de regra, iniciaram um processo de mudança na PEB, em especial no que tocava o continente africano.

José Flávio Sombra Saraiva afirmou:

A nova política para a África seria, antes de tudo, consequência natural das mudanças que vinham se processando no final da década de 1950 [...]. Ela teve endosso social e respaldo na engenharia política que unia as posições de diplomatas como Bezerra de Menezes e Álvaro Lins, líderes políticos que tinham forte penetração no pensamento diplomático como Oswaldo Aranha e Afonso Arinos e estrategistas de influência como San Tiago Dantas (SARAIVA, 1996, p. 60).

Obviamente, estes nomes não foram os únicos a contribuir para a mudança da PEB. Como foi mostrado no terceiro capítulo, o IBRI e o ISEB, importantes órgãos criados nos anos 1950, impulsionaram a política nacionalista e desenvolvimentista, que consequentemente, amparava uma nova política externa, que buscasse novos mercados para os produtos brasileiros e atendesse exclusivamente os interesses da nação, sem prejuízos causados pelas questões ideológicas da Guerra Fria.

Além destes dois institutos, começou naquele momento, dentro de algumas universidades, o incentivo às pesquisas relacionadas à África, institucionalizando os Estudos Africanos no Brasil em 1959, com o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Como já foi citado no primeiro capítulo, Jânio Quadros criou em seu governo o IBEEA, Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, que foi um órgão ligado diretamente à presidência²⁹⁹. Além disso, em 1963 foi fundado o Centro de Estudos e Cultura Africana junto à Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FLCH/USP), hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA).

É interessante pontuar que naquele contexto do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960, o *lobby* português era muito ativo, e uma parte do Itamaraty queria continuar seguindo uma política externa de tradicional servilismo aos interesses europeus e estadunidense. Pode-se perceber que os centros de pesquisa sobre África foram criados primeiro na Bahia, depois no Rio de Janeiro e São Paulo. O IBEEA no Rio de Janeiro, foi subordinado diretamente à presidência, com sede no Ministério da Educação ao invés de estar sob o domínio do MRE, local onde a influência portuguesa era intensa. Talvez esta configuração geográfica e política (no que disse respeito ao IBEEA), tenha

²⁹⁹ PEREIRA, José Maria Nunes. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

sido um agente facilitador, sofrendo menos interferência nesta empreitada rumo à África.

Álvaro Lins escreveu acerca da grande influência lusitana, usada para impedir o Brasil de abrir consulados em Moçambique e Angola:

Dizem, não sei, que é a própria Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, com bastante jeito e muitas artimanhas, quem vai conseguindo no Itamarati – com a sua influência junto a certos setores em estado de paixão franco-salazarista – o adiamento, o adiamento, o adiamento, o adiamento... Como naquele caso das feiticeiras da tragédia de Macbeth, poder-se-ia dizer: roem, roem, roem... E dizem aqui, os que o conhecem de perto, que o novo representante do Governo português, o Embaixador Rocheta, é um especialista como animal roedor em tal gênero de coisas... (LINS, 1960, p. 279).

De qualquer modo, cada um destes homens, destes argonautas, mesmo com origens, profissões, visões, pretensões e opções políticas diferentes tinham em comum alguns pontos em sua visão de como o Brasil devia se relacionar com a África. Todos defendiam que o Brasil deveria seguir um pragmatismo econômico no que dizia respeito nas disputas ideológicas do capitalismo x comunismo. Também acreditavam que o país tinha uma predestinação de liderança, que era uma democracia racial e deveria servir de exemplo para o mundo.

Logo, a política externa para África que almejavam tinha a raça como discurso estruturante e o lusotropicalismo, em diferentes intensidades, como arcabouço teórico. Além disso, era pautada em um viés culturalista, centrado na familiaridade e na história comum a ambos os lados do Atlântico, como forma de seduzir e se aproximar dos africanos³⁰⁰.

³⁰⁰ LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, out de 2008, p. 58.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E que o passado abra os presentes pro futuro.
Taiguara (1973)

“Estou cada dia mais convencido de que, ao fim deste século, com cem milhões de brasileiros, se não tivermos medo aos outros ou a nós mesmos, o Brasil figurará, pelo seu povo, pela sua cultura, pela sua lavoura, pela sua indústria e por suas instituições, entre os mais ricos, maiores e mais poderosos líderes da comunhão mundial”.
Oswaldo Aranha (1959)

Pouco antes de sua renúncia, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros escreveu o artigo *Nova política externa do Brasil* para a revista *Foreign Affairs*, a respeito da posição do Brasil em assuntos internacionais, explicando que:

Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje. As nações da América Latina que se tornaram politicamente independentes no curso do século XIX tiveram o processo de desenvolvimento econômico retardado por circunstâncias históricas e a África, que apenas recentemente se tornou politicamente livre, junta-se a nós, neste momento, na luta comum pela liberdade e pelo bem-estar. Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos conceitos de vida e métodos políticos ocidentais. Nosso país deveria tornar-se o elo, a ponte entre a África e o Ocidente, desde que estamos tão intimamente ligados a ambos os povos. Enquanto pudermos dar, às nações do Continente Negro, um exemplo de completa ausência de preconceito racial, juntamente com provas cabais de progresso sem solapar os princípios da liberdade, estaremos contribuindo decisivamente para a integração efetiva de todo o continente num sistema ao qual estamos presos por nossa filosofia e tradição histórica³⁰¹.

Ou seja, pelo fato de o Brasil ser um país miscigenado em desenvolvimento, deveria então ser a ponte entre o Ocidente branco desenvolvido e uma África negra subdesenvolvida.³⁰² Além disso, devido às ideias do lusotropicalismo, o país ocupava, nesta perspectiva um papel de herdeiro de Portugal, cujo legado de influência nas ex-colônias lusitanas deveria ser mantido. Álvaro Lins expressou bem este pensamento:

³⁰¹. Em língua portuguesa, este texto escrito para a *Foreign Affairs* foi publicado pela *Revista Brasileira de Política Internacional* (n.16, p. 150-156, dez. 1961). Esta versão foi reproduzida no livro *Documentos da política externa independente*, organizado por Álvaro da Costa Franco pela Fundação Alexandre de Gusmão em 2007.

³⁰² D'ÁVILA, *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 51

Realmente, se haveremos de ser um dia os herdeiros, não da colonização, mas da influência de Portugal em territórios como o de Angola, devemos ir-nos preparando para essa missão e essa responsabilidade, com a nossa presença, com a nossa assistência aos nativos, com as nossas comunicações mais produtivas com os seus habitantes, em matéria de valores de cultura e produtos de comércio. Ora, essa presença, essa aproximação, essa participação, essa influência nossa em Angola e Moçambique, sobretudo em Angola – eis o que o Governo português não deseja, o que procura evitar a todo custo, embora os disfarces sabidos e as contra-medidas subterrâneas a seu alcance. Está bem informado o Governo português de que em Angola preferem o que vem do Brasil ao que o que vem de Portugal, sentindo os seus habitantes mais afinidades com a nossa cultura de hoje – e cultura aqui no sentido completo de “ideal” e “material” – do que com a cultura portuguesa da presente época salazarista. Preferem nossos livros, os nossos produtos manufaturados, as nossas revistas, os nossos jornais; sentem mais afinidades com as nossas ideias doutrinárias, com os nossos processos democráticos de vida pública, com os nossos costumes sociais e estilos de existência (LINS, 1960, p. 277).

Fica explícito assim, e posteriormente com a publicação oficial da PEI, que o mote da política externa do Brasil para África seria a diplomacia cultural, visando o interesse econômico. Com o projeto desenvolvimentista a pleno vapor, era primordial acessar novos mercados e vender os produtos manufaturados nos novos e crescentes parques industriais brasileiros.

Como foi citado na introdução, a diplomacia cultural tem por função favorecer a obtenção de interesses econômicos, comerciais e de desenvolvimento, conquistando prestígio e confiança através da cooperação, diálogo e da construção de uma identidade ou de uma imagem internacional favorável, cujo substrato é o capital cultural do país³⁰³.

Assim, o projeto da diplomacia cultural para a política externa foi pautado no lusotropicalismo de Gilberto Freyre e no ideal de democracia racial. Foi um projeto baseado em uma ideia falsa e facilmente desmascarada, a ver o diplomata Sérgio Corrêa do Lago e seu racismo com Raymundo de Souza Dantas, mesmo sendo precursor no Itamaraty na defesa de uma nova política para África. Por conseguinte, sendo a missão diplomática de Raymundo de Souza Dantas o exemplo máximo desta nova política, ela de fato não poderia ser bem-sucedida. Conforme Leite:

A PEI, nesse sentido, não passou de um esboço, um protocolo de intenções, um programa que não contava com capacidade de ser implementado, considerando o momento político. Não era mesmo viável ir além disso, tendo em conta o próprio contexto interno vivenciado pelo Brasil. Ainda assim, não deixou de abordar aspectos importantes, que seriam recuperados mais adiante, em panorama mais favorável e oportuno (LEITE, 2018, p. 36).

³⁰³ BARÃO, Giulia Ribeiro. *A diplomacia cultural na política externa do governo Lula: um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010)*. 2012. 108f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Relações Internacionais) – da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2012, p. 19.

Na perspectiva do Jogo de Escalas de Jacques Revel³⁰⁴, ao refletir sobre a experiência de Dantas não mais de forma interna, mergulhada no diário, mas de um olhar externo, vendo o contexto do Brasil e do lusotropicalismo; tem-se uma situação extremamente complexa de ser analisada.

Percebe-se assim as barreiras, desafios e o lugar estratégico do continente africano para as pretensões geopolíticas do país e quais as ferramentas mobilizadas que levaram a traçar o projeto de política externa que culminou na abertura das embaixadas em África e na nomeação de Raymundo de Souza Dantas para o cargo de embaixador.

Naquele contexto dos anos 1950 e 1960, o Movimento Negro e diversos setores acadêmicos questionavam a democracia racial brasileira, mas para a elite que fazia parte desta *intelligentsia* (e também outros grupos das classes altas da sociedade) essa ideia era uma crença confortavelmente arraigada, que os conciliava com suas heranças escravistas, mas que não causava nenhum tipo de mudança social.

É interessante perceber as questões envoltas na crença da democracia racial que também estavam presentes nas ideias de Raymundo de Souza Dantas. Naquele momento, Dantas até tinha compartilhado algumas experiências com o Movimento Negro, mas seu pensamento acerca da raça era confuso e contraditório.

Em seu diário, ele relatou que adquiriu uma cópia de *Condenados da Terra*, de Franz Fanon, em uma livraria em Dacar³⁰⁵. Sobre o livro, afirmou que “é um dos mais violentos libelos escritos em África” (DANTAS, 1964, p.26).

Em realidade, Dantas negou Fanon, do mesmo modo que negou a si mesmo durante aquela experiência diplomática. Esta era a única forma de conseguir performar o que lhe foi proposto e o que era esperado dele enquanto embaixador da “democracia racial”. Abraçar e se identificar com a obra de Fanon era dizer não e voltar-se contra a sua missão. Por não conseguir fazê-lo, passou por tanto sofrimento³⁰⁶.

³⁰⁴ REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV: 1998.

³⁰⁵ DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil* (Missão Condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965, p. 26.

³⁰⁶ A leitura do livro *Políticas da inimizade*, de Achille Mbembe, me ajudou a compreender esta relação entre o autor de *Condenados da Terra* e o embaixador.

De fato, os sentimentos descritos em seu diário lembram a ansiedade e a alienação que Franz Fanon expressou em sua obra³⁰⁷. Essa alienação se refletia na luta travada internamente por Dantas com o que significado de ser negro e ser brasileiro em África. Assim ele escreveu:

Por motivos óbvios, não me seria difícil passar por um nativo, mas havia outros, sem qualquer relação com a cor e sim com o meu modo de ser e ver as coisas, sendo como sou homem de outro mundo, que me impediram a intimidade na medida do desejado. (DANTAS, 1964, p.35).

Compreender a diferença entre ser negro e ser africano, e mais, ser um homem negro brasileiro representando a democracia racial do Brasil era uma coisa que ele tinha que enfrentar. Contudo, se havia algo que desde o início ele já sabia era que, embora os brasileiros brancos celebrassem as raízes africanas da identidade nacional, não reconheciam a população negra enquanto seus pares. Muito menos admitiam partilhar o poder, prestígio e autoridade com pessoas negras, principalmente nas instituições públicas, que de modo geral eram o reduto da elite e da classe média altamente escolarizada. Por isso, sua missão era um sofrimento.

Em 1982, Haroldo Costa publicou um pequeno texto a partir de um depoimento de Raymundo de Souza no livro *Fala, Criolo*³⁰⁸. Ali mais uma vez ele narra sua trajetória de vida. Porém, já aos 59 anos e completados 20 de sua missão diplomática, sua percepção acerca daquela experiência mudou. Em seus termos:

Fiquei à frente de nossa representação diplomática em Gana, de setembro de 1961 a janeiro de 1964, o governo brasileiro me deu a condição mais alta que alguém da minha raça e da minha origem já teve, mas ao mesmo tempo me deu condições de verificar que ser Embaixador negro não era tão importante quanto ter a consciência do problema da emancipação negra. Foi uma experiência inesquecível, tremendamente enriquecedora, altamente elucidativa. Esta circunstância me levou a uma compreensão mais realista, mais adequada do que é realmente o problema da África em face das comunidades negras do resto do mundo, da diáspora negra. Reajo como brasileiro nato, não sou africano desterrado, mas não posso deixar de considerar que é importante o que acontece na África, do ponto de vista da independência (HAROLDO, 1982, p. 232).

De certo modo, suas palavras dão a impressão de que com o passar dos anos Dantas se reconciliou com a experiência que teve em Gana e definiu sua percepção sobre o que é ser negro e brasileiro. Além disso, naquele momento já não tinha mais amarras para criticar a democracia racial: “Mas é preciso também fazer do nosso país uma democracia racial e não a balela que está

³⁰⁷ FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

³⁰⁸ COSTA, Haroldo. *Fala, Criolo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1982, p. 225-232

aí, institucionalizada. Até certo ponto ela existe para algumas minorias, mas não para o negro, que não recebe os dividendos daquilo que lhe deve a sociedade brasileira” (HAROLDO, 1982, p.232).

Raymundo de Souza Dantas viveu como drama pessoal o surgimento de um novo Brasil, para o qual o Itamaraty ainda não estava pronto (e me pergunto se em 2020 está). Ele foi um dos marinheiros da nau chamada Política Externa Independente, portanto um dos argonautas que nos ajudaram a atravessar o Atlântico em busca da construção de um novo país.

A experiência de Dantas foi a pista que me levou aos caminhos do processo de gestão da PEI, e pude mergulhar no contexto nacional e internacional dos anos 1950 e 1960. Partindo deste argonauta, compreendi as novas configurações geopolíticas mundiais e seus desdobramentos e a oportunidade de crescimento do país que um grupo bem específico de pessoas, que estavam na hora certa no lugar certo, vislumbraram para a nação. Busquei assim, apresentar o nascimento da Política Externa Independente articulada ao projeto de desenvolvimento nacional brasileiro através da experiência pessoal de Raymundo de Souza Dantas

Em diversos momentos na construção desta narrativa, me deparei com a possibilidade de transformá-la em uma biografia do embaixador, cuja história de vida merecia por si só uma tese. Entretanto, as fontes me guiaram do micro para macro, expandindo a pesquisa em alguns aspectos, como a Conferência de Bandung e a emergência do Terceiro Mundo, para uma escala global. E em outros, com os intelectuais, diplomatas, políticos, o surgimento dos institutos, para uma escala nacional.

Bem verdade, as questões nacionais aqui debatidas também abriram oportunidades de aprofundar diversos assuntos acerca da realidade daquele contexto, mas que não foram possíveis nesta tese. Cito como exemplo do que gostaria de ter me dedicado de forma mais intensa, o debate acerca da criação e assinatura do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, a dimensão e impacto do ISEB e IBRI na política e academia brasileira, e a história da elite nacional no Itamaraty. Espero, em outras oportunidades, debruçar-me sobre estes assuntos.

A História do Tempo Presente pratica o exercício de buscar as continuidades e discontinuidades de práticas ao longo do tempo. Passados mais de 50 anos da formulação e inauguração da PEI, e analisando criticamente o Brasil de 2020, o Itamaraty de 2020 e o chanceler a frente deste órgão, é muito difícil não pensar de forma pesarosa nas discontinuidades.

Há uma enorme quantidade de trabalhos que comparam a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961 – 1964), com o Pragmatismo Responsável de Ernesto Geisel

(1974 – 1979) e a Política Ativa e Altiya de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2011). De fato, as similaridades são muitas, e em grande parte são baseadas no que os intelectuais que formaram a *intelligentsia* nacional dos anos 1950 e 1960 pensaram e traçaram para o país.

A forma como lidavam com a questão racial era extremamente problemática, em uma mistura de negação e racismo. Porém, o futuro do Brasil e o potencial imenso que vislumbravam para o nosso país era muito bonito e otimista. Além disso, o pensamento destes diplomatas e intelectuais, criou o que pode ser caracterizado como uma Escola Diplomática Brasileira, que mediou momentos importantes na humanidade, é tida como exemplo a ser estudado por demais países e que (ainda) é respeitada no mundo todo.

REFERÊNCIAS

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1230&sid=115&tpl=printerview>. Acessado em 05 de novembro de 2015.

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3663&Itemid=112&lang=pt-BR Acessado em 01 de fevereiro de 2016.

www.letras.ufmg.br/literafro Acessado em 01/09/2017.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=Raymundo&pagfis=17157 Jornal do Brasil Acessado em 10 de março de 2020.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-euclides-de-sousa-aranha> Acesso em 10 de setembro de 2020.

<https://www.academia.org.br/academicos/jose-honorio-rodrigues/biografia> Acessado em 10 de outubro de 2020.

[Http://memorialdademocracia.com.br/card/conservador-na-agenda-economica-progressista-na-politica-externa](http://memorialdademocracia.com.br/card/conservador-na-agenda-economica-progressista-na-politica-externa) Acessado em 14 de setembro de 2020.

http://www.raulmendessilva.com.br/missoes_o_brasil_volta_a_africa_port.shtml Acessado em 10 de outubro de 2020.

[Https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Viscount_of_rio_branco.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Viscount_of_rio_branco.jpg) Acessado em 09 de outubro de 2020.

[Http://guiaculturalcentrodorio.com.br/museu-historico-e-diplomatico-palacio-itamaraty/](http://guiaculturalcentrodorio.com.br/museu-historico-e-diplomatico-palacio-itamaraty/) Acessado em 09 de outubro de 2020.

<https://www.indiatoday.in.com> Acessado em 20 de setembro de 2020.

[Https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/aranha-osvaldo-fotografia-de-not%C3%ADcias/640478597?adppopup=true](https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/aranha-osvaldo-fotografia-de-not%C3%ADcias/640478597?adppopup=true). Acessado em 20 de setembro de 2020.

ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do Iseb. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do Iseb*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Acervo Jornal Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

Acervo Agência Nacional. Arquivo Nacional.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: Educ, 2013.

AREND, Silvia; LOHN, Reinaldo. Introdução. In: AREND, Silvia (Ogr). *Um país impresso: História do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980*. Curitiba: Editora CRV, 2014.

Arquivo Tancredo Neves/TN foto 0228. CPDOC/FGV.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998.

ALENCASTRE, Amilcar. *Oswaldo Aranha, o mundo afro-asiático e a paz*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do M.T.P.S – RJ, 1961.

_____. *A Rebelião dos Povos Coloniais*. Rio de Janeiro: Editora Prado, 1962.

_____. *O Brasil, a África e o futuro*. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1969.

_____. *América Latina, África e Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Editora Paralelo, 1980.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O Que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, v.3: Ciência Política. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES 1999, p. 191-255).

_____. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: ano 36, nº 1, 1993, p. 11-36.

_____. O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a Revista Brasileira de Política Internacional: contribuição intelectual (1954 a 2014). *Boletim Meridiano* 47, vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 3 a 18].

_____. Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 41, n. spe, 1998.

ALMEIDA, Rodrigo Davi. Jean Paul Sartre e o Terceiro Mundo. In: *IV Congresso Internacional de História: - Anais Eletrônicos*. Jataí: Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, 2014.

ALVES, Vágner Camilo, KALHIL, Suhayla. Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 36, no 2, julho/dezembro 2014, p. 683-708.

ARANHA, Oswaldo. *Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas*. Arquivo Estevão Leitão de Carvalho, lote 507, livro 3. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

_____. *Carta de Oswaldo Aranha ao presidente Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1957. CPDOC/FGV, Ref OA 57.09.06, 1957. CPDOC/FGV

BARÃO, Giulia Ribeiro. *A diplomacia cultural na política externa do governo Lula: um novo*

projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010). 2012. 108f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Relações Internacionais) – da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2012.

BARBOSA, Marialva. *História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual*. Verso e Reverso: Revista da Comunicação. v. 23, n. 52, 2009.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARIANI, Edison. UMA INTELLIGENTSIA NACIONAL: Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 249-256, Maio./Ago. 2005.

BARROS, José Costa D'assunção. O tratamento historiográfico de fontes dialógicas. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Ano 3, nº 4, julho 2001.

BISSIO, Beatriz. Bandung, Não-alinhados e mídia: o papel da revista "Cadernos do Terceiro Mundo" no diálogo Sul-Sul. In: *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.4, n.8, Jul./Dez. 2015.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: *Escritos sobre a História*. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.41-78.

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BRINGEL, Tâmara Galdino. As críticas no “último” ISEB ao projeto nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe. *Revista Iniciativa Econômica*, Araraquara, v. 4 n. 1, janeiro-junho de 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões práticas: sobre teoria e ação*. Campinas: Papirus, 2001.

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012.

CARDOSO, Cíntia. *Branquitude na educação infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis*. 2010. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2018.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Notas sobre o Movimento Negro. In: *Educando para as Relações Étnico-Raciais II*/Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. – Curitiba: SEED – PR, 2008.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (2): 8-25 [2008].

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 4ª edição, 2011.

CHEIBUB, Zairo. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v.28, n.1, p.113-131, 1985.

COSTA, Haroldo. *Fala, Crioulo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1982.

COSTA e SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. *Patrimônio e Memória*: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013.

D'ÁVILA, *Hotel Trópico*: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Coletâneas de textos sobre Política Externa*. [Org. Renato Lessa; Cristina Buarque de Hollanda]. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. *O centenário de San Tiago Dantas e a Política Externa Independente*. Brasília: FUNAG, 2012.

_____. *Política externa independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Edição atualizada.

_____. *Significação do 11 de novembro*. Discurso. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 32, pacotilha 3. Arquivo Nacional.

DANTAS, Raymundo de Souza. *Um começo de vida (depoimento biográfico)*. Campanha de educação de adultos. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: 1949.

_____. *África Difícil* (Missão Condenada: Diário). Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

_____. O Negro no Contexto Político Brasileiro. *Anais do Congresso Afro-Brasileiro: Os Afro-brasileiros*. Coordenado por Roberto Motta. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017.

_____. *TELEGRAMA*. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 03 de março de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

_____. *TELEGRAMA*. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 02 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

_____. *TELEGRAMA*. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 17 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

_____. *CARTA-TELEGRAMA*. Cartas-telegramas (1961-1963). Livro 0030. Divisão África. ACRA. Acra, 20 de novembro de 1960. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

DANTAS, Roberto de Souza. *Roberto de Souza Dantas: depoimento* [ago. 2017]. Parte I Entrevistador: Nabor Jr. Entrevista cedida ao programa O Menelick 2º Ato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FWIDILnLYqg>. Acesso em 10 de fev. 2019.

_____. Roberto de Souza Dantas: depoimento [ago. 2017]. Parte II Entrevistador: Nabor Jr. Entrevista cedida ao programa O Menelick 2º Ato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a57-RQNKJ2w>. Acesso em 10 de fev. 2019.

_____. Roberto de Souza Dantas: depoimento [ago. 2017]. Parte III Entrevistador: Nabor Jr. Entrevista cedida ao programa O Menelick 2º Ato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=APzO4l9L31k>. Acesso em 10 de fev. 2019.

DÖPCKE, Wolfgang. “*Uma nova política exterior depois do apartheid?* Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 41, nº 1, 1998, p. 132-160.

DÖPCKE, Wolfgang (Org). *Crises e reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos*. Brasília: Linha Gráfica, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)/Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, dez. 2002.

FALCÃO, Ildefonso. *OFÍCIO*. Livro – 35/05/08. Ofícios recebidos. Nova Delhi, outubro/dezembro de 1954. Arquivo Histórico do Itamaraty.

FANON, Franz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Contexto Int.* vol.34 no.1 Rio de Janeiro: Jan./Jun. 2012.

FASAKIN, Akinsbode. A África e a historiografia das Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v.3, n.5, Jan./Jun. 2018, p. 09-31.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil, 1954-1964. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013.

FONSECA, Gerson. Francisco Clementino San Tiago Dantas: o conflito Leste-Oeste e os limites do argumento racional. In: PIMENTEL, José Vicente de Sã (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* – Vol. III. Brasília: FUNAG, 2013.

FONSECA JR, Gerson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre nações*. São Paulo: Paz e Terra, 2a ed., 2004.

FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. *Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira: uma análise da construção da tradição*. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PUC, Rio de Janeiro, 2010.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

_____. *Planalto: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

FRANCO, Álvaro da Costa Franco (Org.). *Documentos da política externa independente*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FREIXO, André de Lemos. Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 143-172 – 2011.

GRAMSCI, Antonio; SADER, Emir (Orgs). *Gramsci: Poder, Política e Partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 43, novembro de 1995.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Afonso Arinos de Mello Franco: atualidade e paradoxo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sã (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* – Vol. III. Brasília: FUNAG, 2013.

GOLDBERG, Beatriz Sabia. *O limite das relações internacionais como campo de conhecimento: a busca de perspectivas críticas em Michel Foucault* Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2018.

GOMES, Daniel Costa. Oswaldo Aranha: prática e pensamento diplomático entre 1945 e 1960. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. 7 (1), 2016.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HERZ, Marina. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, janeiro/junho 2002, pp. 7-40.

HERNANDEZ, Leila Leite. *História da África no Brasil*. Cerrados (UnB. Impresso), v. 19, p. 231-242, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HORTA, Marina Luiza. *A imagem improvável de Raymundo de Souza Dantas – apontamentos sobre vida*. 2015. 145f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

IGLESIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. I, 1988 p. 55-78.

INSTITUTO RIO BRANCO. Breve História do Instituto Rio Branco. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/historia>. Acesso em 16 de maio de 2019.

Informações. *Afro-Ásia*, 2-3 (1966), p. 177-182.

Informações. *Afro-Ásia* 6-7 (1968), p. 145-149.

Informações. *Afro-Ásia* 8-9 (1969), p. 131-142.

Informações. *Afro-Ásia* 12 (1976), p. 247-251.

Jornal do Brasil, 05 de abril de 1961. Biblioteca Nacional Digital.

KARNAL, L; TATSCH, F. G. Documento e História. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

KOIFMAN, Fábio. Raymundo Souza Dantas O primeiro embaixador negro da “democracia racial” brasileira. In: FERREIRA, Jorge; CARLON, Karla. *A República no Brasil: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura*. Niterói, Eduff, 2019.

KOCHER, Bernardo. A economia política do Terceiro Mundo entre 1955 e 1979. *Anais do VI Congresso ABPHE*, 2005. p. 6.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. *OFÍCIO*. Ofícios (1961-1962). Livro 0007. Divisão África. ACRA. Lago, 12 de maio de 1960. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. *CARTA-TELEGRAMA*. Cartas-telegramas (1961-1963). Livro 0030. Divisão África. Acra, 11 de março de 1960. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. *Memorando DPo/3 para o chefe da Divisão Política*. 03/01/1957. AMRE, 900.1 (42), Política Internacional, Brasil, 1944/1965. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, out de 2008.

LEITE, Fernando Sousa. O Brasil olha para a África: lusotropicalismo na abertura da política externa brasileira para o continente africano. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v.3, n.5, Jan./Jun. 2018, p. 33-47.

LEITE, Ilka Boaventura (org). *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. Hélio Jaguaribe: A Geração do nacional-desenvolvimentismo. In:

Pensamento Diplomático Brasileiro. Brasília: FUNAG, 2013.

LIMA, Marcelo Alves de Paula. History and Engagement in the Work of Bezerra de Menezes. *Contexto Internacional* vol. 42(1) Jan/Apr 2020.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Bras. Polít. Int.* vol. 1, n. 48, 2005, p. 24-59.

LIMA, Maria Regina Soares; MOURA, Gerson. A trajetória do Pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (orgs). *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro*. Volume I. Brasília: FUNAG, 2017.

LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 14 No 41, outubro 1999.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAPA, Dhiego de Moura. O significado das relações sul-sul para a diplomacia brasileira: a obra de Adolpho Justo Bezerra de Menezes e o pensamento brasileiro sobre o sul global. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento*: um enfoque multidimensional, volume 04, número 05, agosto 2016.

MATOS, Pedro Andrade. A dimensão cultural na política africana do Brasil (1960 – 2010). *BRASILIANA: Journal for Brazilian Studies*. Double Issue Vol. 8 Nos. 1-2 (2019).

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Portugal: Antígona, 2017.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”? : controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Revista Espaço Plural*, nº 27, 2012, pp. 39-53.

MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. *Memorando Confidencial*. 1961 (jan a jun). Memorandum de 02 de janeiro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. *Memorando Confidencial*. 1961 (jan a jun). Memorandum de 17 de abril de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. *Memorando Confidencial*. 1962 (jul a dez). Memorandum de 30 de julho de 1962. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*. Rio de Janeiro: Folha

Carioca Editora, 2ª edição, 1960.

_____. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro, 1956.

_____. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. *Subdesenvolvimento e política internacional*. Rio de Janeiro: GRD. 1963.

_____. *Um diplomata no Oriente*. Rio de Janeiro, Editora Ágora, 1997.

MILES, Tshombe. Abdias Nascimento e a tradição intelectual Afrodiaspórica. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n. 2, p.106-136, jul./dez., 2017.

MINISTRY OF EXTERNAL RELATIONS. *Brazil, 1966*. Administration Department, Brasil, 1966.

MOREIRA, Marcílio Marque; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (Orgs.). *Atualidade de San Tiago Dantas*. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MOURA, Cristina Patriota. O inglês, o parentesco e o elitismo na Casa de Rio Branco. *Cena Internacional*, ano 8, nº 1, 2006.

_____. *Rio Branco: a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: um processo de racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Grandes Vultos que Honraram Senado: Abdias Nascimento*. Brasília: Editora do Senado, 2014.

NASCIMENTO, Raphael de Oliveira. *Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964*. 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006.

O Mundo Ilustrado, edição 25 de setembro de 1959. Biblioteca Nacional Digital.

OFÍCIO. Divisão África. ACRA. *Ofícios (1961-1962)*. Livro 0007. Ofício de 08 de novembro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

OFÍCIO. Divisão África. ACRA. *Ofícios (1961-1962)*. Livro 0007. Ofício de 06 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

OFÍCIO. Divisão África. ACRA. *Ofícios* (1961-1962). Livro 0007. Ofício de 05 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

OLINTO, Antônio. *Brasileiros na África*. São Paulo: GRD, 1980.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África*. 1987. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1987.

_____. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2001.

PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). *Rev. Bras. Polít. Int.* 44 (1): 69-93 [2001].

_____. A Evolução da política africana no Brasil contemporâneo. Trabalho apresentado no *II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação, Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais”*, 2009.

_____; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 39, janeiro-junho de 2007.

PEREIRA, Analúcia Danilevycz Pereira. MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* v.4, n.7, Jan./Jun. 2015.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991.

_____. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

PEREIRA, Mariana Moreira. O Continente africano sob a perspectiva da Teoria Crítica das Relações Internacionais: uma alternativa às limitações das teorias clássicas. *Novas Fronteiras: Revista acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul* - v.3, n.2, (Jun-Dez 2016).

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951–1974). *Revista UFG*, Junho 2009, Ano XI nº 6, p. 152.

PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961.

QUADROS, Jânio. A Nova Política Externa do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 16, p. 150-156, dez. 1961.

RAMPINELLI, Waldir José. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. *Revista Lutas Sociais*, v. 17/18, 2007.

Relatório de Atividades. *Estudos Afro-Asiáticos*, n 13, (1987), p. 116.

RELATÓRIO DE FIM DE COMISSÃO (viagem de instrução de guardas-marinha). Navio-escola “Custódio de Mello”, 1968, p. A-3. Rio de Janeiro. Arquivo Histórico da Marinha do Brasil.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV: 1998.

Revista Brasileira de Política Internacional, 1 (1), 1958, capa anterior e segunda contra capa.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP. *Leviathan*, n. 1, 2004, p. 99-117.

_____. Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-Guerra Fria. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n. 35, fev. 2010, p. 55-79.

_____. Brasil-África: notas sobre política externa e comércio exterior (1985-2005). *Afro-Ásia*, n. 35, 2007, p. 281-314.

RIBEIRO, Renato Ferreira. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. 2016. 174f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2016.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JR, Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970-1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

_____. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. *Rev. Bras. Polít. Int.* Vol. 46, n. 2, 2003, p. 113-137.

_____. Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-

Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n. 3, 2003, p. 517-555.

SANTOS, Norma Breda de. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, n.1, P.11-39, 2005.

SANTOS, Vanicléia Silva. A redescoberta da África no Brasil: As pesquisas em História da África no Brasil (1992-2012). In: FERRAO, J. (Org.). *Ensino Superior e Investigação Científica no Espaço da CPLP*. LISBOA: AULP, 2012, v. 22.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959 - 1987*. 2015. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2016.

_____. *A introdução dos estudos africanos no Brasil: 1959-1987*. Curitiba: CRV, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. *Biblioteca do Pensamento Brasileiro*. Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Câmara de Deputados, 1981, vol. 6.

SECCO, Lincoln Ferreira. *A Revolução dos Cravos e a Crise do Império Colonial Português*. São Paulo: Alameda Casa Editorial/Fapesp/Cátedra Jaime Cortesão, 2004.

SERRA, Carlos Aguiar. *O pensamento político de San Thiago Dantas: uma análise crítica da conjuntura político-ideológica de 1958-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas e Sociais) – PUC, Rio de Janeiro, 1991.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5 e. d. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, João Vitor Miranda de Souza da; BIANCO, Matheus Ibelli; HOPPE, Fernando Luiz Gewehr. Do ceticismo de Bandung à cooperação da PEI – As primeiras relações do Brasil com o Terceiro Mundo. *Revista Perspectiva*, v. 12, n. 22 (2019), p. 123-141.

SILVA, Marina Luiza Horta. *A imagem improvável do escritor: Raymundo de Souza Dantas – apontamentos sobre vida e obra*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Arivaldo S. de. Racismo institucional: para compreender o conceito. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 3 – jan. de 2011, p. 77-87.

SOUZA, Arlindo José Reis de. *O orientalismo no (Luso)Trópico Americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. 2011. 234 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011.

SOUZA, Hannah Guedes de. O *ethos* do Itamaraty: análise sobre a instituição e a socialização dos diplomatas. *Estudos Sociopolíticos e Internacionais da América do Sul Espirales*, v. 2, n. 3, dezembro de 2018.

SPITZER, Leo. *Vidas de entremeios: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SUKARNO. Discurso de abertura da Conferência de Bandung, 18 de abril de 1955. http://www.cvce.eu/obj/opening_address_given_by_sukarno_bandung_18_april_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html. Acessado em 13 de agosto de 2020.

TELEGRAMAS 1961-1966. Divisão África. ACRA. Livro 026. 17/07/1961. Brasília, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

TELEGRAMA. Divisão África. ACRA. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Telegrama de 30 de outubro de 1961. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

TRIGUEIRO, Oswaldo. *OFÍCIO*. Livro – 22/02/13. Ofícios recebidos. Jacarta, janeiro/junho de 1955. Arquivo Histórico do Itamaraty.

TOLEDO, Caio Navarro. *Iseb: Fábrica de ideologias*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): O nacionalismo e política externa independente. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n.1, Brasília, Ibri, p. 24-36, jan-jul, 1993.

WARE, Vron. Introdução: O poder duradouro da branquidade “um problema a solucionar”. In: _____ (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a, p. 7-40.

ZAMPARONI, Valdemir D. Os estudos africanos no Brasil: veredas. *Rev. Educ. Pública*, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995.

ANEXO I – DOCUMENTOS E ARQUIVOS HISTÓRICOS

DOCUMENTO	ACERVO
RELATÓRIO DE FIM DE COMISSÃO (viagem de instrução de guardas-marinha). Navio-escola “Custódio de Mello”, 1968, p. A-3. Rio de Janeiro.	Arquivo Histórico da Marinha do Brasil
Informações. <i>Afro-Ásia</i> 8-9 (1969), p. 131-142.	Revista Afro-Ásia
Informações. <i>Afro-Ásia</i> , 2-3 (1966), p. 177-182.	Revista Afro-Ásia
Informações. <i>Afro-Ásia</i> 6-7 (1968), p. 145-149.	Revista Afro-Ásia
Informações. <i>Afro-Ásia</i> 12 (1976), p. 247-251.	Revista Afro-Ásia
Relatório de Atividades. <i>Estudos Afro-Asiáticos</i> , n 13, (1987), p. 116.	<i>Estudos Afro-Asiáticos</i>
<i>Jornal do Brasil</i> , 05 de abril de 1961.	<i>Biblioteca Nacional Digital</i>
<i>O Mundo Ilustrado</i> , edição 25 de setembro de 1959.	<i>Biblioteca Nacional Digital</i>
TELEGRAMAS 1961-1966. Divisão África. ACRA. Livro 026. 17/07/1961. Brasília,	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. <i>OFÍCIO</i> . Ofícios (1961-1962). Livro 0007. Divisão África. ACRA. Lago, 12 de maio de 1960.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. <i>CARTA-TELEGRAMA</i> . Cartas-telegramas (1961-1963). Livro 0030. Divisão África. Acra, 11 de março de 1960.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
OFÍCIO. Divisão África. ACRA. <i>Ofícios</i> (1961-1962). Livro 0007. Ofício de 08 de novembro de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. <i>Memorando Confidencial</i> . 1961 (jan a jun). Memorandum de 02 de janeiro de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. <i>Memorando Confidencial</i> . 1961 (jan a jun). Memorandum de 17 de abril de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
MEMORANDUM. Seção e correspondência especial. <i>Memorando Confidencial</i> . 1962 (jul a dez). Memorandum de 30 de julho de 1962.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
OFÍCIO. Divisão África. ACRA. <i>Ofícios</i> (1961-1962). Livro 0007. Ofício de 06 de outubro de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
OFÍCIO. Divisão África. ACRA. <i>Ofícios</i> (1961-1962). Livro 0007. Ofício de 05 de outubro de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

DANTAS, Raymundo de Souza. <i>TELEGRAMA</i> . Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 03 de março de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
DANTAS, Raymundo de Souza. <i>TELEGRAMA</i> . Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 02 de outubro de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
DANTAS, Raymundo de Souza. <i>TELEGRAMA</i> . Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Divisão África. Acra, 17 de outubro de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
Dantas, Raymundo de Souza. <i>CARTA-TELEGRAMA</i> . Cartas-telegramas (1961-1963). Livro 0030. Divisão África. ACRA. Acra, 20 de novembro de 1960.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
TELEGRAMA. Divisão África. ACRA. Telegramas (1961-1966). Livro 0026. Telegrama de 30 de outubro de 1961.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
SUKARNO, discurso de abertura da Conferência de Bandung, 18 de abril de 1955.	http://www.cvce.eu/obj/opening_address_given_by_sukarno_bandung_18_april_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html
TRIGUEIRO, Oswaldo. <i>OFÍCIO</i> . Livro – 22/02/13. Ofícios recebidos. Jacarta, janeiro/junho de 1955.	Arquivo Histórico do Itamaraty.
FALCÃO, Ildefonso. <i>OFÍCIO</i> . Livro – 35/05/08. Ofícios recebidos. Nova Delhi, outubro/dezembro de 1954.	Arquivo Histórico do Itamaraty.
<i>Revista Brasileira de Política Internacional</i> , 1 (1), 1958, capa anterior e segunda contra capa.	<i>Revista Brasileira de Política Internacional</i>
ARANHA, Oswaldo. <i>Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas</i> . Arquivo Estevão Leitão de Carvalho, lote 507, livro 3. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943.	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
ARANHA, Oswaldo. <i>Carta de Oswaldo Aranha ao presidente Juscelino Kubitschek</i> . Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1957. CPDOC/FGV, Ref OA 57.09.06, 1957.	CPDOC/FGV
LAGO, Sérgio Maurício Corrêa do. <i>Memorando DPo/3 para o chefe da Divisão Política</i> . 03/01/1957. AMRE, 900.1 (42), Política Internacional, Brasil, 1944/1965.	Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.
DANTAS, San Tiago. <i>Significação do 11 de novembro</i> . Discurso. Localização: Acervo San Tiago Dantas, Arquivo Nacional, caixa 32, pacotilha 3.	Arquivo Nacional
Jornal do Brasil, 05 de abril de 1961.	<i>Biblioteca Nacional Digital</i>
O Mundo Ilustrado, edição 25 de setembro de 1959.	<i>Biblioteca Nacional Digital</i> .
Acervo Jornal Correio da Manhã	Arquivo Nacional

Acervo	Agência	Nacional,	referência	Arquivo Nacional
BR_RJANRIO_EH_0_FOT_PPU_02734_0002				
Arquivo Tancredo Neves/TN foto 0228.				CPDOC/FGV